

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
RODINELE RIBEIRO DE SOUSA

A IDENTIDADE DE CLASSE DOS PETROLEIROS DA BACIA DE CAMPOS

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2012

RODINELE RIBEIRO DE SOUSA

A IDENTIDADE DE CLASSE DOS PETROLEIROS DA BACIA DE CAMPOS

Dissertação submetida à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.  
Orientador Prof. Dr. Augusto Cesar Freitas de Oliveira.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2012

## FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

01

S725 Sousa, Rodinele Ribeiro de.

A identidade de classe dos petroleiros da Bacia de Campos / Rodinele Ribeiro de Sousa -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

153 f. : il

Orientador: Augusto Cesar Freitas de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2012.

Bibliografia: f. 133 - 153

1. Trabalho Offshore. 2. Trabalhadores. 3. Identidade Social. 4. Plataforma de Produção de Petróleo e Gás – Bacia de Campos. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD 331.012

–

RODINELE RIBEIRO DE SOUSA

A IDENTIDADE DE CLASSE DOS PETROLEIROS DA BACIA DE CAMPOS

Dissertação submetida à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em                      de                      de 2012.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Augusto Cesar Freitas de Oliveira  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dra. Luciane Soares da Silva  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof. Dra. Mylene Nogueira Teixeira  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof. Dr. Paulo Roberto de Andrade Castro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

## Agradecimentos

A meus pais, cuja dedicação irrefletida e incondicional aos filhos e desapego a bens materiais propiciaram-me ver com olhos de estranho boa parte do que o presente trabalho intenta desvelar.

Aos meus desmedidamente amados Filhos, por tolerarem os momentos de alheamento – dedicados a este trabalho – nos sempre poucos dias de convívio com eles.

Ao meu Orientador e amigo, Professor Dr. Augusto Oliveira, por acreditar em minha pretensão, quando nem mesmo eu tinha noção exata do que este trabalho seria.

Aos colegas do mestrado que de alguma forma contribuíram para o presente trabalho: à Ana Carla e Flavílio, pela interlocução acadêmica; a Anízio, Lívia, Christiane e Raphael, pelas conversas desprovidas da seriedade acadêmica, que me ajudaram muito a persistir no meu desejo.

À Professora Dra. Luciane, por ver além das questões ideológicas que teriam motivado este trabalho e me alertar a respeito – inclusive dedicando gentilmente parte de seu tempo para que eu elaborasse algo referente a este aspecto candente.

À Professora Dra. Vania Morales, por fomentar em suas aulas estimulantes debates que tiveram papel fundamental em minhas decisões de ordem profissional e acadêmica.

À Professora Dra. Yolanda, pela terna compreensão dos problemas que motivaram minhas ausências em algumas de suas disputadas aulas.

Ao Professor Dr. Luiz Alberto Couceiro (*campus* UFRJ-Macaé) pela extremamente generosa interlocução acadêmica.

Aos companheiros que dispensaram parte de seu tempo de folga para as entrevistas, alguns me concedendo o conforto de seus lares.

(...) no presente, nosso problema é também o de desnudar as suposições presunçosas daqueles que pensam saber o que são os fatos e as soluções, e que procuram impô-las às pessoas. (ERIC HOBSBAWM, 1998, p. 230).

Meu problema principal é tentar compreender o que aconteceu comigo. Minha trajetória pode ser descrita como milagrosa, acho eu – uma ascensão a um lugar de que não faço parte. (PIERRE BOURDIEU, 1996).

(...) a história me desespera por ser simples demais. O que me proponho contar parece fácil e à mão de todos. Mas a sua elaboração é muito difícil. Pois tenho que tornar nítido o que está quase apagado e que mal vejo. Com as mãos de dedos duros enlameados apalpar o invisível na própria lama. (CLARICE LISPECTOR, 1998).

## RESUMO

O presente trabalho visa à discussão das relações de sociabilidade observadas nas Unidades Marítimas de Produção de óleo e gás instaladas na Bacia de Campos, de modo a problematizar a possibilidade de vigência de uma identidade de classe dos empregados da Petrobrás que aí laboram, dentro da perspectiva da Linha de Pesquisa “Processos globais, Sociabilidades e Identidades”. Considerando observações assistemáticas no campo de estudo, discute-se a potencial relevância desta questão na análise da ação coletiva da categoria de trabalhadores autorreferenciada como petroleiros, mediada por sua representação sindical.

**Palavras-chave:** Trabalho *offshore*, Petrobrás, Bacia de Campos, terceirização, identidades.

## ABSTRACT

The present work aims at discussing the relations of sociability observed in Units Maritime Oil and gas installed in the Campos Basin, in order to discuss the possibility of the presence of a class identity that Petrobras employees laboring there, in the perspective of the research of global processes, identity and sociability. Considering non-systematic observations in the field of study, we discuss the potential relevance of this question of just analyzing the political action of the category of oil workers as self-referential, mediated by their union representation.

**Keywords:** Work offshore, Petrobras, Campos Basin, outsourcing, identities.



## Lista de Abreviaturas e Siglas

ABERJE	Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
ABRAPP	Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AEPET	Associação dos Engenheiros da Petrobrás
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
AOR	Acordo de Obrigações Recíprocas
APICS	American Production and Inventory Control Society
BC	Bacia de Campos
BCB	Banco Central do Brasil
BCS	Bomba Centrífuga Submersa
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOE	Barril de Óleo Equivalente
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLP	Controlador Lógico Programável
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DEST	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais

DJSI	Dow Jones Sustainability Indexes
ECOS	Estação Central de Operação e Supervisão
EC	Emenda Constitucional
ENI	Ente Nazionale Idrocarburi
ERP	Enterprise Resource Planning
ESC	Estação de Supervisão e Controle
FAFEN	Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados
FENASPE	Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNP	Federação Nacional dos Petroleiros
FPSO	Floating Production, Storage and Offloading
FUP	Federação Única dos Petroleiros
G-7	Grupo das sete maiores economias do mundo
GDP	Gerenciamento de Desempenho de Pessoal
GECAM	Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Bacia de Campos
GTPC	Grupo Técnico de Previdência Complementar
IASB	International Accounting Standards Board
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimento Externo Direto
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFRS	International Financial Reporting Standards
IHM	Interface Homem-Máquina

IMO	International Maritime Organization
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPC	Indústria de Processo Contínuo
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IRB	Instituto de Resseguros do Brasil
ISO	International Organization for Standardization
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAFTA	North American Free Trading Agreement
NOC	National Oil Company
OHSAS	Occupational Health and Safety Assessment Series
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCAC	Plano de Classificação e Avaliação de Cargos
PCE-1	Plataforma Central de Enchova
PDE	Plano Decenal de Expansão de Energia
PEGASO	Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Ocupacional
PER	Plano Estratégico Regional
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S/A
PETROS	Fundação Petrobrás de Seguridade Social
PI	Plant Information
PIB	Produto Interno Bruto
PIFCo	Petrobras International Finance Company
PIMS	Process Information Management Systems
PL	Projeto de Lei
PLR	Participação nos Lucros e Resultados

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNQ	Plano Nacional de Qualidade
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
REPLAN	Refinaria Planalto
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
RPBC	Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão
RTI	Relatório Técnico de Inspeção
SAP	System Analyse and Programmentwicklung
SCR	Sala de Controle Remota
SENGE-RJ	Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro
SEST	Secretaria de Controle de Empresas Estatais
SINDIPETRO-NF	Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense
SINDIPETRO-RJ	Sindicato dos Petroleiros na Indústria do Petróleo do Estado do Rio de Janeiro
SMS	Sistema Integrado de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPA	Sistema de Produção Antecipada
SPE	Setor Produtivo Estatal
SPIE	Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TST	Tribunal Superior do Trabalho

UHF	Ultra High Frequency
URP	Unidade Referencial de Preços
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1 INTRODUÇÃO .....	17
2 APONTAMENTOS SOBRE O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	27
3 PETRÓLEO, PETROBRÁS E A BACIA DE CAMPOS .....	38
4 DA METODOLOGIA EMPREGADA .....	97
5 ANÁLISE E CONCLUSÃO .....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	133

## APRESENTAÇÃO

Sem a absurda pretensão de fazer comparações entre uma obra cuja importância pode ser estimada por seu legado e a presente Dissertação, cabe-me registrar certa identificação com o relato de Lênin acerca das condições em que ele escreveu “Imperialismo, fase superior do capitalismo”. Conforme o prefácio de 1917 a obra foi escrita sob a censura czarista, impondo ao autor o recurso a “alusões, na língua de Esopo” (LENIN, 2011, p. 106). Resguardadas as devidas proporções, a redação do presente trabalho foi marcada pela preocupação em não infringir um código de ética cuja última revisão foi determinada pela necessidade de atendimento à legislação regulatória estrangeira<sup>1</sup>. Caso tal infração fosse evidenciada, eu estaria exposto a medidas disciplinares. Ainda que não tenha utilizado o mesmo recurso de Lênin (ao menos conscientemente), espero conseguir transmitir a objetividade esperada de uma produção desta natureza.

Neste preâmbulo intento apresentar – livremente inspirado em Clifford (1998) e sua defesa de uma etnografia enquanto negociação entre agentes conscientes e politicamente significativos – os aspectos que julgo mais relevantes de minha própria carreira na Petrobrás, os quais se confundem com a construção do objeto da presente Dissertação. Esta decisão se justifica na medida em que o trajeto profissional de empregados da Petrobrás foi um assunto abordado de forma franca e transparente durante entrevistas a mim concedidas por pura consideração e respeito.

Adiante que a despeito da referência teórica supracitada, não utilizei o método etnográfico por motivos que serão descritos em seu tempo, embora alguns de seus elementos estejam presentes na pesquisa.

Meu primeiro contato com a empresa ocorreu em abril de 1995, quando nela ingressei para cumprimento do estágio curricular, requisito mandatório para obtenção do diploma de Técnico de Segurança do Trabalho – curso que eu havia concluído no ano anterior na então Escola Técnica Federal de Campos (atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, IFF, onde já havia concluído, em 1989, o curso técnico de Mecânica). No decurso do estágio, com duração de quatro meses, ocorreu a “histórica” greve dos petroleiros<sup>2</sup>, da qual me surpreenderam o alheamento transmitido pelos empregados que trabalhavam na sede da empresa em Macaé e, nos dois meses após o término do movimento paredista,

---

<sup>1</sup> Refiro-me ao “Sarbanes-Oxley Act of 2002”, aprovado pelo congresso americano em 23/01/2002, de cumprimento mandatório pelas empresas que possuem papéis negociados no mercado acionário norte-americano.

<sup>2</sup> Ver Capítulo 3 desta Dissertação.

seu aparente “esquecimento” pelos empregados a bordo das duas plataformas em que embarquei como estagiário (julho e agosto/1995).

Retornei à empresa em outubro de 2002, ingressando em seu quadro funcional como Técnico de Segurança I, embora isto não fizesse parte de meu horizonte profissional. Minha inscrição no concurso público deveu-se em parte a insistência de um amigo, além de um desgaste acentuado que vivenciava em meu emprego na ocasião. Trata-se de uma instituição para-estatal, onde eu trabalhava em regime de 40 horas semanais, tendo atritos contumazes com uma gerente e com necessidade de um aumento salarial que o plano de carreira daí não mais permitia por me encontrar no seu topo, a despeito de uma profunda identificação com o conteúdo do trabalho.

O concurso foi realizado em novembro de 2001, e obtive uma boa colocação entre os poucos aprovados (cerca de 15% das vagas). Na ocasião, estava prestes a completar 29 anos de idade, tinha duas filhas e era separado havia um ano. Minhas expectativas em relação ao novo emprego resumiam-se ao aprendizado de algo radicalmente distinto do que eu havia feito até então – um aspecto que sempre me mobilizou.

Já não militava politicamente desde 1993-1994, quando a organização política marxista a que fui ligado diluiu-se organicamente entre os grupos que conformaram posteriormente o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), ao qual não apenas eu como também outros militantes não aderimos por divergências várias, a principal delas dizendo respeito à necessidade de ruptura com a noção de “acumulação de forças”, que dominou o programa e a prática de boa parte da esquerda brasileira a partir de sua reorganização propiciada pela chamada “Anistia”.

Estou certo de que a sensibilidade para identificação, questionamento, reflexão e eventual enfrentamento das contradições presentes nos *loci* de trabalho é tributária da formação política obtida nos meus tempos de militância. Por outro lado, a manutenção desta prática contestatória face à ausência de um coletivo de militantes que oferecesse suporte em termos de sua reflexão e teorização implicou em custos psíquicos elevados.

Ressalto que os “enfrentamentos” não eram dotados de um caráter político no seu sentido estrito, mas limitava-se a um contraponto *solitário* a determinadas práticas mediante interpretações singulares de dispositivos normativos da própria empresa. Esta prática amiúde foi de encontro a gerentes ou outros empregados com cargos de chefia, que julgo não acostumados à dinâmica da argumentação, mormente quando seu opositor, por ter pouco tempo de carreira na empresa é considerado – à revelia de sua experiência fora dela – um “*burracha*”, o termo consagrado aos novatos.



Reconheço que me coloquei inúmeras vezes em posições sacrificiais, embora este não fosse o meu objetivo. Mas creio não haver outra forma de lidar com situações em que a atividade profissional (especificamente como profissional de Segurança do Trabalho) é avaliar e avaliar formalmente, registrando em documento específico, as condições de execução de trabalhos perigosos por terceiros. Não há meio termo: tais condições são *objetivamente* seguras ou inseguras; elas *podem ou não* contribuir para ou mesmo determinar a ocorrência de um acidente, inclusive com fatalidades. Em uma plataforma de produção de óleo e gás situações-limite são cotidianas, e a decisão de não transigir com o risco de morte revela-se uma questão ideológica por implicar na resistência a determinações de ordem estrutural – a “produção”, o “planejamento”, a meta de cumprimento de pendências de RTI<sup>3</sup>.

Se a recorrência da prática profissional contestatória determinou a construção de uma reputação negativa perante gerentes, por outro lado logrei a confiança e o respeito dos trabalhadores. Com boa parte deles, estes vínculos extrapolaram o aspecto profissional.

Isolado politicamente, sem militância política formal, questionava diuturnamente o papel de meu trabalho no sistema de poder em que eu estava envolvido. Avaliando retrospectivamente, reconheço que foi a agudização destas questões que desencadeou minha saída da plataforma que é o objeto do presente estudo: em 2006, após a ocorrência de um evento perigoso exatamente igual a outro ocorrido meses antes, enviei uma mensagem eletrônica ao gerente da Unidade e ao pessoal envolvido manifestando críticas à gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)<sup>4</sup>. Não estimava o impacto desta ação, que ensejou uma reação que considero prosaica – um alerta verbal, vindo de um gerente, sobre minha suposta “capacidade de usar as palavras”, a qual exigia “cuidado por que isso é perigoso”.

Fui transferido para outra plataforma já na quinzena posterior a folga seguinte. Antes de meu primeiro embarque na “nova” Unidade, fui levado à presença de um gerente de dois níveis hierárquicos acima do gerente de plataforma para ser convencido de que minha transferência não estava vinculada ao envio da mensagem eletrônica. Este detalhe me faz crer que a reputação de “criador de caso” extrapolara a esfera da Unidade onde trabalhei por três anos.

A partir de então, passei a vislumbrar a possibilidade de desligamento da empresa. Havia concluído a graduação em Psicologia um ano antes, mas qualquer atividade vinculada a esta área estava e ainda está fora de cogitação por motivos que não cabem aqui explicitar.

---

<sup>3</sup> Sigla de Relatório Técnico de Inspeção, documento emitido pelos profissionais do SPIE (Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos) da empresa após execução de inspeção de equipamentos da plataforma por exigência de legislação específica.

<sup>4</sup> Tanto o incidente quanto os efeitos de minha atitude após sua ocorrência tiveram papel fundamental em minhas reflexões sobre os determinantes e os condicionantes de tal “Sistema de Gestão”, que até então eu considerava – irrefletidamente – um aspecto puramente técnico e destituído de caráter ideológico.

Foi o trabalho na nova Unidade que me propiciou um objeto de estudo: observei uma sutil diferença nas sociabilidades ali praticadas quando em comparação ao verificado onde havia trabalhado. A distinção mais aparente entre as duas plataformas é o seu tamanho, determinado pela complexidade de seu processo, que por sua vez determina uma menor quantidade de pessoas a bordo – cerca de um quarto as pessoas embarcadas na Unidade maior. Observei uma cumplicidade entre os gerentes embarcados e todos os demais no que diz respeito ao descumprimento dos determinantes normativos (e a consequente estigmatização de quem não aderiria a esta prática), aspecto que determinou a péssima receptividade que tive nesta nova Unidade. Minha prática profissional não agradava nem à gerência nem aos trabalhadores, exceto os novatos como eu. Vislumbrei aí um objeto de pesquisa viável, o qual foi paulatina e intuitivamente construído mediante a observação assistemática das interações ocorridas a bordo. Para uma mínima teorização a respeito destes dados exploratórios, minha formação política não era suficiente, e pelos anos seguintes investi grande parte de meu tempo de folga e o tempo de repouso a bordo a buscar obsessivamente autores e obras que pudessem fornecer os conceitos necessários à apreensão dos fenômenos que eu observava.

Nesta “nova” Unidade, a confiança dos demais companheiros só foi conquistada por ocasião do movimento paredista de julho de 2008, cuja reivindicação era o pagamento do dia do desembarque. Tratava-se de uma greve com parada de produção – o momento mais tenso do movimento, de enfrentamento direto com toda a chefia a bordo. A maioria dos companheiros não acreditava que este atrito ocorreria justamente pela proximidade que o tamanho da Unidade e a reduzida quantidade de pessoas a bordo propiciavam. Saliento que um dos companheiros, após a entrega da produção (que a maioria dos grevistas recusou interromper), saiu da sala de controle em prantos, tamanha a humilhação.

A negociação para nosso desembarque foi tensa, por explicitar manobras dos gerentes da plataforma (que se encontravam a bordo para operar a planta em substituição aos grevistas) perante seu gerente imediato (da sede da empresa).

Em março do ano seguinte, ocorreu novo movimento paredista, desta vez visando ao cumprimento de um acordo que previa o pagamento do adiantamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Por motivo de ordem pessoal, desembarquei um dia antes da deflagração da greve, e como os companheiros embarcados perderam acesso ao *website* do Sindicato da categoria, passei-lhes informações por telefone enquanto este meio de contato esteve disponível.

A esta altura, eu chegara ao ponto de fazer um concurso para outro cargo com o único intuito de sair daquela Unidade. Não obtive uma boa colocação, dada a concorrência para o cargo.

Nesta mesma época foram iniciados os trabalhos para a implantação pioneira da operação remota da Unidade, ou seja, a partir de uma Sala de Controle Remota, SCR, na sede da empresa, em Macaé (questão discutida em detalhe no capítulo 5 desta Dissertação). Manifestei desconforto com a celeridade de implantação de tal projeto, dado o seu pioneirismo e o fato de que, entre os três profissionais de Segurança do Trabalho da Unidade, eu era o que estava ali há menos tempo.

Não participei das discussões posteriores referentes ao projeto, e meses depois fui convidado a trabalhar nas sondas de intervenção em poços<sup>5</sup>, o que não me vincularia a nenhuma plataforma em definitivo, visto que eu embarcaria nas Unidades onde tais equipamentos estivessem operando.

A partir de então (junho/2009), eu não tinha mais uma Unidade fixa onde embarcar, ficando subordinado a uma gerência formada majoritariamente por pessoas com muitos anos de carreira na empresa e extremamente impermeáveis à entrada de pessoas mais jovens em seu grupo. A inexistência de uma matriz formal de atribuições, aliada à ausência de um posto de trabalho específico me expuseram a situações constrangedoras inúmeras vezes, mesmo quando, como os demais profissionais de Segurança do Trabalho, fui alocado em uma gerência técnica, independente das gerências operacionais.

Permaneci trabalhando nas sondas, embarcando em várias Unidades, por um ano e meio, até que fui alocado em um FPSO – *Floating Production, Storage and Offloading*<sup>6</sup>, um tipo de Unidade que desconhecia – em uma região da BC onde não trabalhara até então. Foi no início do terceiro embarque neste navio, em abril/2011, que manifestei de forma aguda os sintomas de um episódio depressivo. Ainda a bordo diagnosticado como um “transtorno de adaptação”, meu estado clínico determinou o desembarque e um período de três meses trabalhando na sede da empresa antes do efetivo afastamento temporário do trabalho.

Encerrada a licença médica, a mudança de regime de trabalho – de *offshore* para administrativo – impôs a necessidade de alterações metodológicas para a execução da pesquisa ora apresentada.

---

<sup>5</sup> Destinadas ao reparo de poços já perfurados, visando torná-lo à produzir.

<sup>6</sup> Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência – navio petroleiro em cujo convés foi instalada uma planta de processamento de óleo e gás.

Por fim, julgo necessário registrar que já intuía e hoje estou convencido de que o ponto de vista de quem pertence à dinâmica analisada em uma pesquisa desta natureza não é um óbice à sua realização. Pelo contrário, estou de acordo que

(...) a interpretação das opiniões, emoções, sentimentos e estados de espírito cambiantes da classe trabalhadora é feita melhor por observadores e participantes experientes e afinados, que conhecem a história de determinado grupo, que estão a par de suas circunstâncias. (BRAVERMAN, 1987, p. 36).

Minha expectativa é que isto reste provado após a leitura desta dissertação.

## Capítulo 1

### INTRODUÇÃO

#### 1.1 APONTAMENTOS TEÓRICOS PRELIMINARES

O presente trabalho visa discutir a possibilidade de vigência de uma *identidade de classe* entre os empregados da Petrobrás que laboram nas plataformas de produção<sup>7</sup> de petróleo e gás natural em operação na Bacia de Campos (BC). Este nome decorre de uma prática internacional regida pelo Código de Nomenclatura Estratigráfica: adotar para uma bacia o nome de uma cidade ou acidente geográfico próximo – no caso, o município de Campos dos Goytacazes (CAETANO, 2003, p. 47 apud PIQUET, 2004). Sua área compreende aproximadamente 100 mil km<sup>2</sup>, que se estende do estado do Espírito Santo ao município de Cabo Frio, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.

A associação entre o período de confinamento imposto pelo trabalho a bordo das plataformas e a emergência de transtornos dissociativos tem sido objeto de diversos estudos, a ponto de manifestar-se como “problemática espontânea<sup>8</sup>” no discurso dos trabalhadores embarcados mediante a assunção da correlação entre trabalho embarcado e “estresse”. Por este motivo, tais aspectos não serão objeto do presente trabalho<sup>9</sup>.

A discussão da validade da categoria “identidade de classe” na BC está vinculada à hipótese central de clivagem entre os empregados da Petrobrás e os empregados terceirizados, fenômeno fortemente condicionado à circulação de uma “ideologia triunfalista” alinhada ao orgulho do pertencimento à Petrobrás, que irei contextualizar adiante. Emprego “ideologia” enquanto produção simbólica, que como tal cumpre uma

(...) função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (*violência simbólica*) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam (...). (BOURDIEU, 2009b, grifo nosso).

---

<sup>7</sup> Não tratarei no presente trabalho das nuances da fase de exploração ou prospecção, anterior à produção e que diz respeito às análises geológicas e geofísicas que fundamentam a decisão de perfurar um poço pioneiro para investigação da viabilidade comercial de determinada área (bloco).

<sup>8</sup> Na qual de fato é possível reconhecer “uma enorme parcela de complacência narcisista” (BOURDIEU, 2009a).

<sup>9</sup> O que não me impede de apontar a originalidade da perspectiva de Losicer (2003): superando concepções puramente psicologizantes, este autor articula o confinamento enquanto determinação estrutural ao conceito de campo formulado por Agamben (1998). Sob estas bases, o trabalho *offshore* é caracterizado como um sistema de produção totalista e concentrado constituído “em torno da produção e do estado de exceção do regime de trabalho” que submete os trabalhadores embarcados a uma indiscriminação entre o público e o privado que afeta sua subjetividade “muito além do que seria classificável entre os quadros psicopatológicos conhecidos”.

Sendo esta hipótese desvelada pela análise das sociabilidades observadas nas plataformas de produção de óleo e gás instaladas na BC – atentando para os circuitos de poder simbólico aí vigentes –, impõe-se a opção por referenciais teóricos que ratifiquem o caráter relacional da categoria “identidade de classe” e também propiciem uma perspectiva que desconstrua seu sentido lato: “(...) grandes atribuições personalizadas de aspirações ou de vontades de classe – que sabemos ser, na melhor das hipóteses expressão metafórica de processos mais complexos, *geralmente involuntários*” (THOMPSON, 1998a, grifo nosso).

Esta noção da identidade de classe está implícita em Bauman (2005, p. 42), para quem as mudanças recentes no padrão de emprego teriam acirrado a competição nos locais de trabalho de tal modo que a solidariedade de classe que alimentava esperanças de mudança social desvaneceu-se. Assim, o potencial integrador da classe social como “supra-identidade, a mais geral, volumosa e onívora de todas”, em paridade com a nacionalidade, desintegrou-se em uma multiplicidade de grupos com bandeiras de luta cada vez mais específicas.

O mesmo autor é peremptório ao afirmar que “a identidade é um monte de problemas, e não uma campanha de tema único” em função da “modernidade líquida” exacerbar a possibilidade de os indivíduos negociarem sua adesão simultânea a comunidades desvinculadas de referenciais clássicos tais como gênero, nação e classe social (Ibidem, p. 18). A centralidade da identidade é também atestada por Dubar (2011), o qual alerta que as crises identitárias observadas e analisadas contemporaneamente não se restringem à esfera profissional e às relações de classe, manifestando-se em todos os campos da prática social por não limitar-se a

(...) simples ajustes a uma conjuntura; elas marcam um período, uma população e um tipo de vínculo social. Trata-se de uma crise da relação com o outro, uma crise de um modo de dominação dos brancos sobre os negros, dos homens sobre as mulheres, dos ricos sobre os pobres, dos “normais” sobre os estigmatizados, como tão bem mostrou Erving Goffman. (DUBAR, 2011).

Duarte, L. F. D. (1997), por sua vez, reconhece vários “embaraços” nas reflexões envolvendo a questão da identidade em função de diferentes matrizes teóricas afirmarem seu aspecto contrastivo. Para os propósitos desta dissertação, destaco na discussão sobre “a questão da identidade”:

i – a noção de que “sendo de natureza ideológica, ocupa o centro de sistemas ideológicos, a rigor seu núcleo, *funcionando como uma bússola a orientar os indivíduos e os grupos em mapas cognitivos coletivamente construídos*” (OLIVEIRA, R. C., 1980, grifo nosso);

ii – sua imbricação com princípios de classificação e de valoração (DUARTE, L. F. D., op. cit.);

iii – sua determinação pela dialética de igualdade/diferenciação segundo os grupos sociais aos quais o sujeito encontra-se filiado (CIAMPA, 1986);

iv – imbricado com os itens anteriores, a assunção da preponderância da dimensão sociológica das comunidades frente a seu aspecto espacial, condição para articular a adesão dos agentes a grupos “cuja base aglutinadora forma uma ideia”, não sendo sua unidade “parte imanente da vida orgânica” (KRACAUER, 2009, p. 164)<sup>10</sup>;

v – sua mobilização ser a “base da ação coletiva de classes e grupos na sociedade” (PRATES, A. A. P., 1986)<sup>11</sup>.

A concepção de classe social que mais se alinha a estes pressupostos é aquela estabelecida por Thompson (1987, 1998a, 1998b). O historiador britânico estabelece um rico diálogo com as demais ciências sociais ao dar centralidade à experiência e à ação coletiva na emergência da classe, vez que ela é plasmada

(...) apenas à medida que os homens vêm a *desempenhar* papéis determinados por objetivos de classe, *sentindo-se pertencentes* a classes, definindo seus interesses tanto entre si mesmos como contra outras classes. (Idem, 1998a, grifos do autor).

Neste “fazer-se” da classe, a ênfase na capacidade de agência dos agentes supera a noção marxista do proletariado como *resultado* externo ou “estrutural” do movimento de acumulação do capital, sendo sua formação considerada uma condição da industrialização, conforme apontado por Silva, S. (1998). Assim, “classe” é experiência.

A partir do reconhecimento da existência de uma dimensão institucional da clivagem entre empregados da Petrobrás e terceirizados na BC (representações sindicais distintas, regime de folgas também diferentes etc.) e de sua incorporação e naturalização pelos agentes que o protagonizam, o *locus* para sua investigação – seguindo uma inspiração francamente thompsoniana – é aquele onde os modos de dominação, com todas as contradições que lhe são inerentes, manifestam-se cotidianamente, desvelando e simultaneamente conformando os interesses que marcam sua identidade, seu “fazer-se”.

Para o emprego deste aporte teórico oriundo da historiografia britânica de corte marxista, é fundamental para a construção das hipóteses e formulação de meus objetivos a discussão acerca de sua aplicabilidade em escala microssociológica.

<sup>10</sup> A dimensão espacial da comunidade teria primazia entre os grupos “cujos membros vivem juntos numa união indissolúvel”, tal qual a família e a nação (KRACAUER, 2009, p. 164).

<sup>11</sup> Embora o autor problematize a perda da prevalência desta lógica, desde a década de 1950, para a lógica organizacional, “institucionalizada na forma corporativa, no centro do sistema político” (PRATES, A. A. P., 1986).

Afirmo esta possibilidade à luz das observações do próprio Thompson (1987, 1998c, 2009) acerca da relevância da experiência social. Esta categoria está presente na noção heterodoxa de classe social empregada no presente trabalho, “algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” e que, como uma relação histórica, “precisa estar sempre *encarnada em pessoas e contextos reais*” (Idem, 1987, p. 9-10, grifo nosso).

Mas é na sua contundente crítica ao marxismo althusseriano<sup>12</sup> que este autor vislumbra uma síntese conceitual para esta categoria, afirmando que a experiência “compreende resposta mental e emocional, seja de um indivíduo seja de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Idem, 2009, p. 15). A relevância da experiência residiria no seu potencial de junção entre as noções de “estrutura” (capitalismo como modo de produção) e de “processo” (capitalismo enquanto formação social), aspecto candente sobre o qual Marx teria silenciado. Dentro da experiência,

(...) homens e mulheres retornam como sujeitos [ ... ] não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência e sua cultura*<sup>13</sup> (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica<sup>14</sup>) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas<sup>15</sup>’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (Ibidem, p. 225-6, grifos do autor).

A partir destes pressupostos, fenômenos que aponto como recorrentes nas sociabilidades a bordo das plataformas de produção de óleo e gás da Petrobrás instaladas na BC propiciam um contraponto à noção corrente de que a terceirização seria um empecilho à conformação da consciência de classe (ALVES, 2000, p. 204 apud GOMES, 2002, p. 105). Ainda que esta ideia seja amplamente difundida pela produção acadêmica vinculada à sociologia do trabalho, julgo que a ação coletiva dos empregados da Petrobrás na BC evidencia a expressão fenomênica de *uma* consciência de classe.

<sup>12</sup> Secco (2008, p. 120) aponta que entre os intelectuais que se insurgiram contra as teses de Althusser os historiadores têm papel destacado, citando, ao lado de Thompson, “no Brasil do início dos anos 1970 Carlos Nelson Coutinho e Caio Prado Júnior”.

<sup>13</sup> Esta abordagem da cultura implica em uma ruptura com concepções de viés marxista que a entendem como integrante da “superestrutura” e reflexo da “infra-estrutura”. A cultura seria “um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (...) portando já um significado e uma apreciação valorativa” (PESAVENTO, 2008, p. 15).

<sup>14</sup> Categoria althusseriana rechaçada por sintetizar uma epistemologia que rejeita – sob a acusação formal de “empirismo” – o papel da empiria na produção de conhecimento e, *pari passu*, no discurso científico.

<sup>15</sup> Alusão ao estatuto de “autonomia relativa”, atribuído por Althusser a fenômenos aos quais ele próprio nega o caráter contingente, particularmente “as questões relativas a normas, relações afetivas e regras” (THOMPSON, 2009, p. 237).



Trata-se de um aporte empírico que contraria a noção de consciência de classe como uma “consciência da própria natureza da exploração do capital, constituindo, através do partido da classe, a prévia ideação política e ideológica para a sua emancipação social e política” (ALVES, 1999, p. 165). Recuso esta noção por tratar-se de uma concepção mistificada, que impõe a introdução do conceito de “falsa consciência” para justificar uma classe que “não conhece a si mesma nem seus próprios e verdadeiros interesses” (THOMPSON, 1998b)<sup>16</sup>, os quais seriam revelados “(...) por alguma teoria substitutiva: o partido, a seita ou o teórico<sup>17</sup> que desvenda a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser” (Idem, 1987, p. 10).

Tenho como hipótese, no estudo específico dos empregados da Petrobrás na BC, a vigência de uma consciência de classe que não vislumbra um projeto revolucionário, mas que tende à manutenção do *status quo*, sendo dotada de forte viés conservador<sup>18</sup>.

Ainda que este traço possa ser contradito seja por incisivas manifestações contestatórias seja por sua repressão (aberta ou velada), as motivações *da categoria* não ultrapassariam os limites reivindicativo-instrumentais do sindicalismo nos moldes legais vigentes, a despeito da tendência do “movimento sindical petroleiro” representado majoritariamente e factualmente pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) cumprir o vaticínio apontado por PRATES, A. A. P. (1986), de progressivamente “agir como organizações ‘quase-públicas’ e ‘quase-independentes’ dos seus constituintes, mais voltadas para a maximização do seu próprio poder político<sup>19</sup>”.

Mesmo quando em confronto aberto, na ação coletiva mediada pelo sindicato, os empregados da Petrobrás mantêm-se “presos à natureza do trabalho assalariado” (ALVES, 2003, p. 262). Extrapolando a análise marxiana originalmente dedicada aos limites da jornada de trabalho, tratar-se-ia de uma disputa interna a uma “antinomia, direito [ do vendedor da força de trabalho ] contra direito [ do comprador da força de trabalho ], ambos baseados na lei de troca da mercadoria” (MARX, 2002, p. 273).

---

<sup>16</sup> Assevera Thompson (1998b) que “atribuir o termo ‘classe’ a um grupo privado de consciência de classe, ou de cultura de classe, e que não age nessa direção, é uma afirmação destituída de significado”.

<sup>17</sup> “Os primeiros marxistas brancos”, nos termos irônicos empregados pelo autor em sua ácida crítica à análise da história e da estrutura social da Grã-Bretanha realizada por Perry Anderson e Tom Nairn (THOMPSON, 1998a).

<sup>18</sup> Utilizo este termo no sentido empregado pelo Professor Fábio Konder Comparato ao apontar entre as razões da popularidade do então Presidente da República o fato de “(...) o presidente Lula [ ter ] uma característica típica do povo brasileiro: ele é conservador. O povo brasileiro, em todos os segmentos, é conservador. Não tem nenhuma atração pela revolta e, menos ainda, pela revolução”. (UM PLANO..., 2007).

<sup>19</sup> Um exemplo recente e ainda atual diz respeito à participação da FUP nas discussões sobre o novo marco regulatório do setor petróleo, envolvendo a proximidade de suas lideranças com mandatários da Petrobrás, o que tem gerado fortes críticas e desconfianças.

Outro aspecto importante referente à concepção de “consciência de classe” já criticada diz respeito ao peso exercido sobre ela pela aplicação da tecnologia no local de trabalho. Tendo em vista a caracterização da produção de óleo e gás na BC como indústria de processo contínuo (IPC), e por isso intensiva em tecnologia (o que é detalhado no Capítulo 5), as observações de campo me autorizam a recusar a ideia, associada à tese (liberal) do “emburguêsamento da classe operária”, de

(...) integração do trabalhador no contexto de trabalho via tecnologias menos alienantes, mais sofisticadas exigindo maior responsabilidade e qualificação da força de trabalho [ *o que* ] tenderia a minar as bases de solidariedade de classe baseadas no sistema massificador e alienante da era da *assembly time*. (PRATES, A. A. P., 1986, grifos do autor).

Por outro lado, possuo elementos suficientes para recusar também a tese (marxista) da chamada “teoria da nova classe operária”, cujos autores viram nas mudanças ocorridas nos setores industriais modernos a partir da década de 1950

(...) uma crescente consciência que, partindo das demandas particulares de um certo setor (o modelo), coloca a totalidade do sistema econômico em questão e leva as organizações sindicais a uma ação além do nível dos conflitos particulares de categoria de trabalhadores para a demanda do controle do trabalhador sobre a produção, tanto no nível da companhia como no nível da sociedade global. (MALLET, 1975, p. 46 apud PRATES, A. A. P., op. cit.).

A recusa deste determinismo tecnológico não me impõe a necessidade de abjurar a ação coletiva dos empregados da Petrobrás na BC. Pelo contrário, reitero sua relevância na construção da identidade de classe destes agentes, mas de uma perspectiva que me propicia lançar-lhe uma nova luz, rompendo com o discurso sindical e com uma produção acadêmica que lhe vincula a um projeto “revolucionário” ou ao menos “emancipatório” enquanto contrário à mercantilização das relações sociais – entre elas a relação de trabalho, tais como Antunes (2005), Romão (2006) e Lucena (1997, 2004). Não creio ser possível enquadrar as práticas observadas e os discursos colhidos, apesar de fortemente influenciados pelo pertencimento fabril, na categoria de “anti-capitalistas”.

Para evidenciar a viabilidade deste objetivo recorro ao estudo de Goldthorpe et al. (1968 apud PRATES, A. A. P., op. cit.) com uma amostra de trabalhadores ingleses de uma indústria tecnologicamente avançada. Esta pesquisa sugeriu que a solidariedade de classe ali evidenciada decorria – corroborando as teses já citadas de Thompson – “de padrões culturais desenvolvidos ao longo da história das condições de vida da classe trabalhadora na sociedade capitalista” (Ibidem) e não das condições objetivas das relações de trabalho. Ademais, esta re-

levante base de solidariedade “não provocaria, ‘naturalmente’, uma consciência político-revolucionária no seu interior, embora, certamente, tenha gerado consciência de classe” (PRATES, A. A. P., 1986).

Apontar este precedente é relevante em função de não estar entre os objetivos do presente trabalho a análise de uma eventual redução na capacidade ou disposição de mobilização dos petroleiros. Movimentos reivindicatórios recentes, relatados no Capítulo 3 do presente trabalho, refutam esta avaliação. Entretanto, na medida em que as reivindicações que os motivaram são negociáveis e dizem respeito a interesses estritamente corporativos e instrumentais, cabe citar outro achado do estudo já citado: o sentimento de comunidade partilhado pelos trabalhadores coexistia com

(...) a orientação instrumental, calculista, que predominava nas atitudes dos membros da classe trabalhadora inglesa [ a qual ] reforçou o compromisso com organizações sindicais, vistos como instrumentos para a realização de interesses imediatos de nível individual ou de classe. (Ibidem).

Se tais achados podem ser observados entre quaisquer grupos ou categorias de trabalhadores, cabe uma indagação acerca do modo como os empregados da Petrobrás na BC dissimulariam seus interesses imediatos. Scaletsky (2003, p. 89 et. seq.) fornece uma pista para esta questão. O autor relata que a “corrente de sindicalistas do petróleo” enfrentou dificuldades face às demais lideranças do Novo Sindicalismo<sup>20</sup> para justificar “suas relações umbilicais com o Estado e com a empresa”. Até a edição da Lei nº 9.478/97, a Petrobrás era o único empregador contra o qual o sindicalismo petroleiro se contrapunha<sup>21</sup>, aspecto que lhe conferia, como traço diferencial, a apresentação das reivindicações tradicionais (melhores salários e condições de trabalho) como “defesa da empresa e como combate ao governo”, pois a resistência em atendê-las afastaria os empregados da Petrobrás, “enfraquecendo-a” e assim favorecendo sua privatização.

A progressiva elaboração de um discurso que associa reivindicações instrumentais e negociáveis à defesa das estatais tem lastro na base da categoria. Seu traço mais visível é a re-

<sup>20</sup> Por esta expressão refiro-me ao movimento cuja particularidade teria sido a capacidade de absorção da pressão de suas bases e dar-lhes vazão pela estrutura sindical, ainda que submetida à repressão do regime militar no final da década de 70 (SADER, 1988, p. 182). Por seu turno, Bernardo e Pereira (2008, p. 30 et. seq.) destacam sua oposição “à prática consolidada pelas direções então à frente da maioria dos sindicatos, a quem acusava de corporativas e pelegas”, além de vincularem as lideranças deste movimento “ao PT, à ala progressista da igreja católica e trotskistas”.

<sup>21</sup> Chamada “Lei do Petróleo” este diploma legal regulamentou a Emenda Constitucional (EC) nº 9, a qual alterou o artigo nº 177 da CF e propiciou a participação de empresas de capital privado em todos os segmentos do setor petróleo, acabando com o monopólio estatal do petróleo, operado pela Petrobrás. A partir de então, os sindicatos de trabalhadores na indústria do petróleo passaram a negociar com outras empresas de exploração e produção de petróleo.

culpa em estabelecer uma relação entre os problemas por ela enfrentados na BC – a repressão aos movimentos reivindicatórios, os graves problemas das estruturas das plataformas e demais questões discutidas no Capítulo 3 – e o modelo de gestão engendrado sob o governo do PT.

Creio que a chave teórica propiciada por Swidler (1986) é a mais apropriada para explicar este instigante fenômeno. Esta autora considera a cultura um repertório de recursos livremente utilizados pelos agentes para a definição de estratégias na organização da ação social. Tais recursos poderiam ser combinados, ainda que em aparente contradição, e mobilizados conforme interesses pragmáticos – da adesão pura a certas práticas ao mais reles cinismo.

Ainda no intuito de delimitar o escopo deste trabalho, rejeito também a tese que confere objetividade à “condição de inferioridade” dos trabalhadores terceirizados (DRUCK, 1999, p. 204). À luz da noção bourdieusiana de dominação simbólica, julgo que à atribuição de uma identidade negativa a estes agentes convém examinar a possibilidade de

Os dominados [ aplicarem ] categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de auto-depreciação ou até de auto-desprezo sistemáticos (...). (BOURDIEU, 2011a, p. 46).

Assim, mesmo que a polarização empiricamente verificada nas plataformas da Petrobrás instaladas na BC aparente fugir ao conflito capital-trabalho, ela manteria forte homologia com outra das divisões estruturantes da ordem social capitalista – aquela que se verifica entre a concepção e a execução do trabalho.

A opção por este viés teórico-metodológico implica ainda em uma relativização do que se convencionou chamar de “precarização do trabalho”, também objetivada pela produção acadêmica vinculada à sociologia do trabalho. Ainda assim, mesmo este campo apresentando limitações para a análise dos fenômenos microsociológicos observados a bordo das plataformas, não recuso seu eventual emprego na apreensão de questões macro-estruturais.

## 1.2 INDÚSTRIA DE PROCESSO CONTÍNUO E DISCIPLINA DO TRABALHO

Embora reconheça a pertinência da crítica de Ferro et alii (s. d.) apud Druck (op. cit., p. 158), caracterizo o processo de produção das plataformas de petróleo como contínuo à luz da engenharia química. Ainda que seja levada em consideração as características técnicas do processo de produção, não creio que esta opção metodológica implique *pari passu* em fazer

(...) uma nítida separação entre a operação propriamente dita e o controle da operação, como se houvesse um funcionamento por etapas, em que primeiro é desencadeada uma série de reações físico-químicas – garantidas pela própria maquinaria – e, depois, os operadores controlam para ver se tudo está correndo bem. (DRUCK, 1999, p. 161).

Convirjo com a autora acerca da possibilidade de uma indústria de processo contínuo abrigar processos de produção discretos ou descontínuos – caracterizados pela “produção em massa de um produto complexo, fruto da montagem (*assembly industry*), cujo representante mais conspícuo é o automóvel” (MORAES NETO, 1998, grifo do autor). No entanto, dados os objetivos deste trabalho, atribuo a estas exceções – numa primeira reflexão, incompatíveis com os processos de trabalho observados em uma plataforma de produção de óleo e gás – um caráter secundário.

A descrição e a discussão do conteúdo do trabalho dos Técnicos de Operação decorrem do caráter paradigmático que lhes atribuo nas sociabilidades entre os empregados da Petrobrás e os contratados a bordo. Para cumprir este fito recorro à noção *estrita* de “processo de trabalho” enquanto aspecto fundamental da “relação salarial”, noção oriunda da Teoria Francesa da Regulação<sup>22</sup> cuja traço a ser retido *para os fins do presente trabalho* é exposto abaixo:

A subordinação [ dos assalariados ] aos capitalistas é exercida na produção, que não é um lugar de troca, pois o contrato de trabalho confere aos capitalistas o direito de *fazer executar o trabalho* dos assalariados *sob seu controle*. As empresas são, portanto, organizações específicas, na medida em que *se exerce um poder hierárquico* para produzir mercadorias em vista de acumular dinheiro. (AGLIETTA, 1997, p. 418 apud BRAGA, R., 2003, p. 33, grifo nosso).

Ressalto nesta passagem a ênfase, justificada pela abordagem estritamente econômica, nos aspectos macro-estruturais da dinâmica capitalista – motivo pelo qual ratifico ser o recurso a este arcabouço teórico escrupulosamente pontual. Esta ressalva também está vinculada em minha convergência com as críticas endereçadas ao regulacionismo por Moraes Neto (op. cit.) e Braga, R. (op. cit.).

Enquanto o primeiro acentua a inadequação do caráter genérico que esta escola atribui ao fordismo e sua pretensão de que ele dê conta “da evolução das sociedades capitalistas avançadas a partir de 1945” (MORAES NETO, op. cit.), o segundo autor aponta sua assunção “de um Estado ambivalente – supraclassista – e soberano, como justificativa para a mudança

<sup>22</sup> Refiro-me à corrente de análise econômica heterodoxa de origem francesa que tomou para si a problemática da “dinâmica histórica do capitalismo e identificar, no seio do modo de produção capitalista, períodos distintos, caracterizados por regularidades específicas e que garantiriam uma progressão real e relativamente coerente da acumulação” (VAKALOUJIS, 2000). Não se trata de uma escola monolítica, pois acomoda em seu interior sete escolas principais (JESSOP, 1990 apud BRAGA, R., 2003, p. 15).

do eixo analítico das pesquisas” (BRAGA, R., 2003, p. 24). Ultrapassada a referência à luta de classes, a Teoria da Regulação teria evoluído para uma técnica de regulação e se transformado em “ideologia estatal”. Em seu nome, a primeira geração de regulacionistas participou do governo de Mitterrand no início da década de 1980 visando “inventar um outro paradigma tecnológico, um outro modelo de regulação, um outro modelo de desenvolvimento [ ... ] menos duro que a saída liberal para a crise do fordismo, introduzida após 1978 por Thatcher e Reagan” (LIPIETZ, 1995, p. 42 apud BRAGA, R., op. cit., loc. cit.).

### 1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além da presente Introdução, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: no Capítulo 2 apresento os aspectos mais candentes do capitalismo contemporâneo que julgo incidir sobre a realidade tratada no presente trabalho, tendo como marco inicial a década de 1990.

O terceiro Capítulo vislumbra inicialmente evidenciar a importância geopolítica do petróleo a despeito das graves questões ambientais associadas à expansão de sua utilização. Destaco sua inserção na agenda política brasileira e discuto os condicionantes da atuação estatal na sua indústria. Reduzindo a escala de observação, discuto ainda: (i) o contexto histórico-econômico da construção do mito em torno da Petrobrás como empresa moderna e eficiente; (ii) as nuances da emergência da BC, argumentando em favor de sua imbricação com a conformação de uma identidade de classe dos empregados da Petrobrás neste *locus*; e (iii) a recente ação coletiva destes trabalhadores como potencial para evidenciar sua preeminência frente à maioria dos trabalhadores terceirizados e propiciar uma visão alternativa à veiculada pelo discurso sindical e por significativa produção acadêmica.

No Capítulo 4 discorro sobre a abordagem metodológica empregada, bem como os problemas enfrentados e as estratégias para sua superação.

O quinto capítulo apresenta uma caracterização do universo *offshore* a partir do cotidiano de uma das plataformas fixas instaladas na BC. Em um segundo momento, discuto os dados obtidos em entrevistas realizadas com trabalhadores desta plataforma, com lideranças sindicais, na imprensa sindical e mediante minhas observações de campo – estas sempre discutidas com o trabalhador que escolhi como informante. *In fine*, apresento as conclusões do presente trabalho.

## Capítulo 2

### APONTAMENTOS SOBRE O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

No presente capítulo viso destacar os aspectos mais candentes do capitalismo de nossos dias que, segundo creio, incidem sobre a realidade do objeto tratado nessa dissertação.

Meu ponto de partida é a década de 1990, a qual tem sido considerada o marco histórico do estabelecimento de um consenso global que a literatura tem definido em termos ora de “globalização, ora de nova interdependência, ora de neoliberalismo” (CERVO, 2000).

Chesnais (2001), por exemplo, considera como marco inicial de tal fenômeno (globalização, nova interdependência ou neoliberalismo) as medidas radicais de liberalização e desregulamentação financeiras empreendidas a partir de 1979 pelos governos de Thatcher na Inglaterra e de Reagan nos EUA, os quais livraram o capital financeiro dos constrangimentos que comprimiam sua atividade nos países industrializados. Por meio da liberalização e da desregulamentação, a “revolução conservadora” (Ibidem) atribuiu à finança<sup>23</sup> não apenas liberdade de ação como também a fixação das “regras do jogo econômico em matéria de renda, emprego e macroeconomia” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

Para Wallerstein (2003), a busca de lucro passou da esfera produtiva para a esfera financeira, constatação que leva Chesnais (2003) a designar esta época como a de um “regime de acumulação com predominância financeira”, expressão que “designa, em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendida como a dominação interna e internacional do capital financeiro”.

Neste contexto, a gestão das organizações “foi vigorosamente reorientada em direção aos interesses dos acionistas” (DUMÉNIL; LÉVY, op. cit.), tornando a maximização da taxa de lucro um critério de gestão. Chesnais (2003) assinala a existência de uma pressão ‘impessoal’ sobre os grupos industriais pelos mercados financeiros engendrando formas impositivas de interpenetração entre finança e “indústria” que incluem, entre outras medidas, a “fiscalização quase contínua da estratégia dos grupos pelos gestores dos fundos de investimento”.

Bernardo e Pereira (2008, p. 15 et. seq.) afirmam que o maior protagonismo dos gestores se deu em função da dispersão das ações, esta motivada pela concentração de capital. Mesmo tendo nas ações uma forma de remuneração suplementar, os gestores utilizam-nas para especulação, não se apropriando individualmente da propriedade de empresas que eles

---

<sup>23</sup> Termo doravante entendido como “um vasto conjunto de indivíduos endinheirados e de instituições – indivíduos por trás das instituições – que detêm importantes capitais monetários e financeiros”. (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

mesmos gerenciam – diferença que determinaria para os autores a sua emergência enquanto classe social distinta da burguesia.

Estes autores apontam ainda como efeito do aumento quantitativo da oferta de ações o incremento da importância dos chamados “investidores institucionais”, dos quais os fundos de pensão encarnariam o acionista de maior poder de influência sobre as administrações das grandes empresas, juntamente com as companhias de seguro e entidades congêneres. Sua relevância e prosperidade pode ser medida pelos números de seus ativos, juntamente com o de outros fundos mútuos – US\$ 17 trilhões em 2003, dos quais US\$ 12 trilhões com participação sindical na sua gestão (BERNARDO; PEREIRA, 2008, p. 36), um dos elementos do “capitalismo sindical”, fenômeno caracterizado pelo controle das verbas sindicais e pela administração de seus rendimentos “por um pequeno grupo de pessoas que na prática deixaram de ser trabalhadores e se transformaram em burocratas sindicais” (Ibidem, p. 10).

Para Duménil e Lévy (2003), uma vez desincumbidos da gestão e da arbitragem da aplicação de seus fundos, restaria aos proprietários a imposição de regras de funcionamento inerentes ao capitalismo: “a maximização da taxa de lucro e a transformação dos lucros das empresas em rendas dos proprietários (dividendos)”. O atendimento desta premissa pelas organizações é possibilitado decisivamente pela mundialização da concorrência e pela expansão das tecnologias de informação e comunicação (TIC). A fim de satisfazer aos ditames de rentabilidade, as empresas introduzem o máximo de flexibilidade, tanto sobre o mercado de trabalho quanto sobre a organização cotidiana da atividade. Para alcançá-la, as tecnologias de informação permitem às empresas que fundem suas operações uma definição ‘enrijecida’ das tarefas, o que facilita a substituição de um assalariado sem maiores traumas, obtendo assim a ‘ultraflexibilidade do emprego’ (CHESNAIS, 2003).

Em uma original reflexão sociológica a respeito dos efeitos da redução das diferenças entre os custos de transmissão da informação em escala global e local, Bauman (1999) associa a mutação da noção de distância por ela propiciada a

uma nova desconexão do poder face a obrigações, com efeito uma desconexão sem precedentes na sua radical incondicionalidade: obrigações com empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições gerais de vida; em suma, liberdade face ao dever de contribuir para a vida humana e a perpetuação da comunidade. (BAUMAN, 1999, p. 16).

Assim, a mobilidade propicia aos investidores a liberdade de preocupações e responsabilidade pelas consequências. Possuindo o capital o estatuto da extraterritorialidade intrínseco à atual fase do capitalismo,



(...) a 'economia' é progressivamente isentada do controle político; com efeito, o significado primordial do termo 'economia' é o de 'área não política'. O que quer que restou da política, espera-se, deve ser tratado pelo Estado, como nos velhos tempos – mas o Estado não deve tocar em coisa alguma relacionada à vida econômica. (BAUMAN, 1999, p. 74).

Com a vigência deste paradigma, estava justificada a adesão incondicional dos países periféricos aos programas tendentes à minimização da presença do Estado na sua vida econômica.

## 2.1 A DOMINÂNCIA FINANCEIRA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Chesnais (2003) identifica uma relação entre o regime de acumulação com dominância financeira e a mundialização do capital. Ele é de fato mundializado na medida em que sua operação exige elevado grau de liberalização e desregulamentação não só da finança, mas também do investimento externo direto (IED) e das trocas comerciais. Isto se dá em um processo de “construção institucional internacional” levado a cabo pelos EUA, o então grupo das sete maiores economias do mundo (G-7), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial aos quais os “países capazes de acolher capital de investimento estrangeiro” são forçados a ceder. Assim, os objetivos perseguidos pelo NAFTA (North American Free Trading Agreement, Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) em nível regional e a OMC (Organização Mundial do Comércio) no nível mundial seriam permitir uma

(...) liberdade total de localização de áreas de abastecimento, de produção e de comercialização, portanto, de uma liberalização completa do IED e das trocas, bem como da abolição de todo o constrangimento sobre o abastecimento local. (Ibidem).

Para Bauman (op. cit., p. 75), o abandono de qualquer ideia de política econômica é “a condição preliminar, docilmente obedecida, para receber assistência econômica dos bancos mundiais e fundos monetários internacionais”. Os determinantes da situação de cada país perante o novo regime de acumulação são, conforme Chesnais (op. cit.), a sua dimensão, os seus recursos naturais e principalmente a trajetória histórica trilhada por cada um. Magalhães (2007) aponta uma progressiva privação de benefícios como educação, cultura e outros serviços sociais, aliada a um confisco da renda familiar pelos governos dos países atrasados mediante tributações, visando “dar uma sobrevida à bolha especulativa da economia”. Em nível re-

gional, Pires (2006) identifica nos anos 1980 o esgotamento de um modelo econômico ancorado no crescimento dependente de importações e de empréstimos externos do qual

(...) o diagnóstico e a ‘terapia’ que se tornaram correntes nos círculos oficiais foram os de menor atrito para as elites políticas e econômicas das regiões, quais sejam, aquelas das instituições multilaterais, consubstanciadas no chamado Consenso de Washington. (PIRES, 2006).

Suas diretrizes baseavam-se em pressupostos neoliberais que continuaram a figurar por grande parte da década de 1990 como dogmas incontestáveis, entre eles a liberalização financeira, a abertura comercial, a supressão de restrições ao investimento estrangeiro direto e privatização (Ibidem). Alinhado a esta perspectiva, Magalhães (2007) destaca a centralidade de uma campanha visando “à destruição do Estado nacional e de conceitos que lhe são associados, justamente como os de ‘soberania’ e o de ‘cultura nacional’” visando à inserção de países periféricos na “cadeia internacional de espoliação financeira”.

Cervo (2000) aponta a América Latina como a região de maior coerência na adoção do consenso neoliberal, consolidada com a chegada ao poder de Salinas de Gortari no México, Menem na Argentina, Andrés Peres na Venezuela, Fujimori no Peru e, no Brasil, Collor de Melo.

Convergindo com esta perspectiva, Batista Jr. (1998) assinala uma “drástica mudança de rumo da política econômica brasileira” iniciada com o governo Collor e aprofundada com o Plano Real, em 1994. Na mesma linha de análise, Paulani (1998) destaca a eleição de Collor como o momento em que “a privatização entra decisivamente na agenda política”, embora ela tenha sido aí incluída em 1981. Neste ano, cedendo a pressões de organismos financeiros internacionais visando ao ajuste da economia por força das restrições da crise da dívida externa (por sua vez tendo origem no segundo choque do petróleo), o governo Figueiredo criou a Comissão Especial de Desestatização, que teve como alvo empresas outrora insolventes assumidas pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a partir de então definido como operador das privatizações.

Em uma inspirada e mais recente produção, a mesma autora formula a noção de “estado de emergência econômico” para explicar a política econômica vigente desde o governo Collor. Sua origem é o conceito de estado de sítio, enquanto regime de exceção caracterizado pela suspensão da legalidade, porém deslocado para uma técnica de governo que transitou para a esfera econômica em 1933, com a delegação de poder ilimitado a Franklin D. Roosevelt sobre a economia americana (AGAMBEN, 2004 apud PAULANI, 2010). Surgido formal-

mente no Brasil em 1986<sup>24</sup>, o estado de emergência econômico apareceria novamente no início da década de 1990, quando “a agenda neoliberal foi colocada na ordem do dia como uma espécie de *única saída para as emergências* que nos afligiam, a saber, a irresolução do problema da dívida externa e a renitência do processo inflacionário”. (PAULANI, 2010, grifo nosso).

No governo Itamar, o estado de emergência econômico foi evocado novamente quando a “necessidade de modernizar o mercado financeiro brasileiro através de sua desregulamentação” (Ibidem) justificou a decretação da liberdade de envio de recursos ao exterior, feita de forma juridicamente irregular, mediante uma Carta Circular do Banco Central (BCB), instrumento de natureza estritamente operacional, quando deveria ser objeto de lei federal<sup>25</sup>. A despeito de sua irregularidade, para a autora esta medida foi um dos determinantes para a composição de um “respeitável colchão de divisas”<sup>26</sup> que permitiu ao Plano Real – tendo à frente o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) – estabilizar a moeda e solucionar o problema da dívida externa, mesmo ainda permanecendo difusa a sensação de emergência econômica, que seria mobilizada pelo agora presidente FHC.

Em seu governo o imperativo da estabilização monetária justificou a adoção de “um conjunto de políticas nos campos cambial, financeiro e comercial que submeteram a economia nacional de forma repentina à competição internacional” (BATISTA JR., 1998). Paulani (op. cit.) ratifica que a estabilização monetária foi obtida no governo anterior, visando tornar o Brasil uma economia financeiramente emergente sob o princípio basilar de um projeto de modernização institucional que a partir de 1995 “tomou a forma de um ousado e ambicioso plano de privatizações e de uma abertura substancial da economia” (Ibidem).

Braga, J. C. e Prates, D. (1998) afirmam que mesmo sendo o grau de abertura da economia brasileira inferior ao ocorrido no México e na Argentina, a privatização e a internacionalização do sistema bancário foram uma opção política e não uma ineroxabilidade. Argumentam que entre os países desenvolvidos não há evidência de que os bancos líderes em seus respectivos mercados sejam estrangeiros, tendência que contribui para a internacionalização do controle de capitais investidos e consequente redução da autonomia da política econômica.

No que respeita ao processo de privatizações sob o governo FHC, Gennari (2007) relata um incremento da participação estrangeira de menos de 1% em 1994 a 42,2% no final de

---

<sup>24</sup> O Plano Cruzado foi baixado mediante decretos-lei visando à viabilização da Nova República.

<sup>25</sup> A autora cita que tal irregularidade motivou a acusação de improbidade administrativa de quinze executivos ligados ao BCB e ao Banco do Brasil por duas procuradoras da república.

<sup>26</sup> Os outros foram a securitização da dívida externa e a internacionalização do mercado brasileiro de títulos de dívida pública. (PAULANI, 2010).

1998, quando os investimentos estrangeiros responderam por 59% da receita obtida com leilões. Paulani (1998) converge com estes dados, informando ainda que durante o primeiro mandato FHC foi transferido ao setor privado, “supondo ‘corretos’ os preços de venda” US\$ 49 bilhões, cerca de seis vezes mais que o período Collor e Itamar.

Entre “as consequências de tamanha revolução”, a autora aponta a consolidação de determinados grupos econômicos, mediante concentração amiúde estimulada pelo próprio governo, seja na área de insumos básicos (siderurgia, petroquímica, mineração) seja entre os serviços de utilidade pública (energia elétrica, água e saneamento, transporte, comunicações) acompanhada de significativo corte de pessoal. A autora ressalta ainda a emergência de um ambiente institucional e ideológico propício à promoção das corretoras de valores e seus executivos, bem como a onipresença de alguns grupos empresariais e fundos de pensão nos leilões ocorridos sob o governo FHC.

A participação dos fundos de pensão no programa de privatizações é objeto de atenção de Bernardo e Pereira (2008). Para os autores a década de 1990 conferiu maior visibilidade a uma tendência já em curso de aumento da participação destas entidades no controle acionário das empresas, em algumas situações com a indicação de membros para seu conselho de administração (Ibidem, p. 38). Para perplexidade de muitos, o governo Lula – conforme Boito Jr. (2005) – ampliou e deu nova dimensão ao iniciado no segundo mandato de FHC, mantendo três aspectos da política neoliberal:

- i - a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução de direitos sociais, expressas na “contra-reforma da Previdência” e no projeto de reforma trabalhista e sindical;
- ii - o programa de privatizações, implícito nas Parcerias Público-Privadas regulamentadas pela Lei nº 11079/2004 e na particularmente significativa abertura do mercado de resseguros, que teria atendido a uma histórica ambição do capital financeiro<sup>27</sup>;
- iii - a abertura comercial e a desregulamentação financeira, cuja manutenção permitiu sucessivos recordes de lucros obtidos pelo sistema bancário graças à manutenção ou aprofundamento de alguns elementos da política macroeconômica: possibilidade de conversão de moedas sem sobressaltos (estabilidade cambial), alta remuneração para os títulos públicos<sup>28</sup> (pagamento da dívida pública com taxa básica de juro real elevada), *spread* liberado (liberdade para cobrar o máximo possível por capital emprestado, independentemente da taxa básica de

<sup>27</sup> Em 1995, o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil, autarquia que operava o monopólio do mercado de resseguros) foi transformado em uma sociedade por ações, uma estatal de economia mista. Ao regulamentar a Emenda Constitucional nº 13/1995, a Lei Complementar nº 126/2007 autorizou a operação de resseguradores estrangeiros.

<sup>28</sup> A Medida Provisória nº 281, de 15 de fevereiro de 2006, convertida na Lei nº 11312, de 27 de junho de 2006, concedeu incentivos fiscais a investidores estrangeiros para aquisição destes títulos.

juros) e manutenção de superávits primários<sup>29</sup> como garantia de pagamento de juros dos títulos da dívida pública.

Ghinis (2006) e Paulani (2010) convergem com esta avaliação. O primeiro ressalta o alargamento dos canais por onde são permitidas transações entre o Brasil e o mercado exterior e a facilitação do processo burocrático para a realização de determinadas operações<sup>30</sup>, com consequente redução da capacidade de seu monitoramento. A autora afirma que a partir de 2003 o estado de emergência econômico torna-se permanente ao associar-se à “hegemonia às avessas”, expressão tomada de Oliveira, F. (2010) e que distingue os avatares dos mecanismos de dominação sob o governo Lula tendo como pano de fundo as dificuldades inerentes à incorporação de uma economia capitalista periférica como a brasileira no mercado globalizado.

Amparado em categorias gramscianas, o instigante autor indica a centralidade do Programa Bolsa Família<sup>31</sup> por ter alçado a questão da pobreza e da desigualdade social ao primeiro plano da política. Com isto, ficaria evidenciada uma “direção moral” sob controle dos dominados, aparentemente “à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles próprios são os próprios capitalistas, pois *os grandes fundos de pensão são o coração do novo sistema financeiro brasileiro*”. (Ibidem, grifo nosso). Assim, o papel atribuído à força na determinação da hegemonia é cada vez menor:

(...) o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista. (Ibidem).

É com esta original construção teórica que Paulani (op. cit.) explica o sucesso do estado de emergência econômico enquanto técnica de governo a partir de 2003. Se a adoção de um receituário ortodoxo ao assumir a presidência foi justificado por Lula com a “tese de que estávamos à beira do abismo, a economia brasileira derretia como manteiga e desfazia-se como gelatina” (Ibidem) e insinuava ser uma exceção, outro álibi justificaria a consolidação do

<sup>29</sup> Diz respeito ao desempenho das contas da União, Estados, municípios e estatais, considerando seu movimento de caixa, exclusive despesas com juros. Entre janeiro e setembro de 2008, acumulou 5,59% do PIB (R\$ 118,414 bilhões), contra 4,85% no ano anterior. (RODRIGUES, A., 2008).

<sup>30</sup> Neste processo destacam-se as resoluções e circulares do BCB, das quais o autor destaca sua resolução de nº 3265, de 04 de março de 2005, que baixou uma nova filosofia cambial.

<sup>31</sup> Programa social regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que expandiu e elevou os valores das rendas compensatórias de vários programas sociais já existentes no governo FHC.

estado de emergência: a conquista definitiva dos investidores externos<sup>32</sup>. Este fito impunha a necessidade de afastamento definitivo do risco da inflação, bem como da ameaça de um *default* externo, sem os quais seria impossível retomar um crescimento sustentado. Em síntese, a expectativa de “volta à normalidade” (PAULANI, 2010) que um governo histórica e organicamente comprometido com a luta dos trabalhadores gerou não só foi frustrada, como este cumpriu ainda o papel de consolidar o Brasil como “emergente plataforma de valorização financeira internacional, capaz de proporcionar aos rentistas<sup>33</sup> nacionais e estrangeiros impen-sáveis ganhos em moeda forte” (Ibidem).

## 2.2 TRABALHO E ATIVISMO SINDICAL

Gil (2000, p. 24) ressalta a relevância ocupada pelo espaço da produção e pelas formas de gestão da força de trabalho para por em marcha a “ofensiva global do capital”, a qual ora se utiliza do grande avanço tecnológico para revestir novas formas de exploração do trabalho.

Neste mister, destaca-se a universalização de tecnologias sociais de produção de origem nipônica, adequadas ao cenário de crise de superprodução surgido ainda na década de 1970 (ALVES, 1999, p. 94). Um de seus traços distintivos é a eliminação dos grandes estoques que caracterizaram a produção fordista<sup>34</sup>, capazes de mascarar eventuais problemas no fluxo produtivo e mantê-lo operando ininterruptamente (MORAES NETO, 1998). Esta medida impôs a concessão de autonomia ao trabalhador para interromper a produção e nela intervir ante qualquer problema, aspecto fundamental da “auto ativação”, noção imanente ao toyotismo<sup>35</sup>, entendida como a

(...) capacidade de diagnóstico e intervenção em tempo real, com a aquisição de todo um *background* de conhecimentos, tácitos ou formais, que o habilitam a fazer diag-

<sup>32</sup> A despeito de seu caráter difuso, a expressão diz respeito à classificação do chamado “risco soberano brasileiro”, que indica “o desejo e a capacidade que um determinado governo tem para fazer frente às suas obrigações junto a credores, de acordo com os termos definidos originalmente” (CERQUEIRA, 2003, p. 18). Para avaliá-lo, o BCB mantém contratos com as agências de *rating* Moody’s Investor Services, Standard & Poor’s e Fitch IBCA. (Ibidem, loc. cit.)

<sup>33</sup> Termo que denota, para a autora, aqueles que se apropriam da renda gerada no setor produtivo.

<sup>34</sup> Enquanto paradigma industrial, entendo o fordismo como “um conjunto de métodos de produção fundamentado em sequências lineares de trabalho fragmentado e simplificado; em linha de montagem; em longas horas de trabalho manual rotinizado; em controle inexistente do trabalhador sobre o projeto, ritmo e organização do processo de produção; em equipamentos especializados com baixa flexibilidade; em comando fortemente hierarquizado do processo de trabalho; em produção em massa, buscando ganhos de escala; em mercado de consumo em massa”. (PAMPLONA, 1996, p. 140 apud MORAES NETO, 1998).

<sup>35</sup> Também nos termos de um paradigma industrial, o toyotismo (ou ohnoísmo) é aqui entendido como uma nova racionalidade do processo de trabalho, fundada (i) no “*just in time*” como conceito “que viabiliza o ajuste da composição da oferta à composição da procura”; e ii) na auto-ativação, segundo a qual o trabalhador é “concebido como um elemento participante da gestão da produção como um todo”. (MORAES NETO, 1998).

nósticos, propor soluções e tomar medidas em cadeia de decisões cada vez mais curtas. (ALVES, 2002).

Assim, os trabalhadores tiveram unificadas as funções de operação e controle da qualidade, intervindo de forma autônoma no controle de defeitos. Esta nova racionalidade do capital universalizou-se na forma da “produção enxuta”, amplamente propalada na década de 1980 (Idem, 1999, p. 86), constituindo-se um complexo de aparelhos ideológicos privados e públicos visando à sua legitimação.

Sennett (2009, p. 54) considera a “especialização flexível de produção” um dos elementos do sistema de poder “que se esconde nas modernas formas de flexibilidade”, asseverando que ele extrapola o aspecto estritamente fenomênico da produção: “O ingrediente de mais forte sabor nesse novo processo produtivo é a disposição de deixar que as mutantes demandas do mundo externo determinem a estrutura interna das instituições”. (Ibidem, p. 60).

Na perseguição pela “fábrica mínima”, orientada exclusivamente para seus fins (estes, por sua vez, determinados pelos ditames do mercado), o toyotismo subverteu mais um dos traços característicos da grande indústria fordista: os fornecedores deixaram as instalações da empresa, instaurando-se uma desconcentração produtiva caracterizada pela

(...) subcontratação de pequenas empresas que, geralmente, não oferecem proteção social aos trabalhadores, ou pela compra de serviços, às vezes, de antigos empregados, demitidos, que exercem a mesma ocupação mediante trabalho autônomo ou domiciliar. (TAVARES, M. A., 2004, p. 90).

Sennett (op. cit., p. 22), apoiado em dados do mercado de trabalho americano, corrobora que muitas das tarefas antes executadas nas instalações das empresas foram transferidas para “pequenas firmas e indivíduos empregados com contratos de curto prazo”.

Enquanto Tavares, M. A. (op. cit., p. 178) aponta que este aumento da informalização do trabalho reduz o quadro de associados aos sindicatos e por consequência enfraquece o poder de negociação e reivindicação dos trabalhadores, Alves (2002) avalia que tal cenário pôs a nu “os limites estruturais do sindicalismo”, cuja “crise” é apontada por este autor como um dos traços da transformação da sua objetividade (e da subjetividade) no decurso da década de 1990. O autor identifica uma dispersão dos estratos mais organizados da classe trabalhadora, motivada pelas flutuações na atividade econômica e pelo que denomina “complexo de reestruturação produtiva”.

Aproximando-se desta perspectiva pela via do abandono das perspectivas de longo prazo – expressas seja pelo incremento dos contratos de trabalho de tempo parcial (*part time*),

seja pela imposição de um rápido retorno dos capitais investidos – Sennett (2009, p. 24) aponta as limitações ao amadurecimento de laços sociais necessários à formação do compromisso e lealdade como determinantes do fenômeno que ele denomina “corrosão do caráter”.

### 2.3 DO NOVO SINDICALISMO À CUT: EVOLUÇÃO OU CAPITULAÇÃO?

Sob uma perspectiva crítica, centrada nos pormenores do sindicalismo brasileiro contemporâneo, Bernardo e Pereira (2008, p. 113-114) não reconhecem óbices teóricos à reorganização dos sindicatos de forma a incluir entre seus filiados tanto os contratados por prazo determinado quanto os subcontratados e os profissionais terceirizados. Isto não ocorre em função dos próprios sindicatos agirem como empresas, terceirizando empregados e obtendo serviços subcontratados. Os autores citam que após a CUT demitir 30% de seus empregados, em 1995

(...) houve incontáveis casos de reestruturação de sindicatos no Brasil, buscando essencialmente a ‘redução de custos com pessoal’, por meio da demissão em massa de trabalhadores e da contratação de novos empregados com salários ‘ajustados ao mercado’. (Ibidem, loc. cit.)<sup>36</sup>.

Um indício particularmente significativo da integração do movimento sindical à lógica que preside a política econômica vigente foi o primeiro empréstimo feito pelo BNDES a uma central sindical, em pleno governo FHC. Em 1996, o banco que opera o programa de privatizações destinou à CUT R\$ 1,2 milhão para a construção de uma escola, uma creche, um hotel e uma agência de viagens em Florianópolis. Quantia ligeiramente inferior veio de uma central sindical alemã (Ibidem, p. 26).

A “passagem de uma relação conflitante de anulação do outro para uma relação conflitante de reconhecimento mútuo: antagonismo convergente” (OLIVEIRA, F., 1993 apud ALVES, 1998, p. 213) por parte da CUT deveu-se tanto ao cenário de crise que a política industrial de Collor impingiu a suas bases históricas – a indústria automobilística instalada no ABC paulista – quanto à falência do socialismo soviético, este consagrando “como subproduto ideológico, a proclamação universal da morte do socialismo e, portanto, da era do antagonismo de classe” (Ibidem, p. 214). A perspectiva conciliatória adotada pela CUT também é apontada por Bernardo e Pereira (op. cit., p. 30), que destacam o progressivo abandono das propostas de ruptura com o modelo corporativista do sindicalismo brasileiro, motivado (i) pela hegemo-

<sup>36</sup> Cardoso (2003, p. 48) ratifica que tanto a CUT quanto a Força Sindical “reduziram pessoal ou redefiniram a escala de salários e funções, ou ambas as coisas, durante a década de 90”.



nia conquistada no movimento sindical e consequente burocratização e acomodação às facilidades do modelo vigente e (ii) pela quantidade significativa de ex-dirigentes sindicais investidos de mandatos políticos.

Braga, R. (2010) é sensível à integração de dirigentes sindicais ao aparato governamental: alinhado à tese da hegemonia às avessas, destaca na sua dinâmica não apenas o desaparecimento dos movimentos sociais “da pauta política reivindicativa nacional [ ... ] tendo o outrora poderoso movimento sindical ‘cutista’ na vanguarda (do atraso)”, como também infere que entre suas causas estão desde a “miríade de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais” (Ibidem).

Tais aspectos justificam a tese de Bernardo e Pereira (2008, p. 29-30), segundo a qual a inclusão de dirigentes sindicais no sistema político é uma especificidade do capitalismo sindical no Brasil<sup>37</sup>. Os autores atentam ainda que o sindicato frequentemente é um meio de ascensão social de trabalhadores de origens populares, o que julgam relevante porque com um padrão de vida superior ao de antanho, o convívio com gestores em espaços de negociação poderia fomentar o compartilhamento de valores e práticas distantes dos interesses de seus representados (Ibidem, p. 105).

---

<sup>37</sup> Os autores relatam exemplos de outros países, destacando a Suécia, em que o paradigma é a inclusão de dirigentes sindicais afastados de suas bases em conselhos de administração de empresas e nesta posição o acesso a vultosos lucros econômicos.

### Capítulo 3

## PETRÓLEO, PETROBRÁS E A BACIA DE CAMPOS

O presente capítulo tem importância capital para os objetivos deste trabalho, visto que aqui intento (i) apontar a importância geopolítica do petróleo, assinalando os determinantes da atuação do Estado brasileiro na sua indústria; (ii) discutir o contexto histórico-econômico da consolidação da Petrobrás como a maior empresa brasileira; (iii) demarcar as particularidades históricas e políticas da emergência da Bacia de Campos (BC), discutindo a possibilidade de seu peso, inclusive ideológico, na construção de uma identidade de classe dos empregados da Petrobrás; e *in fine* (iv) analisar a ação coletiva destes trabalhadores mediada por sua representação sindical e seu potencial heurístico de evidenciar a preeminência deste grupo frente à maioria dos trabalhadores terceirizados.

Apesar da moderna história do petróleo ter seu marco inicial na segunda metade do século XIX, é ao longo de todo o século XX que ele está associado à hegemonia política e econômica, mantendo a sua importância no século atual, subjacente a três temas (YERGIN, 2010, p. 12 et. seq.):

- i) a grande envergadura de seus efeitos sobre a economia global, podendo a variação de seu preço no mercado internacional impulsionar tanto o desenvolvimento econômico quanto crises recessivas;
- ii) sua íntima relação com as estratégias de poder locais e globais, revelada com a 1ª Guerra Mundial<sup>38</sup> e evidenciada pela súbita relevância adquirida por países até então periféricos à geopolítica internacional, prenunciada com a crise de Suez<sup>39</sup> e ratificada seja com a criação da Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP), em setembro de 1960<sup>40</sup> seja com a

---

<sup>38</sup> Uma “Conferência de Petróleo Interaliada” com representantes dos EUA, Inglaterra, França e Itália reuniu-se em fevereiro de 1918, visando à coordenação e controle dos suprimentos de petróleo entre as nações aliadas e suas respectivas forças militares. A operação do sistema foi levada a efeito por duas companhias petrolíferas internacionais, a americana Standard Oil of New Jersey e a anglo-holandesa Royal Dutch-Shell. (YERGIN, 2010, p. 199).

<sup>39</sup> Em julho de 1956, o então presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, nacionalizou o canal de Suez – passagem entre os mares Vermelho e Mediterrâneo por onde escoava no ano anterior dois terços do petróleo que abastecia a Europa Ocidental (Ibidem, p. 540). Até então operado sob concessão por uma companhia anglo-francesa, a medida motivou uma ação militar coordenada de Israel, França e Inglaterra. A oposição dos EUA teria causado, segundo Harvey (2011, p. 12) a elevação de sua reputação global em termos de liderança. O desfecho da crise, no final do mesmo ano, resultou na posse permanente do canal pelo Egito e em uma crise de abastecimento na Europa que perdurou até março do ano seguinte, além de acender a “pira do nacionalismo” nos países produtores do Oriente Médio (YERGIN, op. cit., p. 563).

<sup>40</sup> A criação deste cartel tem como pano de fundo a luta pela retomada da soberania dos Estados que o fundaram (Arábia Saudita, Venezuela, Kuwait, Iraque e Irã) das companhias internacionais de petróleo. Estas, ao reduzirem unilateralmente o preço do barril no início de 1959 (British Petroleum) e em agosto de 1960 (Standard Oil

ocupação do Iraque por tropas norte-americanas em 2003 como estratégia para permitir aos EUA “mediante o firme controle da torneira global do petróleo, alimentar a esperança de manter o controle efetivo da economia global nos próximos cinquenta anos” (HARVEY, 2011, p. 29);

iii) a dependência que a sociedade moderna ainda nutre em relação a este mineral, a despeito das ameaças à sua obsolescência representadas, por exemplo, com a invenção da lâmpada incandescente e, mais recentemente, dos chamados biocombustíveis.

A despeito da desaceleração do consumo de energia primária verificado em todas as partes do mundo em 2011, o petróleo segue na liderança frente a outras fontes, respondendo por 33,1% do consumo global de energia (BP STATISTICAL..., 2012, p. 42).

Não obstante, as graves consequências ambientais associadas à banalização de seu emprego – das quais atualmente sobressaem as mudanças climáticas – põem sua indústria na defensiva, no alvo de críticas severas em função de sua ameaça às gerações futuras<sup>41</sup>.

Para além destes efeitos mediatos da utilização do petróleo como principal matriz energética da moderna civilização, existem ainda os recorrentes grandes acidentes envolvendo sua indústria, que evidenciam o seu potencial para provocar danos imediatos ao meio ambiente ainda no momento de sua exploração, produção e transporte. No segmento de transporte, o caso mais emblemático é o vazamento de mais de 41 milhões de litros de óleo cru do navio petroleiro Exxon Valdez no Alasca<sup>42</sup> (EUA) em 1989.

Recentemente, o segmento de exploração e produção de petróleo tornou-se alvo de grande desconfiança em função do vazamento de óleo que motivou e posteriormente foi potencializado pela explosão da plataforma Deepwater Horizon no campo de Macondo, Golfo do México, a serviço da British Petroleum em 20 de abril de 2010. Onze trabalhadores morreram, e não há consenso acerca do volume de óleo vazado para o mar. A primeira estimativa oficial divulgou que até 04 de agosto daquele ano ele atingia aproximadamente 4,9 milhões de barris, ou 779 mil litros (NATIONAL COMMISSION..., 2011, p. 167). O relatório que revela

---

of New Jersey), por conta não apenas do excedente de produção no próprio Oriente Médio como também da competição com a produção soviética, comprometeram significativamente a receita destes países (Ibidem).

<sup>41</sup> O tratamento deste aspecto pelo governo brasileiro tem como destaque a “Segunda Comunicação Nacional do Brasil” ao secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, instrumento multilateral resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Neste informe, é ressaltada a edição da Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima e internalizou voluntariamente as ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa propostas na 15ª Conferência das Partes (COP-15), realizada em Copenhague em dezembro de 2009 (BRASIL, 2010). Sua repercussão no setor petróleo é expressa no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), formulado pelo Ministério das Minas e Energia.

<sup>42</sup> Evento que motivou a edição do Oil Pollution Act (OPA 90) pelos EUA em agosto de 1990. Esta lei determina que a partir de 2015 apenas navios petroleiros construídos com casco duplo naveguem em águas jurisdicionais norte-americanas.

tais números relata a publicação de um artigo no mês seguinte estimando um volume superior ao dobro destes.

Este acidente vem sendo considerado um marco por vários motivos. Não apenas pôs em xeque o modelo regulatório americano para exploração de petróleo em águas profundas. De uma perspectiva estritamente “mercadológica” (na falta de melhor termo), pôs em questão também toda a solenidade que envolve o discurso da “Responsabilidade Social Corporativa”, da qual a British Petroleum vinha sendo considerada “*benchmarking*”<sup>43</sup> por várias empresas de atuação transnacional – entre elas a Petrobrás. Em nível local, na medida em que o acidente ocorreu durante a perfuração em águas profundas, a viabilidade da produção na jazida de petróleo descoberta na camada do pré-sal brasileiro em 2006 foi seriamente questionada.

Quando o acidente no Golfo do México já não ocupava as manchetes, o mesmo questionamento veio à tona novamente. Desta vez, a viabilidade de exploração do pré-sal foi mais uma vez objeto de discussão nos meios de comunicação de massa devido ao vazamento descontrolado de um poço no campo de Frade, na BC. Este acidente ocorreu durante uma operação de perfuração executada pela plataforma Sedco 706, de propriedade da Transocean, a serviço da empresa petroleira norte-americana Chevron. Iniciado em 07 de novembro de 2011 com uma ocorrência rapidamente controlada, os dias seguintes evidenciaram que este evento era o indício de algo mais grave. No dia seguinte foram localizadas extensas fissuras no solo marinho, pelas quais vazaram aproximadamente 3.700 barris de petróleo bruto (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO..., 2012, p. ii).

Nos primeiros dias após o início do vazamento, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) impôs à Chevron a proibição de novas perfurações em sua área de concessão<sup>44</sup>, assim liberando a empresa proprietária da plataforma envolvida no acidente a negociar, a partir de fevereiro de 2012 a contratação da mesma pela Petrobrás para atuação na BC (SIQUEIRA, 2012a). O relatório final da investigação do acidente, elaborado pela própria ANP, firmou o entendimento de que “o acidente expôs falhas graves na percepção dos riscos e gestão das incertezas durante o desenvolvimento do projeto, *de inteira res-*

<sup>43</sup> Referencial de excelência, “Organização, processo, produto ou resultado considerado o melhor da classe” (CRITÉRIOS DE EXCELÊNCIA 2009, 2008, p. 40).

<sup>44</sup> Os perigos que engendram acidentes desta natureza são abordados no Brasil por instrumentos normativos diversos. A lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000 tem como escopo “a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional”, tendo caráter complementar à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios – MARPOL 73/78, estabelecida pela Organização Marítima Internacional (IMO) (BRASIL, 2000). No *corpus* da legislação de saúde e segurança do trabalho, destaca-se o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 30, baixada pela Portaria SIT nº 183, de 11 de maio de 2010. No marco regulatório do setor, a questão é abordada pelo Regime de Segurança Operacional para as Instalações de Perfuração e Produção de Petróleo e Gás Natural, instituído pela Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007.

*ponsabilidade da Chevron*” (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO..., 2012, p. 44, grifo nosso). Assim, não só a Transocean foi isentada de responsabilidades pelo acidente como as concessões da Chevron para exploração e produção de petróleo em território brasileiro foram mantidas.

Entretanto, a 31 de julho de 2012 o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, atendendo ao pedido de liminar do Ministério Público Federal, proferiu sentença estabelecendo prazo de trinta dias para que ambas as empresas suspendessem suas atividades de extração e transporte de petróleo no Brasil (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2012).

Se tal decisão judicial atendeu ao pleito das lideranças sindicais dos petroleiros, estas foram surpreendidas pela decisão da Petrobrás em mobilizar sua gerência jurídica para “ajudar a Transocean e a Chevron a não interromperem suas operações no país” sob a justificativa de receio de impacto em suas operações. A estatal tinha naquele momento oito sondas de perfuração contratadas da Transocean, e participação de 30% no campo de Frade (LUNA, 2012a).

Neste sentido, é relevante que sob o argumento de “grave lesão à economia pública” um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tenha suspenso tal liminar em 28/09/2012 (Idem, 2012b).

Se os acidentes ora citados evidenciam os perigos imediatos associados à exploração e produção de petróleo, a perspectiva de mudança climática tem um caráter de porvir a respeito do qual é possível uma racionalização.

Porém, mudando um pouco de perspectiva, mirando o setor petróleo por um prisma bem diferente, é possível afirmar que ele tem também uma imagem espetacular e sedutora: a de uma supostamente enorme, promissora e rentável área de trabalho. Some-se a isso, no caso brasileiro, o mito “Petrobrás”, que faz do ingresso profissional nesta empresa a aspiração dos egressos de universidades pelo Brasil afora<sup>45</sup>. Especificamente no contexto regional, a

(...) perspectiva de trabalhar na Petrobrás era, e continua sendo, o grande sonho desses jovens [ de Campos e região ], *não só das famílias mais pobres como também da classe média*. Trabalhar embarcado além de ser a grande aventura é também a chance de ganhos financeiros e de status. Era assim que os ‘pioneiros’ das primeiras plataformas pensavam. (GOMES, 2002, p. 69, grifo nosso).

---

<sup>45</sup> Pesquisa realizada por uma consultoria internacional em 2012, com 46 mil jovens universitários de todo o Brasil, apontou a Petrobrás entre “as empresas mais presentes nos sonhos dos jovens brasileiros” (ABRANTES, 2012).

Por entender que estas questões estão vinculadas a um impensado social<sup>46</sup> cujas origens remontam à emergência do petróleo na agenda política do Brasil, intento apresentar a seguir uma síntese que propicie a aproximação entre estes aspectos aparentemente tão díspares.

### 3.1 O PETRÓLEO NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA

As preocupações oficiais com o petróleo no Brasil aparecem com a experiência da 1ª Guerra Mundial. Esta teria definido para os políticos, a imprensa e a intelectualidade “a relação entre a indústria do petróleo e o desenvolvimento econômico, a vulnerabilidade militar e as realidades da política internacional do petróleo” (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 11).

A discussão do tema nestes termos não era restrita ao Brasil. Conforme Yergin (2010, p. 308), em março de 1938 o governo nacionalista de Lázaro Cárdenas fez do México o primeiro país a nacionalizar suas jazidas petrolíferas. Desta medida resultou a criação da Petróleos Mexicanos S/A, a primeira companhia petroleira estatal da América Latina (LUCENA, 2004, p. 33). Smith (1978, p. 51) conjectura a possibilidade de esta medida ter influenciado a decisão de Vargas de criar o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) mediante o Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, ainda que seu modelo tenha sido a agência reguladora argentina Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), criada em 1922 pelo engenheiro e general Enrique Mosconi.

O Irã nacionalizou suas jazidas em maio de 1951, mediante a abolição legal da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana<sup>47</sup> e a criação da estatal Companhia Nacional de Petróleo Iraniano (YERGIN, op. cit., p. 513). As companhias petrolíferas internacionais voltaram a atuar no país em 1954<sup>48</sup> sob a forma de consórcio, neste incluído a estatal e tendo o governo local como proprietário legal do petróleo e das instalações associadas a sua produção (Ibidem, p. 537). A Ente Nazionale Idrocarburi (ENI, companhia petrolífera estatal italiana) foi criada em 1953<sup>49</sup>, a partir de um *pool* de várias estatais ligadas aos negócios do petróleo e seus derivados tendo em comum um mesmo nome à sua frente – Enrico Mattei (Ibidem, p. 565). Neste

---

<sup>46</sup> Utilizo esta expressão conforme a acepção de Bourdieu (2009a), homóloga a “história esquecida”.

<sup>47</sup> Criada em 1909 por capital privado britânico, Winston Churchill aprovou no parlamento a aquisição de 51% de suas ações pelo governo em 1914 (YERGIN, 2010, p. 510), interessado no fornecimento de combustível para a Armada Real. Em 1954, a companhia assumiu o nome de uma de suas subsidiárias – British Petroleum (Ibid., p. 567) e participou do consórcio que recolocou o petróleo iraniano no mercado internacional.

<sup>48</sup> Após uma operação envolvendo os governos americano e inglês que fomentou a queda do líder Mohammed Mossadegh, sob cujo governo deu-se a nacionalização (Ibidem, p. 537).

<sup>49</sup> Bueno (1984, p. 29) assevera que na ocasião as sete maiores companhias petrolíferas do mundo detinham 92% das reservas provadas de petróleo, 87% de sua produção, 73% da capacidade de refino, 29% do transporte por navios petroleiros, 72% da distribuição de derivados e 64% das áreas cedidas pelos governos para exploração.

mesmo ano Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 2004, criando a Petrobrás e atribuindo-lhe a operação do monopólio estatal nas atividades de exploração e produção, refino e transporte de petróleo e de seus derivados.

Não foi a primeira medida de intervenção do Estado na produção de insumos básicos, aspecto que tem sido objeto de muitos estudos. Sem a pretensão de esgotar este tema de tão candentes polêmicas, apresento de forma sintética algumas das perspectivas que relativizam a relevância da campanha “O petróleo é nosso” neste processo. Esta opção justifica-se pelo recurso contumaz do discurso sindical a uma “tradição de luta” dos petroleiros que remete à própria criação da Petrobrás, sugerindo uma continuidade que julgo artificial. O contexto do segundo governo Vargas foi marcado por

(...) uma tomada de consciência e um inflexão estratégica. A consciência de que a empresa nacional ficava aquém das necessidades impostas pelo salto industrializante e de que o sistema bancário privado era incapaz de superar os estreitos limites do crédito comercial, o que *obrigava o Estado a assumir uma função financeira*. Ficava claro, ademais, que o braço forte do capital nacional não estava no capital industrial e que a aliança do capital agrário-mercantil e bancário não via no Estado o *condottiere* de um projeto de afirmação econômica ou militar. Tudo isso impunha uma inflexão estratégica com a *opção por um desenvolvimento associado com o capital internacional, única forma de financiar uma industrialização tardia e periférica* que jamais se tomou um projeto verdadeiramente nacional, ao estilo prussiano<sup>50</sup>. (FIORI, 1990, grifos nossos)

Smith (1978, p. 17), tratando especificamente da Petrobrás, supera a aparente contradição em termos expressa na citação acima: a “opção” pela associação com o capital estrangeiro como “única forma” de financiamento da industrialização. Para o historiador americano, inexistia capital privado nacional para a criação de uma indústria petrolífera no Brasil, restando assim como opções ou os fundos estatais ou o capital privado estrangeiro.

No que toca à segunda alternativa, o autor assinala que as companhias petrolíferas internacionais já não estavam interessadas no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, visto que os EUA voltaram-se para a reconstrução europeia, o que restringia a possibilidade de empréstimos governamentais. Ademais, a despeito do relaxamento das restrições do Estado Novo propiciado pela eleição de Eurico Dutra em 1946, a geologia brasileira não era promissora, o mercado brasileiro era pequeno e a legislação permanecia restritiva, além de existir no Brasil uma “crônica hostilidade às companhias estrangeiras” (Ibidem, p. 66).

<sup>50</sup> Referência a uma modalidade de “modernização conservadora” teorizada por Lênin (1980), Engels (1951), Gershenkron (1952) e Moore (1973).

Ambas as visões têm proximidade com a perspectiva de Abranches (1979), que aponta determinações macroestruturais para a intervenção estatal no setor produtivo visando garantir a manutenção da acumulação privada de capital.

No caso da Petrobrás, este autor ressalta a época de sua fundação como um período de inflexão histórica, “que marca o aprofundamento e a expansão acelerada do capitalismo industrial, em um contexto de internacionalização dos mercados industriais” (Ibidem). Sob este pano de fundo, o monopólio estatal do petróleo teria sido engendrado pela “combinação de uma conspiração burocrática, de caráter nacional-estatista, com um amplo movimento de massas mobilizadas em torno da idéia do desenvolvimento nacional” (Ibidem).

Saurin e Pereira (1998) compartilham boa parte de suas teses com os autores citados até aqui. Entretanto, inserem a Petrobrás no conjunto da “indústria pesada”, associando-a à companhia Vale do Rio Doce e à Companhia Siderúrgica Nacional, cuja criação também fora estimulada pelo debate ideológico em torno da “questão nacional” e do “desenvolvimentismo”. Para estes autores tal discussão foi oportuna por servir ao Estado para resolver “o problema da monopolização necessária para suportar uma industrialização tardia”, visão que sustenta a ideia segundo a qual

(...) o processo de estatização nacional no setor produtivo *não foi ideológico* e nem parte de um plano estratégico de estatização da economia, mas circunstancial devido a ausência de iniciativa do capital privado, e principalmente *para implantar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do próprio setor privado*. (SAURIN; PEREIRA, 1998, grifos nossos).

Além destas contribuições, a de Alveal Contreras (1994) é particularmente significativa por estabelecer um ponto de partida para uma breve síntese da história da Petrobrás, destacando o momento em que ela é alçada ao estatuto de empresa moderna e eficiente. Para a autora, o surgimento do “Estado empresário” no Brasil ocorre em um contexto de desenvolvimento cuja modalidade teria propiciado o enfrentamento de restrições ínsitas a uma industrialização tardia, “em condições de desvantagem à dinâmica mundial capitalista de internacionalização produtiva” (ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 12). Tal especificidade impôs soluções políticas singulares, que colocaram

(...) a *ação estatal*, especialmente a das *estruturas diretamente produtivas*, em posição estratégica virtual para orientar e acomodar a dinâmica conflitante entre os interesses estatais, os dos capitais privados nacionais e os dos capitais estrangeiros. (Ibidem, loc. cit., grifos da autora).



O acordo de interesses deste “tripé” teria sido repactado com o golpe de 1964, tornando notória a partir de então uma congruência entre a autoridade por parte do governo e o virtual poder das “elites empresariais do Estado”. Nessa relação estrutural de poder, não seria acaso as lideranças da Petrobrás terem realizado e desenvolvido entre 1965 e 1975 “suas capacidades de Leviatã produtivo” (ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 51 et. seq.).

A autora refere-se à gestão em que a Petrobrás alcançou o posto de maior empresa do país (MURAD; BRAGA, T., 1977), mesmo abandonando a perspectiva de “resolver a questão do petróleo em bases nacionais” (CHAVES NETO, 1958): priorizando o abastecimento do mercado interno de derivados de petróleo em detrimento da autossuficiência<sup>51</sup>. Esta alteração de estratégia foi a marca da empresa sob o *comando* do General Ernesto Geisel (SCALETSKY, 2003, p. 56), de novembro de 1969 a julho de 1973. É relevante ressaltar – por motivos que serão expostos adiante – que três meses após o fim de sua gestão<sup>52</sup> irrompeu a Guerra Árabe-Israelense, evento causador do primeiro choque do petróleo. Três meses adiante, quando o Brasil produzia pouco mais de 20% do petróleo que consumia, o preço do barril atingira US\$ 11,65 – valor cinco vezes superior ao de três anos antes (BUENO, 1984, p. 70).

A este dado externo somavam-se, justamente durante o governo de Ernesto Geisel, sinais de esgotamento do “tripé” de interesses que sustentou a atuação direta do Estado na economia. Esta conjuntura exigiu das lideranças gerenciais da Petrobrás – que assumiram o “papel de patrão” (SCALETSKY, op. cit., p. 13) – a implementação de uma estratégia de resistência dinâmica à perda de seu “virtual poder”, possível apenas com a lógica privada que elas imprimiram ao agora “grupo empresarial”:

Por um lado, o grupo estatal é transformado numa organização solidária com os interesses privados nacionais. Por outro, as empresas do grupo são abertas, seletivamente, à cooperação com os capitais internacionais. (ALVEAL CONTRERAS, op. cit., p. 57).

Esta avaliação pode ser corroborada com o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) em 1974, cuja relação com a Petrobrás será discutida adiante.

---

<sup>51</sup> Esta visão é concorde com a externada por Kucinski (1977).

<sup>52</sup> Para ser homologado dois meses depois candidato da situação para “disputar” a Presidência da República no Colégio Eleitoral em janeiro do ano seguinte.

### 3.2 PETROBRÁS: A CONSTRUÇÃO DO MITO

A alteração de rumo da Petrobrás na transição das décadas de 1960-70 ensejou um vigoroso programa de importação de óleo bruto e, em 1972, a criação da BRASPETRO, uma subsidiária voltada para a negociação de *joint ventures*<sup>53</sup> no exterior visando ao suprimento da crescente demanda interna de derivados de petróleo.

Ainda que esta medida tenha exigido a revogação de constrangimentos legais associados à hegemonia do nacionalismo à época da criação da empresa, dela resultou o fortalecimento da “cultura da grande empresa eficiente, diversificada e moderna”, responsável por traçar seu “caminho para se tornar a oitava irmã<sup>54</sup>” (SCALETSKY, 2003, p. 61). Até então, o baixo preço do petróleo no mercado internacional era uma das bases de sustentação do “subdesenvolvimento industrializado”, juntamente com uma política de compressão dos salários e endividamento externo ilimitado (BRESSER PEREIRA, 1982, p. 160).

Entretanto, o “milagre brasileiro”, que se faz ver no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 13,94% em 1973 (BAER, 2002, p. 296), teve como preço o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Por sua vez, este foi influenciado pela desaceleração econômica motivada pela política monetária anti-inflacionária iniciada em 1974 e pela eclosão da guerra árabe-israelense em outubro de 1973. O efeito indireto do conflito foi o aumento dos gastos com importação de petróleo: de US\$ 409 milhões do ano anterior para US\$ 711 milhões neste e US\$ 2,8 bilhões em 1974, mantendo uma curva ascendente nos anos seguintes (BUENO, 1984, p. 14). Isso ocorria porque apesar da Petrobrás ter descoberto petróleo em 1968 no campo de Guaricema, na costa de Sergipe, e nela produzir desde 1973 (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 126 et. seq.), a demanda interna era incongruente com a evolução de sua produção, estável desde 1967 (SMITH, 1978, p. 201).

Por outro lado, a inexistência de investimentos prévios em prospecção de petróleo capazes de reverter esta situação em curto prazo e as exigências da conjuntura econômica foram os argumentos para mais um ato de afastamento da empresa dos objetivos invocados na campanha “O petróleo é nosso”. Em outubro de 1975, era anunciada em cadeia nacional de rádio e televisão pelo agora Presidente da República Ernesto Geisel a celebração de contratos de exploração de petróleo com cláusula de risco com empresas estrangeiras. Tratava-se de uma

---

<sup>53</sup> O termo (“união de risco”, em inglês) designa uma associação cuja capacidade de “explorar novas áreas com parceiros cujas capacidades são complementares, permitindo uma transferência de conhecimento, além de distribuição de riscos” é particularmente destacada na indústria do petróleo (TAVARES, M. E. E., 2005, p. 20).

<sup>54</sup> Alusão à designação pejorativa cuja criação é atribuída a Enrico Mattei para referir-se às então sete maiores companhias petrolíferas do mundo: Standard Oil of New Jersey (Exxon), Socony-Vacuum (Mobil), Standard Oil of California (Chevron), Texaco, Gulf, Royal Dutch-Shell e British Petroleum (YERGIN, 2010, p. 566).

concessão que ele próprio rejeitara em 1970, quando presidente da empresa (ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 92).

Malgrado o temor de que os dados já então consolidados da viabilidade comercial dos campos pioneiros de Garoupa e de Pargo, descobertos pela Petrobrás em novembro de 1974 na BC, caíssem em mãos estrangeiras (MURAD; BRAGA, T., 1977), os resultados práticos das operações de prospecção envolvendo os apenas cinco contratos de serviços com cláusula de risco foram frustrantes (SCALETSKY, 2003, p. 72).

Este fato, e as descobertas posteriores na BC – os campos de Namorado e Badejo em 1975, de Enchova em 1976 e de Pampo, em 1977 (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 128 et. seq.) – permitiram vislumbrar que era neste sítio que a Petrobrás cumpriria os objetivos que *ideologicamente* teriam justificado a sua criação: a produção de petróleo em solo nacional que conferisse ao país a tão sonhada e estratégica autossuficiência energética. Para tanto, dado o longo tempo previsto entre a concepção dos projetos e a efetiva entrada em operação das plataformas fixas de produção, a Petrobrás adotou um Sistema de Produção Antecipada<sup>55</sup> (SPA) “concebido e instalado por técnicos da empresa com assessoria de firmas estrangeiras” (PIMENTEL, 2003, p. 82) que possibilitou o início da produção comercial do campo de Enchova a 13 de agosto de 1977<sup>56</sup>.

Este pioneirismo revelar-se-ia plenamente justificável – sendo a fonte de um discurso ideológico até os dias atuais – quando o segundo choque do petróleo, motivado pela eclosão da revolução islâmica no Irã, elevou mais uma vez o preço do barril: de US\$ 12,70 em 1979 a US\$ 31,68 no final do ano seguinte (SCALETSKY, op. cit., p. 73). Nesta ocasião o Brasil importava cerca de 80% do petróleo que consumia, produzindo aproximadamente 200 mil barris/dia (BUENO, 1984, p. 13).

O primeiro superintendente da BC, província que em menos de dez anos responderia por mais de 80% da produção de petróleo do país, salienta sua decisão, à época, de formar pessoal de nível superior e técnico na própria Bacia, eventualmente “pinçando” profissionais com alguma experiência de mercado de setores externos ao petrolífero, no intuito deliberado e com anuência do então presidente da companhia de evitar pessoal “com vício de Unidade nenhuma, vício gerencial, empresarial de coisa nenhuma”<sup>57</sup>.

Divergindo desta perspectiva, estudo mais recente relata que

---

<sup>55</sup> Precursor dos FPSO, *Floating Production, Storage and Offloading* – Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência – foi também instalado no campo de Garoupa em 1979 (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 130).

<sup>56</sup> Conforme depoimento de Alfeu de Melo Valença ao projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás” em 08/04/2003. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 15 dez. 2011.

<sup>57</sup> Conforme depoimento de Alfeu de Melo Valença, citado na nota anterior.

(...) os trabalhadores que deram início às operações marítimas [ na BC ] vinham de outras Unidades operacionais da empresa imbuídos de um caldo cultural de cunho impositivo, nas quais estas áreas se estruturam durante os anos de ditadura militar. (LEITE, 2009, p. 78).

Minhas observações de campo, os dados obtidos em entrevistas e alguns trabalhos já realizados me autorizam a afirmar que estas perspectivas não são mutuamente excludentes. Existiu de fato o aproveitamento, na fase inicial de produção da BC, de profissionais oriundos de províncias petrolíferas localizadas no nordeste brasileiro. Estes trabalhadores coexistiram com uma bastante provável maioria de egressos de cursos técnicos profissionalizantes da então Escola Técnica Federal de Campos (ETFC, atualmente IFF, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense), apontada por Gomes (2002, p. 2) como “grande centro gerador de mão-de-obra qualificada para a região”.

Mais incisivo, Pimentel (2003, p. 93) julga que a progressiva entrada de técnicos formados na então ETFC na Petrobrás, mediante concursos que mobilizavam a cidade, “foi concretamente a grande ligação” entre seus municípios e a empresa. O testemunho do primeiro coordenador do Sindipetro-NF<sup>58</sup> acerca da relevância de sua experiência de militância no movimento estudantil de Campos, naquela instituição, na sua formação política e posterior engajamento no movimento sindical (HUMILDE SEMPRE..., 2006) também faz ver o peso quantitativo dos egressos do IFF na emergência da BC.

### 3.3 IMPERATIVOS GLOBAIS: “NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA”

A despeito da riqueza de acontecimentos e significados para a história da Petrobrás na transição entre as décadas de 1970-80 (SCALETSKY, 2003, p. 73), a empresa sofreu os efeitos da profunda crise que marcou a década de 1980, cujas origens Fiori (1990) remete ao II PND, lançado em 1974. Tendo como fiadores bancos privados internacionais<sup>59</sup>, uma das diretrizes da estratégia da “Nação-potência” vislumbrava um novo padrão de industrialização cuja

<sup>58</sup> Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, criado em 1995 a partir do desmembramento do Sindipetro-RJ, de base territorial estadual.

<sup>59</sup> De fato, Dias e Quaglino (1993, p. 129) apontam os empréstimos externos como a modalidade de financiamento privilegiada pela Petrobrás a partir de então, em substituição os aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE – desde 1982, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES).

liderança caberia à indústria pesada<sup>60</sup>, cabendo à empresa pública o papel central neste processo.

Não obstante ter montado uma “extraordinária máquina produtiva estatal” (FIORI, 1990), da qual Barros (1998 apud FIORI, op. cit.) destaca a drástica ampliação da capacidade de produção de petróleo<sup>61</sup>, os mecanismos de financiamento do II PND tornaram o Estado vulnerável aos choques do petróleo e dos juros internacionais do final da década de 1970. Ao “implementar uma política de ‘ajustamento’ do balanço de pagamentos através da estatização da maior parte da dívida externa<sup>62</sup>, deu início a um processo de encilhamento financeiro” (Ibidem).

A criação da Secretaria de Controle de Empresas Estatais<sup>63</sup> em 1979 faz ver a primazia que o ajuste macroeconômico teria a partir de então. Subordinadas a esta lógica, as estatais reorientaram sua gestão, o que levou também a Petrobrás, “apesar da resistência de suas lideranças [ a sofrer ] os efeitos do ‘canibalismo’ da política governamental de financiamento do SPE (Setor Produtivo Estatal<sup>64</sup>)” (ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 168). Dados propiciados em função das prerrogativas atribuídas à própria SEST pelo Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, que a criou, revelam que entre os vinte maiores grupos do SPE

(...) as despesas agregadas com pessoal e encargos sofreram uma queda de mais de 10% em termos reais [ no período 1980-83 ] não obstante um aumento real acumulado de 12% até 1982. A queda substancial observada no ano de 1983 foi em boa parte uma consequência da nova lei salarial. (WERNECK, 1984, p. 7).

Especificamente no que toca ao “grupo Petrobrás<sup>65</sup>”, maior entre os que então compunham o SPE, o autor destaca a quadruplicação de seus encargos financeiros (juntamente com o grupo Siderbrás). Este fato seria efeito “das altas taxas de juros internacionais e da desvalorização cambial sobre o valor em cruzeiros dos juros pagos sobre os passivos” em moeda estrangeira (Ibidem, loc. cit.).

<sup>60</sup> A segunda diretiva era, conforme Fiori (1990), um fortalecimento do capital privado nacional, a ser coordenado e financiado pelo BNDE, frustrada em função da política monetário-financeira implementada desde 1964 primar por títulos da dívida interna e assim afastar ainda mais o capital privado das atividades produtivas.

<sup>61</sup> Assertiva corroborada pelo aumento crescente dos investimentos da Petrobrás em exploração e produção a partir de 1976, declinando a partir de 1981 (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 137).

<sup>62</sup> Propiciada pela Lei nº 432/1977, conforme o mesmo autor.

<sup>63</sup> SEST, atualmente DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Estatais, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

<sup>64</sup> Diz respeito a “empresas que produzem bens ou serviços, quase sempre de forma monopolista ou oligopolista. Normalmente, essas empresas são regidas pela Lei nº 6.404/76, a qual regula a atuação das Sociedades por Ações e, em geral, somente dependem de aportes do Tesouro nas fases de implantação ou de ampliação de seus projetos de investimento”. (SEST, 1983 apud WERNECK, 1984, p. 2).

<sup>65</sup> Também chamado *holding*, composto na época por 21 empresas, conforme dados da SEST apresentados pelo autor.

Ainda assim, o grupo Petrobrás foi um dos poucos que no período 1980-83 obteve aumento da receita operacional real, atribuído parte à “política de manejo dos preços de bens e serviços produzidos [ ... ] como instrumento de política anti-inflacionária e, em parte, dos efeitos da recessão” (WERNECK, 1984, p. 11 et. seq.). Brant (1990, p. 20) ressalta que na transição entre os anos 1982-83 o governo Figueiredo negociava com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a obtenção de empréstimos que possibilitassem a manutenção do refinanciamento da dívida externa.

É de bom alvitre lembrar ainda que sob os rigores da escalada inflacionária, as eleições realizadas em novembro de 1982 resultaram em um parlamento com ampla maioria de oposição ao governo federal, assim como a quase totalidade dos governadores eleitos. Ademais, a esta altura o assim chamado Novo Sindicalismo<sup>66</sup> era um movimento consolidado. Desde sua emergência destacavam-se entre suas lideranças as do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia<sup>67</sup> (SADER, 1998, p. 182), que representava os trabalhadores da Refinaria Planalto (REPLAN, instalada em Paulínia, SP).

Estes operários, acatando orientação do Sindicato, no dia da posse do ex-ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, na presidência da Petrobrás, a 26/03/1979, usaram uma tarja preta em sinal de protesto contra sua indicação para o cargo. Seu nome atenderia a interesses de grupos privados e assim antecipava a política privatizante do governo do general João Figueiredo (BRANT, op. cit., p. 34 et. seq.). Entretanto, para o mesmo autor (Ibidem, p. 39), apenas em 1983 tenha sido imposta uma política deliberada de desnacionalização das estatais visando ao atendimento das metas de superávit primário<sup>68</sup> determinadas pelo FMI. Esta se expressa inicialmente com a edição do Decreto nº 2.025 em maio daquele ano, despertando a reação de setores da intelectualidade e também de lideranças sindicais que prepararam atos de protesto (LUCENA, 1997, p. 40).

Esta repercussão provocou o recuo do governo (SCALETSKY, 2003, p. 91), que revogou o dispositivo, mas editando um novo Decreto-Lei, de nº 2.036, em 29/06/1983. Em contraste com o anterior, as medidas deste tinham como alvo os novos empregados das empresas estatais, estabelecendo para estes uma severa restrição de benefícios, além da redução semestral de 5% do valor total de custeio das empresas do SPE, o que foi interpretado pelas

---

<sup>66</sup> Ver a caracterização deste movimento considerada neste trabalho na nota nº 20.

<sup>67</sup> Desde 2002 unificado às bases dos Sindicatos de Petroleiros de Mauá e São Paulo, formando o “Sindipetro Unificado do Estado de São Paulo”, cf. LINHA DO Tempo: Sindipetro Unificado. *Memória dos Trabalhadores Petrobrás*. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 02 jan. 2012.

<sup>68</sup> Diz respeito ao desempenho das contas da União, Estados, municípios e estatais, considerando seu movimento de caixa, exclusive despesas com juros (RODRIGUES, A. 2008). Sua importância está no lastro que propicia ao pagamento dos títulos da dívida emitidos pela União.

lideranças sindicais como a instituição definitiva da demissão em massa (LUCENA, 1997, p. 40).

Foi o estopim para uma greve na REPLAN que diferentes autores destacam como um momento de inflexão. Iniciada a 05 de julho de 1983, Brant (1990, p. 19) atribui-lhe centralidade por considerá-la um dos primeiros movimentos paredistas sob o regime militar em que seus protagonistas assumem abertamente seu caráter político, a despeito desta motivação historicamente justificar a decretação da ilegalidade de movimentos similares.

Os trabalhadores da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), instalada em Mataripe (BA), aderiram à greve dois dias depois (SCALETSKY, 2003, p. 93) ficando o movimento restrito a estas duas bases, fato que Wilson Santarosa, então operador de transferência e estocagem da REPLAN e membro do “comando alternativo da greve”, atribui à “traição do restante dos sindicatos”, visto que foi planejada uma greve nacional. A criação deste “comando” foi uma tática implementada em função da perspectiva (confirmada) de cassação da diretoria do sindicato após a greve<sup>69</sup>.

A despeito das 152 demissões na REPLAN, onde a greve teve uma adesão jamais repetida de 90% da força de trabalho (LUCENA, op. cit., p. 119), e das 189 demissões na RLAM (SCALETSKY, op. cit., p. 95), a greve teria ainda importância decisiva na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no mês seguinte a sua deflagração, uma vez que os trabalhadores

(...) ao tomarem consciência do tamanho da luta que tinham pela frente, aprenderam que era necessário *expandir o sindicalismo combativo para outros sindicatos de petroleiros, investindo nas oposições* e, ao mesmo tempo, no fortalecimento da CUT, pois a Central teria papel fundamental na organização dos trabalhadores contra o militarismo e *na construção do socialismo*. (LUCENA, op. cit., p. 48, grifo nosso).

Wilson Santarosa interpreta aquela conjuntura como um ponto de ruptura. Enquanto o regime militar tinha como filosofia “manter os melhores trabalhadores do Brasil na Petrobrás para ela crescer e ser uma empresa competente”, este era um momento em que se solapavam “os benefícios dos petroleiros. Tínhamos que começar a resistir, pois aí já havia uma política de redução de salário, redução de efetivo, condições de trabalho, eles já estavam tirando coisas”<sup>70</sup>. Esta avaliação da política da empresa durante o regime militar converge com a opinião expressa por um pioneiro do sindicalismo petroleiro na Bahia:

<sup>69</sup> Conforme seu depoimento ao projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás” em 09/11/2004, então como Gerente Executivo da Comunicação Institucional da empresa. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br>>. Acesso em 14 dez. 2011.

<sup>70</sup> Cf. depoimento de Wilson Santarosa, citado na nota anterior.

(...) não temos que nos queixar dos homens que estavam à frente da Petrobrás por força de uma revolução, de um golpe. Sempre fomos bem tratados, bem atendidos. Tivemos muitas conquistas, como o pagamento da dobradinha [ ... ] Domingos e feriados trabalhados, nós ganhávamos em dobro, não folgava, mas ganhava em dobro. (Sinésio Pereira dos Santos, 18 mar. 2003)<sup>71</sup>.

O contraponto a esta perspectiva, que justificava uma nova postura das lideranças sindicais é expressa na fala de um petroleiro da REPLAN:

Até ali, por exemplo, a gente não sentia esse negócio de patrão e empregado. O petroleiro nunca se sentiu empregado da Petrobrás. A gente se sentia dono daquilo tudo. Foi ali, com o Shigeaki, que começou a mudar isso. A gente começou a perceber que a Petrobrás era patrão, que tinha patrão. (BRANT, 1990, p. 39 et. seq.)

Em função de aspectos evocados por discursos com este conteúdo, a greve da REPLAN é apontada como a “data de registro de nascimento” da identidade do petroleiro. Seus “traços da personalidade [ ...] foram riscados no combate ideológico aos que chamavam *sindicatos do petróleo*, ao mesmo tempo em que foi selecionando e descartando aliados e inimigos, dentro e fora da Petrobras” (SCALETSKY, 2003, p. 13, grifos do autor). Neste processo de demarcação de desigualdades e diferenças, os petroleiros “atribuíam a si a representação do verdadeiro *dono* da empresa: *o povo brasileiro*” (Ibidem, p. 96, grifos do autor).

A aproximação entre as reivindicações corporativas dos petroleiros e um discurso nacionalista fora apontada por Oliveira, F. (2003, p. 60) ao tratar da inserção social dos petroleiros quando do início das atividades da Petrobrás na Bahia, na década de 1950. Este autor assinala que no contexto de prevalência do discurso nacional-populista, os antagonismos e interesses de classe eram subsumidos pela ideia de “nação”. Este fenômeno, associado a um jogo corporativista entre a direção da Petrobrás e seus empregados, faria com que estes não a sentissem como inimiga, sendo as greves manifestamente motivadas pela defesa das conquistas nacionais e da própria Petrobrás contra o imperialismo uma dissimulação do seu fito real – a obtenção de ganhos materiais.

Mesmo não indicando um evento particular que tenha marcado a emergência de uma identidade entre os empregados da Petrobrás, Romão (2006) ratifica o vínculo entre esta e o apelo nacionalista da empresa.

O autor – empregado da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN, integrada à área de Gás e Energia da Petrobrás) instalada em Laranjeiras, Sergipe – defende a tese de que

---

<sup>71</sup> Depoimento ao Projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás”. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br>>. Acesso em 22 dez. 2011.



o “processo político envolvendo ampla participação popular que desaguou na criação da Petrobrás, marcou de forma indelével a empresa e seus empregados; seja do ponto vista empresarial, seja do ponto vista sócio político” (ROMÃO, 2006, p. 181).

Ademais, existiriam elementos indutores de um “comportamento identitário comum” destes agentes: o fato de estarem

(...) submetidos a um mesmo contrato de trabalho [ ... ], sujeitos a um mesmo tipo específico de administração e de normas [serem ] formados ética e profissionalmente segundo uma mesma escola de valores [ e ] ter também uma ação sindical cada dia mais unitária no âmbito nacional. (Ibidem, p. 177 et. seq.).

À luz dos autores que sublinham as contingências do capitalismo tardio ou periférico na criação da Petrobrás, julgo que afirmar peremptoriamente o peso da campanha “O petróleo é nosso” na conformação de uma “identidade petroleira” parece-me um exercício de caráter mais retórico que sociológico. Utilizando os termos de uma avaliação da greve na REPLAN em 1983, penso tratar-se de uma concessão ingênua ao “apelo nacionalista que enquadra a Petrobrás como uma empresa popular” (LUCENA, 1997, p. 134).

Se o tempo decorrido desde a campanha propicia razoável conforto para questionar esta correlação, a hipótese da emergência de uma identidade do petroleiro durante esta greve da REPLAN (SCALETSKY, 2003, p. 13), além de basear-se em uma experiência singular dentro do universo absolutamente heterogêneo dos empregados da Petrobrás, é suscetível à perspicácia de Brant (1990). Este autor relata que a certa altura de sua pesquisa convidou o grupo formado por “base e direção”<sup>72</sup> do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas a ler a transcrição das discussões realizadas até então. Neste momento teria emergido a dicotomia entre as motivações da base e da direção sindical para a greve na REPLAN. Embora não seja identificado o autor de cada uma das intervenções, seu teor permite inferir que se trata de um dirigente sindical:

Acho que no começo [ nas primeiras discussões ], a gente levantou muito a bola da categoria. A nossa base, a gente não sabia que podia dar no que deu, nas demissões, na repercussão toda. Eu me lembro, eu era base na época, *não tinha nada com a diretoria*. Acho que *tem muita gente lá, até hoje, que não sabe por que fizemos essa greve*. (BRANT, op. cit., p. 44, grifos nossos).

Mais adiante, fica patente que a diferença entre as motivações para a “direção” e para a “base”: “A base moveu-se ‘pela questão do emprego. A gente estava vendo que ia ter de-

<sup>72</sup> Termos consagrados no ativismo sindical para referir-se, respectivamente, ao conjunto de trabalhadores da categoria sem cargos no sindicato e a direção deste.

semprego, rotatividade, e tal.’” (BRANT, 1990, p. 45). Para além da fala do trabalhador, o autor julga que a atuação diferenciada do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas a partir de 1979 em relação às gestões anteriores se deu pelo

(...) enfrentamento da política contencionista de Ueki, que foi capaz de aglutinar a categoria em torno de temas como reposição salarial e contra as perdas nos benefícios sociais que a empresa oferecia. Em larga medida, o Sindipetro se fortaleceu em reação às ofensivas da empresa, que tentava mudar as regras de um jogo, quando se quer a relação entre patrão e empregado se configurava no discurso petroleiro. (Ibidem, p. 41).

A avaliação da greve feita pelo próprio Lucena (1997, p. 139) aponta para uma clivagem entre, de um lado os trabalhadores da base, e de outro os dirigentes sindicais e estudiosos que se debruçaram sobre o movimento: “Alguns operários não compreendiam a importância histórica do confronto que se havia encerrado. Não obstante, a vitória política conquistada através do tempo, de certa forma se perdeu”.

### 3.4 A EMERGÊNCIA DA BACIA DE CAMPOS

Na década de 1970, a produção de petróleo em uma lâmina d’água superior a 100 metros de profundidade significava um desafio tecnológico em nível mundial. Um engenheiro e ex-diretor da Petrobrás que compôs o “Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Bacia de Campos” (GECAM<sup>73</sup>), relata que àquela época a tecnologia para produção de petróleo em tais profundidades estava em desenvolvimento apenas nos campos do Mar do Norte, os quais ainda assim encontravam-se em uma lâmina d’água entre 60 e 80 metros<sup>74</sup>.

Aponto este aspecto como um dos determinantes para o considerável lapso de tempo entre a implantação da estrutura operacional de apoio às atividades *offshore* da Petrobrás em Macaé, em 1978, e o efetivo início da produção de óleo e gás por suas plataformas fixas – o poço pioneiro perfurado no campo de Garoupa que pela primeira vez demonstrou viabilidade comercial em 1974 estava situado a uma profundidade de 100m (CAETANO FILHO, 2003, p. 51 apud PIQUET, 2004). Apenas em 1983 (ocasião da já citada greve da REPLAN e R-LAM) foi instalada a Plataforma de Namorado I (PNA-1), a primeira da Bacia de Campos (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 137).

<sup>73</sup> Criado em 1978, foi “um órgão idealizado para maior centralização das decisões e controle sobre os grandes projetos postos em marcha em Campos” (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 131).

<sup>74</sup> Cf. depoimento de Sebastião H. Vilarinho ao projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás” em 15/04/2003. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br>>. Acesso em 29 dez. 2011.

Os depoimentos dos Engenheiros Orfila Lima dos Santos<sup>75</sup> e Carlos Tadeu da Costa Fraga<sup>76</sup> ao projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás” (em 17/03/2003 e 14/04/2003, respectivamente) ratificam uma atividade ainda incipiente da Petrobrás em Macaé no início da década de 80. A correlação entre este fenômeno e o papel atribuído à empresa na política macroeconômica então estabelecida pelo governo federal pode ser inferida pela assertiva de Werneck (1984, p. 26) ao referir-se ao investimento global da *holding*<sup>77</sup> Petrobrás.

Mesmo tendo investido mais em 1983 que em 1980, a redução ainda foi de 27% em relação a 1982. Especificamente no segmento de exploração e produção, Dias e Quaglino (1993, p. 137) apontam em 1981 o início de um decréscimo dos investimentos ascendentes desde 1976. O mesmo percentual em relação a outras áreas da empresa foi retomado apenas em 1985, ano da descoberta, na BC, dos campos gigantes de Marlim e de Albacora – marco apontado pela literatura especializada como o início da “Era do Consumidor”, em função de uma queda acentuada do preço internacional do produto e consequente redução do peso da OPEP na sua determinação (BOSCO, 2003a).

Estes dados autorizam-me inferir que em 1983 a constituição dos empregados da Petrobrás enquanto ator político coletivo *ainda* era incipiente na BC. Esta inferência pode ser validada ainda com um comunicado de abertura de inscrições para Processo Seletivo para os cargos de Operador de Utilidades (II e III) e de Técnico de Operação, publicado no jornal Folha de São Paulo em março deste mesmo ano.

Assim, os processos sócio-históricos e culturais envolvidos na construção da identidade destes trabalhadores e *a fortiori* sua ação coletiva, pertenceriam a uma tradição relativamente recente. Um dado que aponta para a justeza desta assertiva é o papel secundário dos cargos gerenciais assumidos pelas lideranças sindicais da BC na Petrobrás a partir de 2003, em franco contraste com os cargos destinados às lideranças oriundas do segmento de refino.

Porém, esta premissa vai de encontro a um estudo recente, “sobre o processo de construção da identidade do trabalhador *offshore*, próprio da Petrobras, na Bacia de Campos” (LEITE, 2009, p. 17), no qual sua autora cita “a década de 80” como

(...) um período em que o *trabalhador da Petrobras* ultrapassa o espaço da empresa e se coloca como protagonista na defesa do país contra o governo militar e contra as

<sup>75</sup> Admitido ainda pelo CNP em 1950, ao relatar intensa dedicação aos trabalhos de construção e montagem das plataformas da BC como Diretor da empresa entre 1975 e 1983, informa que estas “começaram a ser implantadas” em 1981. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br>>. Acesso em 29 dez. 2011.

<sup>76</sup> Um dos gerentes na linha hierárquica da P-36 quando esta afundou (em março de 2001), o mesmo afirma que ao chegar a Macaé em fevereiro de 1982, “a Bacia de Campos estava iniciando o seu processo de construção”. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br>>. Acesso em 16 dez. 2011.

<sup>77</sup> Ou “grupo Petrobrás”, conforme descrito na nota nº 28.

“forças imperialistas”. O *trabalhador petroleiro* assume um novo papel nas mobilizações sindicais e passa a ser um efetivo sujeito mais consciente dos rumos que está trilhando. (LEITE, 2009, p. 33, grifos nossos).

Nesta passagem está implícita a convergência com a afirmação de Scaletsky (2003, p. 13) de que a greve da REPLAN, em 1983, marcaria o “registro de nascimento” da identidade do petroleiro. Entretanto, para formular tal assertiva aquele autor aponta no curso do movimento a *identificação*, pelos empregados da refinaria, de “*seus inimigos* na empresa: o governo-patrão, os diretores nomeados pelo governo, e num plano mais direto, seus prepostos, os gerentes” (Ibidem, p. 96, grifo nosso).

No entanto, aspectos que determinaram o movimento paredista ocorrido em Paulínia têm significação distinta entre os empregados da Petrobrás na BC. Estas singularidades são fundamentais para o entendimento da construção de sua identidade, e parte delas está dissimulada na sinonímia entre “trabalhador da Petrobras” e “trabalhador petroleiro”, detalhe legitimado por Leite (op. cit., p. 20), e que adquire sentido mediante a informação de que a mesma é Assistente Social da empresa.

### 3.4.1 AS PECULIARIDADES DOS PETROLEIROS DA BACIA DE CAMPOS

Os traços que conferem peculiaridade aos empregados da Petrobrás na BC vinculam-se a dois aspectos sutilmente relacionados. O primeiro diz respeito à incorporação e reprodução de uma ideologia triunfalista, caracterizada pela recorrente afirmação da competência forjada para a superação dos obstáculos tecnológicos à viabilização da produção nesta província petrolífera<sup>78</sup>.

#### 3.4.1.1 A IDEOLOGIA TRIUNFALISTA

Tendo como matriz o “Orgulho de ser Petrobrás” enquanto “valor” cultivado por “pertencer a uma empresa brasileira que faz a diferença onde quer que atue, por sua história, suas conquistas e por sua capacidade de vencer desafios<sup>79</sup>”, um dos meios privilegiados para a circulação desta ideologia são as peças publicitárias. Divulgadas em primeira mão aos empregados da Petrobrás antes de atingir o público externo mediante meios de comunicação de massa,

<sup>78</sup> A efetividade da construção das competências necessárias a este empreendimento é atestada no desenvolvimento do trabalho de Piquet (2004).

<sup>79</sup> Cf. ESTRATÉGIA CORPORATIVA. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia-a-corporativa/>>. Acesso em 04 jun. 2012.

tais produtos reafirmam a produção de petróleo na BC como um desafio.

Um exemplo flagrante deste recurso ocorreu no ano do cinquentenário da empresa. Em 2003, a logomarca Petrobrás era presença permanente nos capítulos de uma novela da rede de televisão aberta líder de audiência no Brasil. Sua cidade cenográfica não apenas possuía um posto de combustíveis da rede Petrobrás, como também um de seus protagonistas trabalhava em uma plataforma da empresa. Parte de uma campanha aclamada pela imprensa especializada por reforçar “os marcos essenciais da história da companhia [ ... ] apresentando sua visão sobre o futuro, que sempre estará ligado aos maiores sonhos dos brasileiros” (SAMPALIO, 2010), há que se destacar a cena de encerramento das diversas peças publicitárias televisivas: uma plataforma de produção *offshore* com o apelo “O que você quer sonhar agora?”.

Mais recentemente, o recurso a produções publicitárias visando à circulação da ideologia triunfalista pôde ser observado no segundo filme da campanha que foi ao ar pela primeira vez em rede nacional de televisão, no dito horário nobre, em 08/11/2011. Após uma sequência de imagens que evocam o emprego de alta tecnologia pela empresa, um empregado da Petrobrás a bordo de uma das plataformas da BC (portando crachá, algo que não é praticado a bordo) convida o público espectador: “Venha com a gente”.

Um mês após a divulgação desta peça a empresa publicou um *website* ([www.profissoesdofuturo.com.br](http://www.profissoesdofuturo.com.br)) que vislumbra as “oportunidades de carreira” baseadas na projeção de vagas para técnicos na indústria de petróleo, gás, energia e indústria naval até 2015. Ressalte-se que entre as profissões ali contempladas estão algumas exercidas, na produção de petróleo *offshore* na BC, exclusivamente por pessoal terceirizado.

Agraciado por um prêmio concedido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) na categoria “Mídia Digital”, é relevante destacar que o público deste *website* é formado majoritariamente por estudantes do ensino técnico (44%), seguido de estudantes do ensino médio ou fundamental (39%) e professores ou responsáveis (17%)<sup>80</sup>.

Ambas as produções ideológicas, ao projetarem o futuro, atualizam o culto ao triunfo tecnológico. Nos dias atuais, a mobilização desta vocação seria necessária à superação dos desafios ora representados pela maior jazida de petróleo encontrada no Brasil, na camada geológica do pré-sal, em 2006, pois a autossuficiência – *desafio* que ideologicamente teria justificado a criação da Petrobrás – fora “conquistada”<sup>81</sup> neste mesmo ano com a entrada em opera-

<sup>80</sup> Cf. PORTAL PROFISSÕES DO FUTURO GANHA PRÊMIO ABERJE. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspetrobras.com.br/2012/11/01/porta-profissoes-de-futuro-ganha-premio-aberje/>>. Acesso em 06 nov. 2012.

<sup>81</sup> Ainda que o volume de petróleo produzido diariamente seja igual à demanda interna (1,8 milhão de barris), esta não é satisfeita apenas com óleo de origem nacional, vez que suas características físico-químicas impõem a

ção do FPSO P-50, no campo de Albacora Leste, também na BC.

Um ponto relevante a ser retido diz respeito à dupla eficácia desta ideologia. Internamente, junto ao corpo de empregados da Petrobrás, e externamente, junto ao público leigo. Reduzindo a escala de observação ao ambiente das plataformas instaladas na BC, a ideologia triunfalista é complementada com a divulgação de premiações atribuídas a própria empresa ou a seus executivos, de lucros e produções recordes, de vultosos planos de investimentos, de patrocínios culturais e esportivos etc. mediante *intranet* e correio eletrônico corporativo, o que demonstra a centralidade da mídia de massa, aqui legitimada sob a taxonomia corporativa – Comunicação Institucional – no campo de produção ideológica<sup>82</sup>.

Sendo o acesso a tais veículos restrito aos empregados da Petrobrás, a circulação da ideologia triunfalista contribui para a reprodução dos sentimentos de pertencimento e de identificação com a empresa, legitimando discursos a bordo como “(...) estou aqui pela Petrobrás e para a Petrobrás. Para a Petrobrás porque sou empregado dela, e pela Petrobrás porque sou seu acionista<sup>83</sup>”, enunciado por um supervisor de perfuração ao justificar o rigor com que julga tratar a empresa a que estão ligados os seus *subordinados* terceirizados.

No que toca ao público externo à empresa, a circulação desta ideologia reproduz a crença na indústria do petróleo, em particular a BC, como um oásis de oportunidades de trabalho, provendo legitimidade ao

(...) processo de *investimento* que leva os trabalhadores a contribuírem para a sua própria exploração pelo próprio esforço que fazem para se apropriarem do seu trabalho e das suas condições de trabalho e que os faz *apegarem-se* ao seu *ofício* (em to-

---

necessidade de importação de derivados. Neste sentido, SZKLO et. al. (2006) apontam que a viabilidade dos produtores de óleos pesados e ácidos (Brasil, Venezuela, Mar do Norte, África Ocidental e China) reside em investimentos futuros em refinarias próximas de centros de consumo destes produtos. Para o Brasil isso significaria a modificação de suas refinarias e a criação de parcerias neste segmento para centros consumidores que absorvam os derivados produzidos, como os EUA e mesmo o Sudeste Asiático e a Europa Ocidental. Não por acaso, a Refinaria Abreu e Lima, ora em construção em Pernambuco, tem como objetivo primordial a produção de óleo diesel, visando a autossuficiência na oferta deste derivado mediante refino exclusivo de óleo pesado. A Petrobrás reconheceu recentemente, em resposta a artigo divulgado na mídia de massa que “Caso não fossem construídas novas unidades [ de refino ], a Petrobras teria de importar, em 2020, 40% dos derivados consumidos no Brasil” (NOVAS REFINARIAS..., 2012).

<sup>82</sup> Outro fato que faz ver este fenômeno e seu emprego pela Petrobrás foi a criação, em 2006, da Agência Petrobrás de Notícias, visando “complementar o trabalho de jornalistas, seja na cobertura de eventos ou em coletivas” mediante seis editorias cujo acesso é exclusivo a jornalistas previamente cadastrados (AGÊNCIA PETROBRAS, 2012).

Em junho de 2009, foi criado o *blog* “Fatos e Dados”. O objetivo inicial de ser uma canal de comunicação estratégico em um cenário de crise – a repercussão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para a apuração de irregularidades envolvendo a empresa e a ANP – em contraponto à abordagem da imprensa, ratifica a transposição, *para o campo da produção ideológica*, do caráter conflitivo dos interesses envolvendo a empresa.

<sup>83</sup> Ressalte-se que na oferta pública de ações da Petrobrás visando à sua capitalização, em setembro de 2010, no bojo do novo marco regulatório motivado pela descoberta de jazidas no pré-sal, a empresa estabeleceu prioridade e incentivos financeiros para a aquisição de ações por seus empregados.

dos os sentidos do termo) por intermédio das próprias liberdades (ínfimas muitas vezes e quase sempre ‘funcionais’) que lhe são concedidas. (BOURDIEU, 2009c, grifos do autor).

Assim, o ingresso no universo *offshore* seja como empregado da Petrobrás seja como empregado de uma de suas empresas contratadas impõe o reconhecimento tácito dos circuitos aí vigentes de poder simbólico, “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Idem, 2009b).

O reconhecimento do recurso da Petrobrás ao “desafio” e sua atualização como ideologia não é uma originalidade deste trabalho. Leite (2009) foi sensível a este apelo na construção da identidade do empregado da Petrobrás na BC, apontando na relação empresa-empregado a perpetuação dos traços de pioneirismo e de competência técnica. Estes remeteriam a um sentimento de vitória por conta do cumprimento da tarefa (expresso pelo orgulho presente na fala). Assim, idealizar-se-ia o herói nacional que incorpora a grandiosidade, o enfrentamento do desafio do confinamento e dos riscos, traços

(...) apropriados pela empresa como estratégia para criar novos desafios a serem superados, elevando conseqüentemente sua produtividade, suas riquezas e o seu lucro. A auto-suficiência como lema que aglutina e integra é forte o suficiente para envolver não somente aqueles que estão, há tanto tempo, nesse processo, como também os ‘borrachas’ que facilmente assimilam e internalizam o conteúdo ideológico da linguagem empresarial. (LEITE, 2009, p. 232).

Ainda que no trabalho desta autora sejam empregados aportes teóricos diversos, não são apontados grupos *em contraste* com os quais os empregados *offshore* da Petrobrás na BC teriam construído sua identidade.

Para a autora, o “fator de singularidade na composição da identidade” *do trabalhador offshore*, bem como de categorias como mergulhadores, marítimos e pescadores é o mar como fator de diferenciação e oposição ao mundo terrestre (Ibidem, p. 85, grifo nosso).

Ainda que seja perceptível o reconhecimento do conteúdo ideológico do discurso triunfalista, esta perspectiva dissimula os interesses a que ele serve (“a empresa”). O trabalho que mais contribui para uma discussão acerca deste aspecto é aquele, antes citado, de Alveal Contreras (1994, p. 12), ao afirmar a significativa autonomia das elites gerenciais do Estado como operadoras do tripé de interesses (autoridade estatal e capitais privados nacional<sup>84</sup> e estrangeiro) necessário à inserção do Brasil na dinâmica mundial capitalista.

<sup>84</sup> A interrelação do capital privado nacional (representado pela chamada Indústria de Base) com a Petrobrás, ainda nas suas origens, é ratificada no trabalho de Brandão (2007).

Acatando esta tese, Scaletsky (2003) apoia-se em depoimentos de representantes desta elite gerencial na Petrobrás para fazer ver que este grupo historicamente resistiu à aproximação de lideranças sindicais da cadeia de comando intermediária da empresa, fato que por ocorrer desde 2003 aponta para a existência de contradições e conflitos determinados pelas frações de classe ora no seu controle. Nesta conjuntura, para coexistir com a centralidade do desempenho de seus papéis nos mercados financeiros nacional e internacional<sup>85</sup> e com o projeto estratégico das elites gerenciais – o “objetivo de longo prazo que visa a autonomia decisória e alargamento do poder de ação” (ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 55) –, a ideologia triunfalista é ratificada sob o discurso da Petrobrás como “impulsora do desenvolvimento do país e de incentivadora da indústria nacional” (NOVOS E PROMISSORES..., s. d.).

Tornando ao trabalho de Leite (2009), a despeito de sua contribuição ele silencia sobre a existência de distinções e diversidades existentes no interior de um coletivo situado em um mesmo pólo da produção social de riquezas – minha escala de análise.

Nesse aspecto, destaco o trabalho de Gomes (2002), com o qual convirjo em suas teses principais. Visando à investigação da identidade de uma fração específica dos trabalhadores terceirizados da BC e solidamente amparada em falas incisivas, a autora não só aponta uma clivagem entre empregados da Petrobrás e trabalhadores contratados, como evidencia ainda, a partir da década de 1990 a estruturação de uma diferenciação interna aos terceirizados:

Desempenhando tarefas que tradicionalmente eram executadas pelos petroleiros, trabalhando *sob sua supervisão*, estando em contato a todo instante, trocando informações sobre o trabalho, compreendendo e se expressando na linguagem específica do mundo do petróleo os terceirizados *da manutenção* se consideram os únicos capazes de serem elevados à condição de petroleiro. Questões como qualificação profissional, formação técnica, educação, nível sócio-econômico, são apontados como possibilitadores de acesso à identidade petroleira. Terceiros são os “arrasta-balde<sup>86</sup>” e assim continuarão a ser, pois falta a eles os requisitos citados acima. Para *este grupo* [ ... ] os terceiros estão todos no mesmo barco: ganham mal, desfrutam de condições salariais inferiores, usufruem do pior transporte, são intrusos neste mundo. *A distinção se dá com os petroleiros* que, a todo instante, *pelo modo de falar e de tratar, apontam qual o lugar de cada um*. (GOMES, 2002, p. 122, grifos nossos).

<sup>85</sup> Alinhada *a priori* mas não exclusivamente aos interesses dos acionistas da Petrobrás, representados no seu Conselho de Administração. Embora sua composição seja normatizada pelo estatuto social da empresa, conforme o quinhão e o tipo de ações possuídas pelos participantes das Assembleias Gerais Ordinárias que o elegem, o depoimento do representante dos empregados é peremptório sobre os efeitos práticos destes mecanismos: “Hoje estão representados o governo e dois acionistas minoritários, mas que teoricamente são também eleitos pelo governo (...) que hoje são o Jorge Gerdau Johannpeter e o Josué Christiano Gomes da Silva, filho do ex-presidente José Alencar (...) não podemos chamar isso de acionista minoritário. É tudo governo, quem manda nesses fundos é o governo”. (SIQUEIRA, 2012b).

<sup>86</sup> Gomes (2002, p. 92) explicita tratar-se de expressão utilizada pejorativamente para identificar os serventes (a bordo chamados “homens de área”) que de fato trabalham com balde provido de rodízios e esfregão durante as atividades de limpeza da área industrial da plataforma. Alguns dos entrevistados por mim informaram ter sido esta sua primeira atividade na Petrobrás, como empregado concursado, na década de 80.



Esta passagem aponta que para além das diferenças em termos de poder econômico – “poder de colocar a necessidade econômica à distância<sup>87</sup>”, cf. Bourdieu (2011b, p.55) – o capital simbólico é desigualmente distribuído neste *locus*, sendo a logomarca ostentada no macacão dos empregados da Petrobrás a objetivação desta distinção.

No entanto, a redução de tal distinção a seu aspecto interacional – “o modo de falar e de tratar” – contribui para torná-la um problema legitimado social e moralmente ao enquadrá-lo em uma taxonomia jurídica: o “assédio horizontal entre trabalhadores” (TODOS SOMOS PETROLEIROS, 2012), conforme a imprensa sindical.

Em tais termos, a hierarquização é ratificada enquanto doxa mediante a assunção (nem sempre) implícita da preeminência do concursado ante o terceirizado, omitindo-se as condições necessárias à sua construção social. Apesar destas limitações, tais perspectivas têm o mérito de fazer ver como laivos de romantismo afirmações como “O partilhamento e enfrentamento diário do convívio *offshore* levam à criação de fortes elos de identidade com colegas da plataforma” (LEITE, 2009, p. 207).

#### 3.4.1.2 AS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DISTINTIVA

Outros dados permitem inferir que a construção da identidade dos empregados da Petrobrás na BC em oposição aos trabalhadores terceirizados foi propiciada pelo papel estrutural desempenhado por empresas contratadas na exploração e produção de petróleo em alto mar ainda em seu princípio. Dias e Quaglino (1993, p. 123) assinalam que na transição dos esforços exploratórios da Petrobrás em bacias terrestres para a plataforma continental, em 1967, quando é “posto em andamento o projeto de ‘perfuração submarina’” foram contratadas firmas especializadas no exterior.

Enquanto o instituto da terceirização de serviços aparece na REPLAN como um aspecto que prenunciava a privatização da Petrobrás (BRANT, 1990, p. 34), na BC ele é questionado publicamente pela primeira vez por sua associação ao capital estrangeiro. Na investigação do acidente que vitimou 34 trabalhadores a bordo da Plataforma Central de Enchova (PCE-

---

<sup>87</sup> Exemplificada brilhantemente com o depoimento prestado a Pessanha (1994, p. 155) onde um Operador (empregado da Petrobrás) entrevistado compara “as posses” de seu superior imediato com as suas, e com o relato de que nos primeiros dias de embarque dos empregados da Petrobrás “se tem muita coisa prá conversar, o que se fez na terra, onde foi, o que fez e *as coisas que comprou*” (Ibidem, p. 157, grifo nosso), fala que faz ver a pertinência da associação do gasto ostentatório à imagem pública do empregado da Petrobrás.

1)<sup>88</sup> em 16/08/1984, a Petrobrás foi acusada de “ao invés de fazer um laudo técnico, [ forjar ] um laudo isentando de responsabilidades a Pozzos, *empresa norte-americana*” (LIMA, 2005, grifo nosso). Entretanto, muito anteriormente à ocorrência desta tragédia, a própria concepção da plataforma envolvida neste grave acidente esteve sujeita às restrições tecnológicas de empresas contratadas.

Não obstante seu projeto ser de origem italiana, o gerente de sua construção relata<sup>89</sup> ter solicitado alterações nas especificações ali contidas originalmente visando sua adequação às condições em que a plataforma seria montada pela Montreal Engenharia, no canteiro da Petrobrás (ainda hoje) instalado em São Roque do Paraguaçu (distrito de Maragojipe, BA), a partir de 1979<sup>90</sup>.

Esta destacada liderança gerencial da Petrobrás entre as décadas de 1980-90 critica o “processo de terceirização”, por ele considerado decorrente de açodados programas de incentivo à demissão implementados simultaneamente à proibição de admissões<sup>91</sup>. Gomes (2002, p. 86) alia a estes condicionantes do incremento da terceirização neste período o desligamento de pessoal por aposentadoria, aspecto relacionado às sutilezas da gestão da empresa na década de 1990, que por seu impacto e relevância serão abordadas em detalhe adiante.

O fato de a construção da plataforma de Enchova – como todas as demais – ser executada por uma empresa contratada ser abordado como algo trivial converge com a perspectiva de Dutra (1996). Segundo este autor, as dificuldades tecnológicas ínsitas à produção *offshore* em escala mundial impuseram fatores que determinaram a emergência, a partir de 1960, de “fornecedores de serviços e equipamentos hiperespecializados” cuja competição entre si é, *a priori*, tecnológica. Suas observações restringem-se

(...) às atividades localizadas a montante da ‘cadeia de produção’ do petróleo: prospecção geofísica, perfuração, construção e operação de poços; incluídas aí as despesas com a instalação e operação das plataformas e dos sistemas de evacuação. (DUTRA, 1996).

Em uma linha de argumentação aproximada, Figueiredo et al. (2007) arrolam fatores

<sup>88</sup> A designação “central” deve-se ao fato de ser uma plataforma que recebe (por dutos) óleo e gás de plataformas vizinhas (“satélites”) para então exportar ao continente. PCE-1 ainda é a plataforma central da porção sul da BC.

<sup>89</sup> Cf. Depoimento do Eng<sup>o</sup> Antonio Sérgio Pizarro Fragomeni ao projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás” em 13/03/2003. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 29 dez. 2011.

<sup>90</sup> Marques (1982), relatando uma invenção passível de emprego nas demais plataformas fixas então em construção, associa aquelas a serem instaladas nos campos de Cherne e de Pampo às empresas Setal e Techint, esta última ainda em atividade na BC, como contratada da Petrobrás na atividade de construção e montagem.

<sup>91</sup> A proibição da contratação de funcionários na esfera federal, tanto nas estatais quanto na administração direta foi feita pelo então presidente Collor em fevereiro de 1991 (BIRKHOLZ, 2008).

que predisporiam a exploração e produção de petróleo em alto mar à terceirização de serviços<sup>92</sup> – “a variedade de tarefas altamente especializadas; a natureza sequencial e, em curto prazo, de muitas atividades; e a realização de operações em áreas distantes” – e citam como exemplo o mergulho profundo.

Estes autores, porém, não apontam explicitamente as atividades de construção e reparo naval entre aquelas tradicionalmente associadas a empresas contratadas, ainda que sua especialidade seja afim àquelas desempenhadas nos estaleiros onde as plataformas são construídas<sup>93</sup>. Não raro, as empresas contratadas para obras de reparo a bordo das plataformas – atividades de fundamental importância, dada a agressividade do ambiente marinho – são proprietárias de estaleiros, ou seja, desenvolvem atividades na indústria naval. A própria Montreal Engenharia manteve um canteiro industrial em Macaé até meados da década de 1990.

Assim, considerando a presença de empresas prestadoras de serviços ainda na fase de exploração de petróleo, sua permanência tanto no decurso das atividades que antecederam a instalação das primeiras plataformas (fixas) quanto após sua entrada em produção, infiro que na BC foram criadas condições para uma maior tolerância à terceirização de serviços que a observada na REPLAN – aqui tomada como referência em função do significado atribuído a greve aí ocorrida em 1983 – e, quiçá, nas demais refinarias. Este aspecto é fundamental para a compreensão das sociabilidades observadas a bordo das plataformas instaladas nesta província petrolífera e também relatadas no trabalho de Gomes (2002).

O depoimento de uma dirigente sindical relata a resistência de sua chefe imediata em mantê-la em um camarote juntamente com empregadas de empresas contratadas, na plataforma de Garoupa, ainda em 1988<sup>94</sup>.

Por sua vez, Pessanha (1994, p. 123) relata que durante seu trabalho de campo, em uma das plataformas que visitou, “os diferentes grupos não se juntam nas refeições, nem no

<sup>92</sup> O desenvolvimento do trabalho de Piquet (2004), também aponta para esta perspectiva.

<sup>93</sup> A despeito de minha divergência com a ideia expressa ainda no título do trabalho, cabe-me lembrar a exceção representada pela dissertação de Silva, J. F. S. (2008), então Gerente de uma das plataformas da Petrobrás instaladas na BC. A mesma tem como objeto analisar a “redução da precarização das relações de trabalho” mediante a “aplicação de contratos de longo prazo de prestação de serviços entre a Petrobrás e empresas terceirizadas”. Ora, nos termos estabelecidos por Coase (1993), o prazo dos contratos é um aspecto a ser considerado pela firma quando da definição pela “internalização” ou “subcontratação” de atividades segundo seu impacto nos “custos de transação”. Estes incluem, entre outros, a “atitude de risco” das partes envolvidas e os *custos de negociação de vários contratos de curto prazo ou um único de longo prazo*. Penso que é a partir desta lógica que o maior ou menor prazo de um contrato, enquanto medida de natureza microeconômica, pode e deve ser interpretado. Eventuais efeitos positivos nas “relações de trabalho” (esta, por si só, uma categoria digna de maior rigor conceitual) estariam entre aqueles não premeditados, não obstante o questionamento dos métodos empregados para sua aferição.

<sup>94</sup> Cf. depoimento de Luiza M. G. Botelho, integrante da chapa de oposição, ligada à CUT, ao projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás”, em 11/04/2003, então como assistente do Diretor Administrativo da Fundação Petrobrás de Seguridade Social, PETROS. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 01 dez. 2011.

lazer”, citando ainda uma reunião da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), realizada no auditório, em que os contratados estavam sentados no piso, enquanto os empregados da Petrobrás nas cadeiras.

Ambos os relatos permitem entrever uma questão candente, embora sutil, para a hipótese de clivagem entre o pessoal a bordo das plataformas da BC: a segregação espacial operada pelos próprios agentes conforme seu estigma de contratado ou seu pertencimento ao corpo de empregados da Petrobrás. Não se trata de norma expressa, mas de um esquema prático incorporado por todos a bordo: a assunção do binômio “petroleiro”/contratado como um signo hierárquico.

Visando exemplificar que a questão ora apontada ultrapassa seu aspecto meramente fenomenológico, relato duas experiências que vivenciei em dezembro de 2010, a bordo de um FPSO (*Floating Production, Storage and Offloading* – Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência, um navio petroleiro adaptado à produção de óleo e gás) ora produzindo no campo de Marlim. Comentando sobre a resistência de dois montadores de andaime (contratados) a trabalharem por mais duas horas remuneradas além da jornada normal de 12 horas, um Técnico de Logística e Transporte (Petrobrás) queixou-se: “Isto é influência da liderança negativa de *fulano*, que sempre questiona e se nega a atender quando precisamos”. Dois dias antes, durante a reunião de planejamento dos trabalhos a serem executados no dia seguinte, o Coordenador de Produção da mesma Unidade afirmou que “se aqueles jatistas [ responsáveis pela limpeza da área industrial ] *fossem trabalhar na casa de qualquer um de nós aqui*, seriam mandados embora”.

Tomo estas falas como exemplares, considerando o contexto em que elas se manifestaram, de um diferencial de poder. À luz da teoria da estruturação formulada por Giddens (2009, p. XXXV), tratar-se-ia de um recurso impositivo, derivado “da coordenação da atividade dos agentes humanos”. Porém, considerando as nuances do presente trabalho, a opção por este referencial implica na redução das relações sociais a relações de força – um “modelo energético”, cf. Bourdieu (2009b). Se este modelo pode ser suficiente para apreender interações assim *rotinizadas*<sup>95</sup> entre trabalhadores terceirizados e pessoal investido de cargos de chefia – pois esta taxonomia jurídico-formal assim as legitima – ele não permite a apreensão do fenômeno objetivo de um poder exercido pelos agentes que têm como capital simbólico comum e acumulado o pertencimento ao *corpo* de empregados da Petrobrás.

---

<sup>95</sup> Diz respeito à rotinização, “base material [ do ] ‘caráter recursivo’ da vida social”, a qual por sua vez “designa a recriação constante das propriedades estruturadas da atividade social” (GIDDENS, 2009, p. XXV). Assim, age no sentido de *restringir o monitoramento reflexivo da ação* (Ibidem, p. XXVI, grifo nosso).

Se aspectos ínsitos às indústrias de processo contínuo (IPC) colocam os Técnicos de Operação em posição privilegiada na reprodução cotidiana de um espaço social hierarquizado (mediante mecanismos discutidos no Capítulo 5<sup>96</sup>) *no mesmo pólo da produção social de riquezas*, fenômenos sutis, exemplificados a seguir, me animam a optar por outro referencial teórico.

No seu depoimento ao “Projeto Memória Petrobrás”, um dos Coordenadores de Produção de uma plataforma pioneira da BC, estimulado a falar sobre sua percepção sobre as conquistas da categoria mediante o Sindicato, relata que

(...) foi a escala de 14 por 21, que é um dia de trabalho por um dia e meio de folga. Isso foi *um grande feito para a gente*, na época. Foi apoiado na Constituição de 1988. E a gente já vinha naquela saturação da *escala um por um, que é realmente muito complicada, difícil, muito desumana*. E aquilo foi um feito que marcou e marca a gente até hoje. A gente vive nessa escala até hoje. Foi um feito inesquecível, que eu considero. O Sindicato estava por trás daquilo. O pleito, na ocasião, era uma folga de um dia de trabalho por dois de folga. Era um desejo, um anseio que tínhamos. Não alcançamos, mas alcançamos a de um por um e meio. Hoje nós trabalhamos 14 dias e folgamos 21. E isso eu considero uma coisa de destaque, porque acho que *foi insuperável para nós aqui da Bacia de Campos, para nós que trabalhamos embarcados*. (S. B. F., 26 jan. 2005)<sup>97</sup>.

O conteúdo absolutamente trivial desta fala – e adiantado não tratar-se de uma condenação moral – propicia, à luz do relato até aqui realizado e dos marcos teóricos empregados, a extração de dados extremamente significativos.

Inicialmente, o recurso ao “nós”, ou à “gente” transmite a ideia de que os trabalhadores *offshore* são um coletivo homogêneo, sendo o portador deste discurso um de seus representantes fidedignos. Por consequência, todo o universo de trabalhadores *offshore* teria sido beneficiado pelo fim de uma escala de trabalho tida como desumana, o que remete a um traço característico dos *dominantes* em um espaço social marcado pela hierarquização: “estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal” (BOURDIEU, 2011a, p.78). Um indício de que este depoimento não retrata um sentimento isolado é o conteúdo semelhante de uma entrevista colhida dez anos antes:

O que segurou a barra do trabalho embarcado foi a passagem de 14x 14 para 14x21. Com 14x14 nem eu estava me entendendo. Cheguei a ter dúvidas sobre a minha cabeça. Estou cansado do trabalho. (PESSANHA, 1994, p. 102).

Em ambas as falas, permanece velado que apenas os empregados da Petrobrás gozam

<sup>96</sup> Também apontados por Gomes (2002, p. 83).

<sup>97</sup> Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 07 nov. 2010.

de uma folga de *três* semanas a cada embarque de quatorze dias, aspecto mais imediatamente visível (juntamente com o capital simbólico transmutado do capital econômico) da sua distinção face à grande maioria dos trabalhadores terceirizados, que ainda folgam quatorze dias a cada embarque<sup>98</sup>.

Internamente às plataformas outros aspectos igualmente concretos fazem ver esta distinção. Silva, J. F. S. (2008), embora cante loas à dilatação dos prazos dos contratos celebrados entre a Petrobrás e as empresas prestadoras de serviços, reconhece diferenças nas condições de habitabilidade a bordo conforme certo estatuto atribuído aos trabalhadores embarcados:

A atividade de construção e montagem, diferentemente da atividade de hotelaria numa plataforma, é considerada como uma atividade temporária, *portanto*, quando existem alojamentos diferentes, *os melhores alojamentos* muitas vezes são destinados aos trabalhadores *considerados como residentes*. Os trabalhadores de hotelaria exercem as atividades de atendimento ao público em geral e o sentimento de que são tratados como subalternos *de todos* aparece principalmente nas funções com menor grau de especialização como taifeiro. (SILVA, J. F. S., 2008, p. 116, grifos nossos).

Duas questões relevantes, à luz dos referenciais ora empregados, transparecem nesta preciosa passagem. Primeiramente, é ratificada a divisão interna aos terceirizados apontada por Gomes (2002).

Em segundo lugar, mesmo se tratando de trabalhadores de “atividades” distintas, ambas estão associadas a contratos de longo prazo. Fica patente que o estatuto de “residente” não está associado à duração do contrato: o único traço de distinção entre os grupos citados diria respeito àquilo que o autor caracteriza como “grau de especialização”. Assim, este dado, por ele associado a uma escala hierárquica, reduz as possibilidades de uma melhor colocação profissional destes trabalhadores, contrariando a noção corrente da BC como um “oásis” de oportunidades de trabalho.

A despeito destas diferenciações internas ao conjunto dos trabalhadores contratados, outro aspecto que os distingue (em conjunto) dos empregados da Petrobrás diz respeito ao acesso diferencial às facilidades para comunicação com o continente. Entre os terceirizados, apenas aqueles com atribuições de chefia e assessoria técnica têm acesso a computadores co-

---

<sup>98</sup> O Projeto de Lei (PL) nº 3.765/2008, aprovado pelo relator da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público da Câmara dos Deputados em 28/05/2012, prevê a eliminação desta diferenciação ao alterar a ementa da Lei nº 5.811/72, estendendo a folga de 21 dias a cada 14 embarcados para todos os trabalhadores em regime *offshore*, a despeito da atividade desenvolvida a bordo. Em 12/11/2012, foi apresentado na Câmara dos Deputados requerimento de tramitação conjunta deste PL com o de nº 4.440/2012, que dispõe “sobre o regime de sobreaviso e de prontidão para serviços inadiáveis”.

nectados ou não à *internet*. Aos demais, tal acesso é propiciado mediante revezamento da utilização de estações ligadas à rede recreativa nos horários de descanso a bordo.

Os empregados da Petrobrás possuem este acesso em caráter praticamente ilimitado na rede corporativa<sup>99</sup>. A quantidade de microcomputadores conectados à rede recreativa destinados ao seu uso *exclusivo* – cinco “em média” – motivou a circulação de manifesto reivindicando a instalação de sistemas de conectividade sem fio (*wireless*) nas plataformas para utilização de dispositivos eletrônicos particulares (EMBARCADOS PELO DIREITO..., 2012).

O acesso a linhas telefônicas obedece à lógica semelhante. De uma forma geral, os empregados da Petrobrás têm acesso a linhas externas mediante senha ou solicitação aos Operadores de Rádio (em algumas plataformas, tal identificação visa à cobrança posterior, descontada nos vencimentos). O uso de telefones pelos empregados terceirizados varia entre as plataformas. De uma forma geral, para estes trabalhadores o contato telefônico com o mundo exterior é feito mediante utilização de telefones públicos ou linhas privadas com controle automático do tempo de utilização.

Entendo que tal estado de coisas é encarado por todos a bordo como uma “atitude natural”<sup>100</sup>, uma experiência que “apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos<sup>101</sup>, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação” (BOURDIEU, 2011a, p. 17).

Considerando que a polarização entre os empregados da Petrobrás e os das contratadas dispensa justificção, julgo que vigora neste *locus* um sistema de valores, ideias e costumes marcados pelo reconhecimento mútuo de um diferencial de valor entre esses grupos. Neste sentido, é sintomático o anonimato em que permanece a grande maioria dos empregados terceirizados. Via de regra, são aqueles com algum cargo de supervisão ou de natureza técnica (não manual) os que mantêm relação mais estreita com os empregados da Petrobrás, sendo por estes reconhecidos por seu nome.

Nos termos de Goffman (2008, p. 66), à maioria dos terceirizados é negada sua “unicidade” enquanto “‘marca positiva’ ou ‘apoio de identidade’, por exemplo, a imagem fotográfica do indivíduo na mente dos outros (...)”. Esta dominação simbólica é desvelada não somente no discurso corrente a bordo – como as anedotas (“O peão é a imagem do cão!”) – mas

<sup>99</sup> Cujá restrição é limitada pela identificação de usuário e senha; apenas os *websites* cujo acesso é considerado potencialmente danoso em termos de segurança da informação ou propicie o acesso a arquivos que firam questões *copyright* são bloqueados.

<sup>100</sup> O autor atribui tal expressão, alternativamente “atitude dóxica”, a Husserl – julgando que este não considera os condicionantes sociais de sua emergência.

<sup>101</sup> Expressões anedóticas, correntes a bordo das plataformas, como “Deus fez Eva e Adão, o diabo fez a puta e o peão” apontam para uma homologia estrutural com a dominação de gênero.

também nos silêncios ante a proximidade de um “estranho” do outro grupo.

Este fenômeno se manifesta ainda nas “emoções corporais” que eu tantas vezes presenciei no exercício de minha rotina profissional, fiscalizando aspectos de segurança nas frentes de trabalho: “o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até contra a vontade, ao juízo dominante (...)” (BOURDIEU, 2011a, p. 51).

Assim, se em termos estritamente sociológicos afirmei alhures a construção de uma identidade apoiada na polarização entre duas comunidades a bordo<sup>102</sup>, a *assimetria* entre elas e, *a fortiori*, a legitimação deste fenômeno por ambos os pólos, implicam na assunção consciente de interesses distintos e *mútuos* pelos agentes de cada um deles – aspecto central nas formulações de Thompson (1998) acerca das classes sociais.

Nos termos heterodoxos do historiador britânico, classe social é um fenômeno eminentemente relacional, plasmado “(...) quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus” (Idem, 1987, p. 9). Na medida em que a existência objetiva de uma classe se faz ver pela identidade de interesses e valores partilhados em uma experiência comum, vislumbro que o qualificativo “petroleiro” não é auto-atribuído exclusivamente pelos empregados da Petrobrás fortuitamente, mas remetem objetivamente a uma identidade de classe<sup>103</sup> destes agentes. Além da análise das relações de sociabilidade a bordo, apresentada no Capítulo 5 do presente trabalho, uma cronologia do movimento sindical vinculado à BC faz ver a absoluta ausência dos interesses dos empregados terceirizados nesta província simultaneamente à ratificação da preeminência dos empregados da Petrobrás.

A primazia da ação coletiva dos “petroleiros” da BC é considerada legítima porque auto-evidente, alheia às demandas dos trabalhadores terceirizados porque apartada destas. Sua análise à luz das relações de dominação simbólica vigentes neste lócus me induz a qualificá-la como corporativa e orientada para interesses imediatos.

### 3.4.2 O SINDICALISMO PETROLEIRO DA BACIA DE CAMPOS

Romão (2006, p. 187) assevera que “na medida em que se iniciam os trabalhos envol-

<sup>102</sup> Fenômeno também apontado (pioneiramente) por Gomes (2002).

<sup>103</sup> Embora Thompson (1987, p. 12) condicione a apreensão das classes sociais enquanto formação sócio-cultural à operação de processos por “durante um considerável período histórico, Sewell (1990, p.58-59 apud NICOLAZZI, 2004) argumenta que (i) a própria noção da classe como relação é profundamente sincrônica pois a ela convergem fatores díspares em um determinado recorte de tempo; e (ii) o próprio texto de Thompson (1987), ao tratar diacronicamente do surgimento da classe, contém muitas análises pontuais e sincrônicas.



vendo o setor de petróleo, *pari passu*, são organizadas as associações e, em seguida, essas são transformadas em sindicatos”. Assim ocorreu, com algumas nuances, no norte fluminense. Apesar de o petróleo ter sido descoberto na BC em 1974 e sua produção comercial ter iniciado em 1977, foi em 1984 que uma Associação de Petroleiros foi criada em Macaé<sup>104</sup>.

Em agosto do ano anterior, um de seus coordenadores participou como delegado do Sindipetro-RJ no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que deliberou pela fundação da CUT. Em 16/08/1984, a Plataforma Central de Enchova protagonizou o primeiro grande acidente da BC<sup>105</sup>. Durante o procedimento de abandono da plataforma, motivado pela ocorrência de *blow-out*<sup>106</sup> em um de seus poços, uma das embarcações salva-vidas caiu ao mar vitimando fatalmente 34 trabalhadores.

O superintendente da BC na ocasião restringe a causa das mortes à “falha humana” por conta de um treinamento inadequado. Este teria sido insuficiente para evitar o pânico que prejudicou a operação de descida da embarcação salva-vidas, cuja estrutura de sustentação foi alterada depois do acidente<sup>107</sup>. Depoimento tomado de um dos fundadores da Associação dos Petroleiros e posteriormente integrante da direção do Sindicato aponta que os trabalhadores já relatavam “inadequações” das embarcações salva-vidas.

Um integrante da oposição sindical ao Sindipetro-RJ e então dirigente sindical Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) apontou, em sua entrevista ao jornal Folha de São Paulo no dia seguinte ao acidente, os perigos da antecipação da meta de produção de 500 mil barris de óleo/dia. O mesmo relata que após a repercussão dessa entrevista foi-lhe oferecido o cargo de “chefe da segurança na Bacia de Campos”, o qual recusou<sup>108</sup> e por isso teria sofrido perseguição política e assédio moral (LIMA, 2005).

Foi apenas em 1988 que o Sindipetro-RJ instalou uma representação em Macaé<sup>109</sup>, já em conflito aberto com a oposição cutista representada pela Associação e o grupo “Surgente” (ligado às bases da Petrobrás do Rio de Janeiro e ao Partido dos Trabalhadores, PT), inclusive

<sup>104</sup> Cf. LINHA DO Tempo: Sindipetro Norte Fluminense. *Memória dos Trabalhadores Petrobrás*. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 29 dez. 2011.

<sup>105</sup> A esta afirmativa não corresponde a suposição da inexistência de acidentes até então. Muito pelo contrário, Gomes (2002, p. 65) relata a ocorrência de quatro acidentes fatais na BC ainda em 1978.

<sup>106</sup> Termo de utilização corrente na atividade de perfuração, sem tradução para o vernáculo, que corresponde a um fluxo descontrolado de óleo e gás do poço para a superfície onde, encontrando uma fonte de calor, pode – como de fato ocorreu no caso em tela – provocar incêndio e explosão.

<sup>107</sup> Cf. depoimento de Alfeu de Melo Valença, citado na nota nº 56.

<sup>108</sup> Cf. depoimento de Jorge Eduardo Costa do Nascimento ao Projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás”, em 07/04/2003. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 15 dez. 2011.

<sup>109</sup> Cf. SINDICATO dos Petroleiros existe há cerca de 30 anos. *Sindicato: Histórico*. Disponível em <<http://www.sindipetronf.org.br/OSindicato/Hist%C3%B3rico/tabid/57/Default.aspx>>. Acesso em 04 nov. 2011.

com demanda judicial envolvendo suposta fraude em eleições sindicais<sup>110</sup>.

Uma integrante da oposição sindical relata que “no início de 88 teve uma greve geral de dois dias”, cuja adesão foi mínima na BC. Não há quaisquer registros de greve geral ocorrida neste ano – a última anteriormente a este período fora convocada em agosto de 1987, pela CUT e CGT (Central Geral dos Trabalhadores), conjuntamente (BIRKHOLZ, 2008).

Assim, julgo tratar-se da greve nacional de 48 horas iniciada a 03/05/1988 pelos funcionários públicos federais e de empresas estatais contra o congelamento da URP<sup>111</sup>. Na Petrobrás a paralisação atingiu três refinarias, e no segundo dia o governo anunciou a demissão de quarenta participantes do movimento (Ibidem). Ainda assim, este ano marca a primeira greve nacional da categoria (SCALETSKY, 2003, p. 128), deflagrada em 11 de novembro. Maior greve da história da empresa até então, logrou a adesão de 70% dos mais de 60 mil petroleiros e paralisou sete refinarias em todo o país (BIRKHOLZ, op. cit.).

Esta foi também a primeira greve dos petroleiros no estado do Rio de Janeiro, durando 11 dias e tendo como mote a insatisfação com o julgamento do dissídio da categoria pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que concedeu 4% de produtividade (Ibidem). Lucena (2004, p. 59-60), frisando que na ocasião a região respondia por 60% da produção nacional de petróleo, relata que a adesão dos empregados da Petrobrás na BC agravou o desabastecimento de óleo diesel e de gás de cozinha gerados pelo movimento.

Luiza M. G. Botelho, embarcada na plataforma de Garoupa na ocasião da greve, relata que a Petrobrás não permitiu que o primeiro movimento paredista com parada de produção na maior província petrolífera do país passasse incólume. No dia seguinte ao fechamento dos poços, helicópteros recolheram 75 demitidos distribuídos entre as plataformas, centenas de suspensos e vários empregados advertidos formalmente<sup>112</sup> – punições que tiveram seu efeito suspenso posteriormente, por força da continuação das mobilizações, que obtiveram ainda um reajuste salarial de 19%, em um franco recuo do TST<sup>113</sup>.

Apenas em 1990 o sindicato da categoria passou a integrar o campo político da CUT, quando a chapa de oposição venceu as eleições para o Sindipetro-RJ<sup>114</sup>. Um compromisso

<sup>110</sup> Cf. depoimento de Luiza Maria Gomes Botelho, citado na nota nº 94.

<sup>111</sup> Unidade de Referência de Preços, indexador de preços e salários instituído pelo Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.

<sup>112</sup> Cf. seu depoimento citado na nota nº 94. Em contraste, depoimentos de líderes sindicais ligados à base da REPLAN, citados por Scaletsky (2003, p. 128), relatam uma postura condescendente da empresa durante este movimento.

<sup>113</sup> Cf. LINHA DO Tempo: Sindipetro Rio de Janeiro. *Memória dos Trabalhadores Petrobrás*. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 05 dez. 2011.

<sup>114</sup> Embora a filiação de fato à Central tenha ocorrido no ano seguinte. Cf. nota anterior.

pactuado entre os membros da chapa previa a realização de um plebiscito para viabilizar um sindicato vinculado especificamente à BC.

A primeira consulta à categoria ocorreu em 1992, mas a falta de quorum inviabilizou a contagem dos votos<sup>115</sup>. Um segundo plebiscito aconteceu em 1995, em meio a “um racha da direção do sindicato”<sup>116</sup>, no contexto da punição dos sindicatos petroleiros pelo TST após a greve de 1995. Foi aprovada a criação do Sindipetro-NF, cuja primeira diretoria tomou posse em julho do ano seguinte. Os conflitos internos à direção do Sindipetro-RJ quanto a seu desmembramento, com a conseqüente criação do Sindipetro-NF, podem ser mais bem apreendidos mediante a interpretação das divergências acerca da data mais apropriada para o início da greve motivada pela campanha emergencial de 1991, discutida adiante.

A partir deste movimento, “o conflito dentro do trabalho é mais acirrado do que contra o capital. Um conflito de tendências antagônicas pelo controle das estratégias de luta dos petroleiros” (LUCENA, 1997, p. 87) – fenômeno reconhecido como de ocorrência generalizada pela própria CUT nas Resoluções de sua Sétima Plenária:

(...) nossas estruturas são submetidas a verdadeiras “batalhas campais” e à truculência em eleições entre chapas cutistas. É colocada como prioritária, muitas vezes, a luta por cargos, ou temos o sindicato como aparelho. Com isso, dispendemos nossas energias e nossos poucos recursos em políticas que não atingem toda a classe trabalhadora e os cidadãos. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1995).

Esta perspectiva vai ao encontro do relatado em entrevista a mim concedida por uma das lideranças sindicais na ocasião da criação do Sindipetro-NF. Segundo o entrevistado, uma das organizações políticas que possuíam militantes na primeira direção cutista do Sindipetro-RJ foi a responsável pela publicização das divergências quanto à criação de um sindicato com base territorial restrita à BC nos termos de uma divisão corporativa e particularista.

À luz dos recorrentes recursos à justiça durante as eleições para a direção do Sindipetro-NF<sup>117</sup> (e mesmo após o pleito), bem como das conseqüências destes processos, as disputas entre diferentes grupos político-partidários se mantêm restritas a um pequeno núcleo de militantes, ratificando o fenômeno reconhecido pela CUT em 1995 e observado na REPLAN doze

<sup>115</sup> Cf. LINHA DO Tempo: Sindipetro Norte Fluminense, citado na nota nº 104.

<sup>116</sup> Cf. depoimento de Luiza Maria Gomes Botelho, citado na nota nº 94.

<sup>117</sup> Boletim da oposição à atual direção do Sindipetro-NF, recebido mediante mensagem eletrônica a 01/11/2011, relata o ajuizamento de ação judicial contra integrante da chapa de oposição por parte do Sindicato, “por fazer críticas à atuação do sindicato em e-mails”. Outro boletim, recebido da mesma forma em 09/03/2012, relata ação movida por um ex-Coordenador do Sindicato contra o candidato ao mesmo cargo, da oposição, “por ter feito material mostrando os ex-sindicalistas que viraram gerentes com conteúdo ofensivo”.

anos antes: “(...) boa parte das bases sequer tem discernimento sobre o que vem a ser os diferentes projetos revolucionários” (LUCENA, 1997, p. 87).

### 3.5 OS VENTOS NEOLIBERAIS

A despeito do governo Collor ser considerado o marco inicial na implementação de políticas neoliberalizantes, entre elas o Programa Nacional de Desestatização instituído no dia de sua posse, Bosco (2003a) relata que a Petrobrás no final da década de 1980, em um “esforço de maior transparência” não apenas vendeu 34% dos 85% de suas ações ordinárias pertencentes à União, como também adaptou seu balanço às normas contábeis americanas, preparando-se “para o lançamento de novos tipos de papéis no mercado de capitais norte-americano”.

Assim, a Petrobrás não é citada no Programa Nacional de Desestatização, embora este tenha determinado a dissolução das subsidiárias Interbrás (Petrobrás Comércio Internacional S/A) e Petromisa (Petrobrás Mineração S/A),<sup>118,119</sup> o que permitiu vislumbrar que o setor petróleo estava entre os alvos do programa do novo governo.

É relevante ressaltar que neste momento o petróleo transforma-se em uma *commodity* - “os fatores de mercado passaram a ser preponderantes na formação de preço *em detrimento das questões de natureza política*” (Idem, 2003b, grifo nosso). Assim, a noção do petróleo como recurso estratégico, “relacionado à detenção dos recursos naturais e manutenção de qualquer área com rentabilidade positiva” (ZAMITH, 2005, p. 127) é abandonada com a adoção de um preço único internacional determinado pelos mercados futuros de petróleo através da Bolsa de Valores de Nova York e de Londres (BOSCO, 2003b).

No que respeita à regulação, o governo Collor atribuiu as competências do sexagenário CNP<sup>120</sup> ao Departamento Nacional de Combustíveis<sup>121</sup>, medida que visava à redução tanto do controle sobre os postos revendedores de combustíveis quanto do escopo do controle de preços, processo inserido

<sup>118</sup> Mediante o Decreto nº 99.226, de 27 de abril de 1990, que também dissolveu outras “entidades da Administração Pública Federal” (BRASIL, 1990).

<sup>119</sup> Conforme depoimento citado na nota nº 74, o Engº e ex-Diretor da empresa Sebastião H. Vilarinho relata ter sido sua a responsabilidade “por fazer as coisas para fechar a Petromisa [ que ] tinha 1.060, 1.070 empregados, e nós íamos demitir todo mundo porque era para fechar”.

<sup>120</sup> Estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 538, de 07 de julho de 1938, que não foi expressamente revogado.

<sup>121</sup> Criado pelo Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990 e extinto com o advento da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, a qual passou o exercício de suas atribuições para a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

(...) dentro de uma ampla reforma do papel do Estado brasileiro que visava uma redução de sua participação empresarial e a criação de condições para a maior atuação de capitais privados nos setores de infra-estrutura, concentrando o foco da ação estatal nos esforços de estabilização econômica, fomento de políticas sociais e como agente regulador das relações privadas. (RODRIGUES, A. P.; CAMPOS FILHO, L., 2004).

Com o discurso neoliberal de Collor as alterações internas à Petrobrás ganharam novo fôlego, no intuito de “enquadrar o ‘país no primeiro mundo’ e, ao mesmo tempo, se adaptar à política econômica do FMI” (LUCENA, 1997, p. 79). Para o autor, “o Fordismo predominante na Petrobrás entrou em crise, e os benefícios existentes desde a fundação da empresa começaram a ser retirados” (Ibidem, p. 135). No dia 13 de junho de 1990<sup>122</sup>, petroleiros de todo o país iniciaram uma greve de nove dias motivada não apenas por reajuste salarial, mas também “contra as 1500 demissões que começaram a ser feitas pela Petrobrás” (BIRKHOLZ, 2008).

Na BC, uma dirigente do Sindipetro-RJ à época relata um forte movimento de solidariedade com os demitidos pela “reforma administrativa<sup>123</sup>” empreendida nessa ocasião, o qual incluiu a manutenção de conta bancária para doações aos mesmos<sup>124,125</sup>. O desgaste gerado pelo confronto contra esta medida é apontado como uma das causas da celebração de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) insatisfatório neste ano, “buscando em boa parte a manutenção de suas conquistas sociais em vista da ofensiva neoliberal” (LUCENA, op. cit., p. 84).

O acúmulo de perdas salariais causadas pela inflação motivou a greve deflagrada a 26 de fevereiro de 1991, a qual marcou o “início das campanhas emergenciais, que de certa forma valorizou muito a conquista econômica em detrimento de todo o confronto político que estava em cena” (Ibidem). Após uma reação da empresa que resultou em demissões, uma tentativa frustrada de conciliação mediada pelo TST e o julgamento de sua abusividade, a greve foi encerrada a 20/03/1991 (Ibidem, loc. cit.).

No mesmo ano, em 11 de setembro, aproximadamente 60 mil petroleiros entraram em greve por todo o Brasil, reivindicando reajuste salarial. Logo no primeiro dia, o refino de petróleo no país foi reduzido em 50%. No dia seguinte, começou a faltar gás nas indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro; no dia 13, a Petrobrás anunciou a demissão de 38 empregados do Terminal de Alemoa, na Baixada Santista (SP), por impedirem o bombeamento de gás para

<sup>122</sup> Não foi a primeira greve da categoria ocorrida em 1990. Um movimento paredista reivindicando reajuste salarial foi iniciado em 15/01, ainda sob o governo Sarney. Inexistindo acordo com a Petrobrás, o reajuste concedido pelo TST pôs fim à greve (BIRKHOLZ, 2008).

<sup>123</sup> Em 11/11/2011, a Presidenta da República encaminhou ao Senado a Mensagem nº 506, que comunica seu veto ao Projeto de Lei nº 372/2008, o qual previa a reabertura de prazo para o requerimento de reintegração não só dos empregados da Petrobrás como dos servidores públicos demitidos ou exonerados no governo Collor.

<sup>124</sup> Cf. depoimento de Luiza Maria Gomes Botelho, citado na nota nº 94.

<sup>125</sup> O *website* informado na nota nº 113, contendo uma cronologia do Sindipetro-RJ, relata o início, a 04 de julho de 1990, “da campanha pela reintegração de cerca de 200 empregados demitidos no governo Collor”.

São Paulo. Instaurado o dissídio, no dia 20 o TST concede 100% de reajuste, julga a greve abusiva e determina que os sindicatos paguem uma inédita multa de Cr\$ 100 mil, cada um, por dia parado. No dia 22, a categoria encerra o movimento. (BIRKHOLZ, 2008).

Depoimento de uma então dirigente do Sindipetro-RJ<sup>126</sup> relata este movimento como a “primeira grande greve com parada de produção” na BC. Leite (2009, p. 34) o aponta como “a mais radicalizada”, destacando ainda que a adesão de gerentes evidenciou um “aumento da credibilidade sindical e perda de credibilidade gerencial”.

Em 1992, o “Plano Estratégico” da empresa destacava entre seus objetivos a “Automação Industrial” e a “Modernização da Gestão empresarial” (PESSANHA, 1994, p.174). Na BC, foi contratada uma renomada fundação, ligada à Universidade Federal de Minas Gerais, para atuar na implantação dos métodos de “Controle da Qualidade Total”, de inspiração japonesa (Ibidem, p. 97). Gil (2000, p. 37) aponta neste mesmo período o início de mudanças no plano de cargos; redução de pessoal; política de desvalorização do trabalhador; aumento da produção, inovações tecnológicas; retração de benefícios e práticas impositivas de implementação das mudanças.

O ano de 1994 foi marcado por duas greves. A partir de 27 de setembro, a paralisação durou nove dias; a partir de 22 de novembro, três dias<sup>127</sup>. Destaque-se que a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a 03 de outubro deste ano, ocorreu em meio à primeira greve, cuja pauta de reivindicações contemplava, além da reposição salarial, a reintegração dos demitidos durante as greves ocorridas no decurso do governo Collor<sup>128</sup>.

A assinatura de um protocolo de intenções negociado em Juiz de Fora com o então presidente Itamar Franco e alguns de seus ministros, representantes da FUP (Federação Única dos Petroleiros) e o então presidente da CUT, Vicentinho, pôs fim ao movimento paredista. Entretanto, o item especificamente relacionado ao reajuste salarial foi remetido à direção da Petrobrás, que se negou a discuti-lo, o que motivou a negociação de um novo acordo, desta vez envolvendo também o Ministro das Minas e Energia.

<sup>126</sup> Cf. depoimento de Luiza Maria Gomes Botelho, citado na nota nº 94. Embora a mesma não aponte explicitamente ser este movimento ou o ocorrido em março, julgo tratar-se do iniciado em setembro em função da mesma relatar que por conta de sua participação teve seu contrato de trabalho suspenso em novembro daquele ano. Ademais, relata ter estado “bem à frente deste movimento” por estar liberada de suas atividades na empresa para atuação no Sindicato desde julho do mesmo ano.

<sup>127</sup> Cf. LINHA DO Tempo: Sindipetro Rio de Janeiro, citado na nota nº 113, houve ainda uma greve geral no mês de maio e uma forte campanha contra a revisão constitucional.

<sup>128</sup> Cf. depoimento de Maurício França Rubem, à época secretário do Sindipetro Duque de Caxias, ao projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás”, em 14/04/2003 (então como Diretor Administrativo da Fundação Petrobrás de Seguridade Social, a PETROS). Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 22 dez. 2011.

Avalizado pelo mesmo Presidente da República (em fim de mandato, era novembro), quando apresentado ao então Ministro do Trabalho este recusou-se a por sua assinatura no novo documento. Este foi o estopim para a segunda paralisação. A Petrobrás levou o conflito ao TST, que prolatou sentença determinando reajuste de 12% – também não cumprida, desta vez por intransigência da empresa<sup>129</sup>.

### 3.6 A MÍTICA GREVE DE 1995

Estes foram os antecedentes da maior greve da história da Petrobrás, deflagrada a 03 de maio de 1995 e com duração de 32 dias e um saldo de 74 demissões (LUCENA, 2004, p. 153). Além do cumprimento do acordo celebrado com o governo anterior, as reivindicações incluíam a reintegração de demitidos em função das greves do ano anterior, a suspensão do Gerenciamento de Desempenho de Pessoal (GDP)<sup>130</sup>, a flexibilização de normas e a recomposição de efetivos por concurso público (Idem, 1997, p. 104). Ao apontar os determinantes do movimento “que abalou o país por 31 dias”, Antunes (2005) ainda considera

(...) a necessidade [ do governo FHC ] de começar a se preparar para um embate que seria mais difícil, contra a privatização do monopólio estatal do petróleo, uma vez que os petroleiros *tinham plena consciência da importância do papel público e estatal da Petrobras*. (ANTUNES, 2005, grifo nosso).

Os petroleiros teriam conhecimento do tratamento que receberiam. Porém, “acreditando na força e na solidariedade desta pujante categoria” (Ibidem) enfrentaram uma manipulação que pretendeu caracterizar a categoria, em verdade “solidária e combativa” como uma massa de privilegiados.

Entre as lições extraídas desta greve estaria a incompatibilidade do governo FHC com “um sindicalismo classista, combativo, *anticapitalista e socialista*” (Ibidem, grifo nosso). Esta perspectiva é convergente com Rizek<sup>131</sup> (1998), para quem a categoria foi escolhida para uma punição exemplar, entre outros motivos, por sua “trajetória de luta também exemplar, que foi tomada como modelo e horizonte por conjuntos inteiros de trabalhadores”.

<sup>129</sup> Conforme depoimento de Maurício França Rubem, citado na nota anterior.

<sup>130</sup> Retirado do ACT de 1994 pelo TST e atualmente implementado, diz respeito à negociação de metas a serem atingidas pelos empregados e sua repercussão na ascensão no plano de carreira da empresa. Embora não citado explicitamente no depoimento do ex-dirigente sindical Marcelo Benites Ranuzia ao projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás” em 27/10/03, é o instrumento que consagrou o que ele chama de “competição individual entre os trabalhadores”, e identifica a partir de 1990. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 22 dez. 2011.

<sup>131</sup> Os trabalhos de Antunes (2005), Rizek (1998) e Romão (2006) indicam semelhanças entre este movimento e a greve dos mineiros britânicos em 1984/1985 no que respeita à sua repressão pelo Estado.

Gil (2000, p. 14) considera esta greve um momento de enfrentamento e de debate no curso da implementação do projeto neoliberal no Brasil. Convergindo com as posições de Lucena (1997) e Antunes (2005), a autora julga que a imprensa se empenhou em caracterizar o monopólio estatal do petróleo como privilégio dos empregados da Petrobrás, de modo a obter apoio da população à abertura da economia ao capital internacional. De inimigos do Plano Real, os petroleiros seriam agora instrumentos da CUT e do PT para inviabilizar a reforma constitucional. Para Romão (2006, p. 177) este movimento foi “a maior greve do setor no mundo”. Na busca de elementos que expliquem a resistência dos empregados da Petrobrás, o autor relata “perceber uma estreita ligação das greves e movimentações dos petroleiros com a vida política do país” (Ibidem, p. 179). Com este argumento, o autor vislumbra esta greve como um bastião de resistência contra a política de FHC, perspectiva endossada não apenas por Rizek (1998) mas correntemente no meio acadêmico e sindical.

Após a greve, Gil (op. cit., p. 47) identifica a difusão de uma ideologia visando à sensibilização para política de certificações de qualidade. A relação entre qualidade do produto é, neste processo, estendida a aspectos como qualidade no trabalho, qualidade na saúde e qualidade na família. Visa-se legitimar uma racionalidade que se integre às demandas da “produção enxuta”, solapando a solidariedade de classe que a ação sindical exige. Leite (2009, p. 84) destaca a ruptura definitiva do “veio nacionalista e tutelar empresarial que unia os interesses dos trabalhadores e da empresa”, solapando a identidade cujos traços eram até então apropriados pela Petrobrás visando à criação de novos desafios a superar.

Assim como passagens da obra de Brant (1990, p. 44) que privilegiam a fala dos agentes da greve da REPLAN em 1983 põem em crise interpretações correntes acerca deste movimento, em Lucena (op. cit.) e Scaletsky (2003), é possível identificar em algumas fontes que abordam a greve de 1995 a partir da visão *de seus agentes*, a qual contrasta com a avaliação de alguns dos autores supra citados.

O próprio Lucena (2004, p. 153) aponta a greve como manifestação da *resistência* à retirada insidiosa de garantias constitucionais “inerentes ao ramo produtivo”. Em outro momento, o mesmo autor caracteriza este movimento paredista como uma “reação” aos múltiplos acordos firmados e não honrados pelos governos Itamar e FHC (Idem, 1997, p. 103).

A certa altura de seu trabalho Romão (2006, p. 182) se aproxima dessa interpretação, ao apontar valores sociabilizados ao longo dos anos pela categoria como fundamentais para a compreensão das greves de 1994 e 1995. Sua especificidade residiria no fato de a empresa ter sua presidência exercida por militares na maior parte de sua história. Assim, os valores pre-



sentes na relação dos petroleiros entre si e entre eles e a empresa seriam a “*disciplina, dignidade, autoridade, responsabilidade, respeito às normas e hierarquias*”.

A despeito da justeza ou não do movimento paredista, bem como do papel *a ela atribuído* na oposição à política privatizante de FHC, ressalto aqui o caráter absolutamente corporativo e instrumental de sua motivação, voltado para interesses imediatos de seus agentes – em aparente oposição à motivação de suas lideranças<sup>132</sup>. Os valores apontados supra não sugerem a adesão a um projeto “revolucionário” ou emancipatório (de oposição programática à mercantilização das relações sociais, entre elas as de trabalho), embora sejam congruentes com a descrição romântica que alguns dos colegas embarcados ainda fazem dos dias vividos a bordo durante a greve. O caráter reativo ante uma reivindicação corporativa fica particularmente demonstrado na análise de Cardoso (2003):

A Petrobrás recusou-se a honrar um acordo coletivo segundo o qual a companhia deveria repor a inflação passada sempre que chegasse a certo patamar (10%). Como o governo estava combatendo a indexação geral da economia, as demandas dos petroleiros foram tomadas como o farol de onde o governo sinalizaria aos outros trabalhadores que não ‘toleraria’ esse tipo de indexação. (CARDOSO, 2003, p. 44-45).

Um dos diretores da FUP durante a greve ressalta que se tratava “mais de revolta pelos não-cumprimentos [ dos acordos ] do que propriamente uma greve reivindicatória”<sup>133</sup>. Em outro trabalho, um depoimento deste mesmo dirigente sindical assinala a demanda dos trabalhadores “na base” por respeito e dignidade (ROMÃO, op. cit., p. 182).

Foram estes os sentimentos que captei nas observações exploratórias (e ainda capto ocasionalmente, com laivos narcisistas), frequentemente associados a um suposto descaso para com as demandas locais, como a manutenção da interidade das plataformas, uma queixa à qual retornarei adiante.

Entretanto, em uma das entrevistas realizadas no âmbito do presente trabalho, ao ser indagado sobre a greve que mais o marcou, um dos entrevistados da amostra citou especificamente a de 1995. Questionado sobre sua avaliação desta greve, o Técnico de Operação respondeu:

Essa greve foi em função da... Da... Foi em função dessa quebra de monopólio... Da vendas... Das... Como se diz... Como que é... Desses blocos, né? Dessa venda, desse leilão dos blocos e tal. Isso aí foi no Brasil todo, praticamente. Rio de Janeiro, fizeram um movimento lá no Rio de Janeiro na época dos leilões e tal. Eu não sei, cara,

<sup>132</sup> Uma análise que foge ao escopo deste trabalho. Sobre a disjunção entre trabalhadores e suas lideranças sindicais ver Prates, A. A. P. (1986).

<sup>133</sup> Conforme depoimento de Maurício França Rubem, citado na nota nº 128.

eu... Eu acho que... Esse movimento, ele foi representativo, entendeu? Ele foi representativo, teve um peso sabe? Eu acho que a categoria ela... Ela se uniu nessa época e... Eu pelo menos acho que fiz a minha parte. Acho que eu fiz a minha parte. (Entrevista concedida a 09 set. 2011).

Desconsiderando aqui, pontualmente, questões metodológicas, esta fala corrobora algumas das observações já realizadas acerca da visão dos agentes da REPLAN sobre a greve que eles protagonizaram em 1983.

Tanto os relatos acerca da greve de 1995 que eu obtive assistematicamente quanto este, obtido a partir de um roteiro semi-estruturado, não fazem referência aos aspectos que a motivaram. Enquanto os primeiros apontavam para as questões cotidianas, os detalhes e os perigos de uma greve a bordo, este último já aponta – espontaneamente (a pergunta foi sobre a avaliação da greve) – os leilões dos blocos exploratórios de petróleo, *iniciados em 1998*, como sua causa.

Tenho duas hipóteses para explicar esta aparente contradição. Em primeiro lugar, o entrevistado *tenta* assimilar ao próprio discurso (denunciado pela fala claudicante) a associação *corrente* entre a greve de 1995 e a quebra do monopólio da Petrobrás na exploração e produção de petróleo. O segundo motivo é particularmente importante para a caracterização das mobilizações dos empregados da Petrobrás na BC, dizendo respeito ao caráter imediato das reivindicações que redundaram naquela greve – dado o tempo decorrido desde então, é de se esperar que seus agentes não tenham mais a lembrança de sua motivação.

Assim, a memória da greve de 1995 tem um caráter romântico não só para seus agentes na BC como também para certa tradição marxista na academia. Para a representação sindical, trata-se de uma memória cultivada na forma de uma “tradição de luta”, mobilizada por ocasião das campanhas salariais e, mais recentemente, nas discussões envolvendo a mudança do marco regulatório motivada pela descoberta de jazidas de hidrocarbonetos na camada pré-sal (neste último caso, sem sucesso).

### 3.7 UM NOVO MARCO

Ainda em 1995, no mês de novembro, a mudança do marco regulatório do “setor petróleo” teve um *round* decisivo com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 9, a qual alterou o artigo nº 177 da Constituição Federal (CF), propiciando a participação de empresas de capital privado em todos os segmentos do setor. A regulamentação do novo texto constitu-

cional ocorreu com a Lei nº 9.478/97, que de fato estabeleceu o novo marco regulatório do setor,

(...) concebido com a finalidade de criar as regras necessárias à participação dos agentes privados nas atividades antes exclusivamente desempenhadas pela Petrobrás. Nesse sentido, o objetivo era o de promover a entrada de novas empresas, fomentar a competição e atrair novos investimentos. (RODRIGUES A. P.; CAMPOS FILHO, L., 2004).

Chamada “Lei do Petróleo”, sua entrada em vigor “preparou a privatização *parcial* da empresa, com a abertura do seu capital aos investidores privados, a partir de 2000”, de sorte que deste então a União tem a maioria absoluta das ações ordinárias da Petrobrás (que dão direito a voto nas decisões) e cerca de 60% das ações preferenciais (sem direito a voto, mas com prioridade no recebimento de dividendos, além de direito a dividendos mínimos anuais) está em mãos de investidores privados (FUSER, 2007). Para Figueiredo et al. (2007) este dispositivo legal contribuiu para a demanda por uma revisão gerencial que impulsionaria a terceirização de serviços com vistas a tornar a Petrobrás mais competitiva e atrativa para investidores.

O advento desta lei implicou no abandono do princípio da “soberania permanente sobre os recursos naturais” (MOMMER, 2000 apud FUSER, op. cit.) em favor de uma perspectiva que não leva em consideração a propriedade dos territórios onde se encontram os recursos explorados, cabendo ao Estado cobrar tributos sobre os lucros desta atividade sem o exercício de prerrogativas associadas à soberania.

Fundamentado neste princípio, em agosto de 1998 a ANP – instituída pela Lei do Petróleo – realizou a “Rodada Zero” das concessões de exploração, formalizando 397 contratos com a Petrobrás, uma operação prevista na própria Lei nº 9.478/97. Ressalte-se que em escala internacional este ano marca o início do movimento de fusões entre as empresas do setor (BOSCO, 2003b)

Desde então, esta agência reguladora vem promovendo leilões para a concessão de blocos exploratórios nos quais a Petrobrás se apresentou como uma das vencedoras em todas – isoladamente ou associada a outras empresas, nacionais e estrangeiras. Articulado o fim do monopólio estatal da prospecção e produção de petróleo à expansão internacional da Petrobrás, Fuser (op. cit.) ressalta que “na arena externa, a Petrobrás é uma multinacional como qualquer outra [ pois está ] voltada para a maximização do lucro dos seus 170 mil acionistas”.

Assim, nos termos estabelecidos por Abranches (1979), o novo marco regulatório ressaltaria a face empresarial da empresa – aquela “que privilegia interesses particulares, que se poderia considerar microeconômicos” – em prejuízo de sua face pública, “que a leva a realizar

objetivos políticos e de natureza macroeconômica”<sup>134</sup>. Alinhada a esta perspectiva, a escolha do presidente da companhia, em março de 1999, recaiu sobre Henri Philippe Reichstul, executivo cujo perfil foi associado por parte da imprensa a uma eventual privatização seja da própria Petrobrás seja de suas subsidiárias<sup>135</sup>. Por não ser brasileiro nato (francês), a Petrobrás teve que alterar seu estatuto para viabilizar sua posse (CORRÊA; VELLOSO; GUIMARÃES, 1999). Sua gestão foi saudada pela imprensa especializada como dotada de “forte motivação para resultados” (HENRI PHILIPPE..., 2000). Não é fortuito que a partir de agosto de 2000 a empresa tenha passado a negociar suas ações na Bolsa de Valores de Nova York.

Em nível local, ressalte-se neste mesmo ano a realização, na BC, da pesquisa interna denominada “Os funcionários embarcados da Bacia de Campos e a propostas de alteração de regime de trabalho”, visando “conhecer a percepção destes sobre as propostas empreendidas pela empresa, de mudança do regime de trabalho, de 14 por 21 para 14 por 14” (LEITE, 2009, p. 18)<sup>136</sup>. Considerando que em 1998 a remuneração extraordinária dos feriados a bordo foi abolida em troca de uma indenização (aprovada pela categoria, contrariando indicação do Sindipetro-NF), infiro que a intenção da Empresa era proceder da mesma forma com o regime de folgas: indenizar-se-ia na forma de pecúlio a sua redução de 21 para 14 dias, igualando-o ao dos trabalhadores terceirizados. Outro marco da gestão Reichstul foi a divisão da empresa

(...) em áreas de negócio, de apoio e unidades corporativas, [ que ] deu maior autonomia às subáreas quanto a questões de contratação dos serviços e fornecimento de equipamentos pelas prestadoras, corroborando o movimento de disseminação da terceirização em diversas etapas do processo produtivo. (FIGUEIREDO et al., 2007).

A concepção das Unidades de Negócio teria como premissa velada, na concepção dos autores, um “maior foco em resultados em detrimento de antigas preocupações concernentes aos processos”. Este aspecto estrutural, associado ao déficit de mão de obra causado pela suspensão de concursos públicos pelo Governo FHC na segunda metade da década de 1990, época de aumento constante da produção, teria determinado a intensificação da terceirização. Esta teria atingido não apenas serviços de apoio às “atividades-fim” da Petrobrás, mas também as de operação, produção e manutenção.

<sup>134</sup> A ambiguidade estrutural atribuída pelo autor à ação da empresa estatal em economias de mercado é acatada, ocasionalmente e com pequenas variações terminológicas, por Alveal Contreras (1994, p. 43), Scaletsky (2003, p. 9) e Leite (2009, p. 65, 74).

<sup>135</sup> Cf. AÍ TEM. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 18, 23 mar. 1999.

<sup>136</sup> A autora relata que os resultados de ambas as pesquisas não foram divulgados externamente à empresa e mesmo internamente, o foi em “fóruns específicos”.

Silva, J. F. S. (2008, p.36) relata a formação da Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Bacia de Campos<sup>137</sup> (UN-BC) em janeiro de 2001, no bojo de uma reestruturação de todo o segmento Exploração e Produção (E&P) da Petrobrás. A antiga E&P-BC deu origem, além da UN-BC, também à UN-RIO (Unidade de Negócios de Exploração e Produção do Rio de Janeiro, responsável pela produção nas concessões em águas profundas e ultraprofundas), ao E&P-Serviços (destinado à gestão de serviços especializados à exploração e produção) e ao Serviços Compartilhados/Regional BC (responsável pela gestão das atividades administrativas, de apoio e serviços às Unidades da empresa).

A despeito das muitas medidas administrativas evidenciando um paradigma de gestão similar ao de qualquer empresa privada, o maior destaque da Petrobrás no início deste século foi a ocorrência de acidentes de grande repercussão.

Em janeiro de 2000, um oleoduto entre a Refinaria Duque de Caxias e um terminal na Ilha d'Água rompeu-se, derramando, segundo Monteiro (2003, p. 1) 5,8 mil toneladas de óleo na Baía de Guanabara<sup>138</sup>. Apontado por Lucena (2004, p. 158) como “exemplo dos processos precarizantes que se desenvolveram na Petrobrás”, o relatório de investigação deste acidente encomendado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA-RJ), apresentou, entre outras conclusões, a existência de “falhas nos procedimentos gerenciais, operacionais e de manutenção por parte da Petrobrás” (CONSELHO REGIONAL..., 2008), e entre as recomendações a esta a reavaliação de seu efetivo mínimo operacional nas Unidades envolvidas no acidente<sup>139</sup>.

Outro acidente ambiental também causado por vazamento de dutos da empresa foi o derramamento, em julho do mesmo ano, de 4 milhões de litros de óleo na área da Refinaria Presidente Vargas (REPAR, instalada em Araucária, Paraná) para o Rio Iguaçu (PARA REICHTUL..., 2001).

De natureza inédita no Brasil e envolvendo a morte de 11 empregados em março de 2001, foi o afundamento da então maior plataforma de produção de petróleo do mundo, a P-36, instalada no campo de Roncador, BC. Na ocasião, um diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) julgou que os acidentes que vinham ocorrendo relacionavam-se à perseguição indiscriminada da autossuficiência e à mão de obra terceirizada “sem o mesmo preparo e especialização” que os empregados (ENGENHEIRO RESPONSABIL-

<sup>137</sup> Nomenclatura que vigorou até 2011, quando passou a ser adotada “Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Campos” – UO-BC.

<sup>138</sup> A mesma autora relata a ocorrência de um vazamento menor no mesmo oleoduto a 10/03/1997.

<sup>139</sup> Conforme depoimento citado na nota nº 108, tanto este Sindicato quanto a FUP tiveram representantes na comissão responsável pela investigação que gerou o relatório citado.

ZA..., 2001). Naquele ano, quatro acidentes fatais já haviam ocorrido na BC (LUCENA, 2004, p. 159).

A BC protagonizou ainda outro acidente no mês seguinte, em 12 de abril de 2001, na plataforma P-7, que ocasionou o vazamento de 26 mil litros de óleo cru e a evacuação de 106 pessoas da unidade marítima (EM 2001, O NAUFRÁGIO..., 2002). Sobre a suposta associação entre os acidentes descritos e o incremento da terceirização, cabe registrar que em novembro de 2001 a companhia realizou seu primeiro concurso público em doze anos<sup>140</sup>.

Por conta deste histórico de acidentes, a empresa implementou a partir de 2001 o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Ocupacional (PEGASO), do qual um dos resultados alcançados foi, conforme Malafaia (2006, p. 49) a certificação de todas as Unidades de Negócio conforme as Normas ISO<sup>141</sup> 14001 e BS 8800 ou OHSAS 18001<sup>142</sup>.

A certificação nestas normas internacionais é uma estratégia já adotada por grandes empresas de capital aberto, sendo levada a cabo pela Petrobrás desde 1998, com a certificação da Unidade de Negócios de Exploração e Produção do Rio Grande do Norte e Ceará, tomando grande impulso a partir do PEGASO.

Seu objetivo é evidenciar junto ao mercado de ações o compromisso com a prevenção de grandes acidentes, “uma vantagem competitiva estratégica para a organização, compondo um diferencial de credibilidade e reputação”, segundo Pará (2012), um gerente da área corporativa de SMES (Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde) da Petrobrás.

Alinhado a este movimento, a Bolsa de Valores de Nova York estabeleceu os *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), considerado o mais importante indicador de sustentabilidade no mundo e parâmetro para análise e decisão de investidores tidos como ambientalmente responsáveis.

A participação da Petrobrás nesta seleta carteira de ações desde 2006<sup>143</sup> faz ver, à luz da “desradicalização” ideológica como efeito da opção do partido político de massa em “ser bem sucedido nas eleições e na luta pelo cargo governamental” (OFFE, 1983), uma acomodação da gestão petista ao paradigma do petróleo como *commodity* – algo associado a políticas neoliberalizantes. Esta inflexão ideológica eventualmente contradita no decurso das disputas

---

<sup>140</sup> Conforme Malafaia (2006, p. 50), em 2002 a força de trabalho terceirizada correspondia então a 70% do total.

<sup>141</sup> International Organization for Standardization, organismo internacional que estabelece normas técnicas para aplicação em âmbito mundial. Reconhecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como base para o comércio internacional, o atendimento a estas normas vem sendo utilizado para superação de eventuais barreiras técnicas.

<sup>142</sup> A norma ISO 14001 tem como escopo a gestão ambiental, enquanto as demais têm como objeto saúde e segurança ocupacionais.

<sup>143</sup> Informação disponível em <<http://www.hotsitespetrobras.com.br/rao2008/i18n/pt/balanco-social-e-ambiental/responsabilidade-social/compromisso-com-o-desenvolvimento-sustentavel.aspx>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

associadas a interesses de frações de classe no interior do Estado, com reflexos na empresa<sup>144</sup>, aparece de modo subreptício nas palavras da atual presidente da Petrobrás<sup>145</sup>:

O Gabrielli [ presidente que a sucedeu ] sempre teve grande preocupação com o mercado, ele foi diretor Financeiro. Estou seguindo o mesmo caminho. Agora, entendendo que essa empresa tem donos, que são o controlador [ a União ] e os acionistas minoritários. (GASPARI; SIQUEIRA; POLITO, 2012).

É sob esta lógica, a do interesse dos acionistas, que a empresa tem orientado a sua gestão.

### 3.8 A PETROBRÁS (E A PETROS) SOB O GOVERNO PETISTA

José Eduardo Dutra foi o primeiro presidente da Petrobrás sob o governo Lula, empossado em 2003<sup>146</sup>. Sua passagem prévia por uma já extinta subsidiária da empresa (a Petromisa) e por um sindicato – o Sindicato dos Mineiros do Estado de Sergipe, Sindimina – pode ser considerada um indício da progressiva cooptação de dirigentes sindicais não apenas para o quadro gerencial da companhia como também para o conselho gestor do fundo de pensão por ela patrocinado, a PETROS. Em seu discurso, o recorrente tema do diálogo com os empregados e com as entidades sindicais permaneceria com o seu sucessor, cuja gestão só encerraria em fevereiro de 2012. Não obstante, ainda hoje é visível um esforço por parte da alta direção da empresa em demonstrar uma maior aproximação com os empregados, suficientemente exemplificada com três eventos ocorridos no primeiro ano de gestão sob o governo PT.

Em 14/03/2003 o presidente da companhia embarcou na plataforma P-40, instalada no campo de Marlim Sul, na BC. Já em 27/06, o Conselho de Administração da companhia – incluindo os então ministros Antonio Palocci, Dilma Rousseff e Jacques Wagner, além do próprio José Eduardo Dutra – reuniu-se a bordo do FPSO P-37, também instalado na BC.

O presidente da empresa esteve presente às cerimônias formais tanto de recebimento da pauta de reivindicações do ACT 2003/2004 das mãos do então coordenador da FUP, em 04/08/2003, quanto de assinatura de tal acordo exatamente quatro meses depois. Nesta ocasi-

<sup>144</sup> O exemplo mais loquaz diz respeito aos limites do “conteúdo local” nos investimentos futuros da empresa, ou seja, da participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços (particularmente para a produção no pré-sal).

<sup>145</sup> Trata-se de Maria das Graças Silva Foster, que em fevereiro de 2012 substituiu José Sérgio Gabrielli, o qual presidia a empresa desde julho de 2005.

<sup>146</sup> Dutra exerceu a presidência da companhia entre janeiro de 2003 e julho de 2005 (quando foi substituído por José Sérgio Gabrielli). Em setembro de 2007 assumiu a presidência da subsidiária Petrobrás Distribuidora, onde permaneceu até agosto de 2009. Em março de 2012 assumiu a pasta de uma das diretorias da empresa.

ão foi atribuído grande destaque ao reajuste único para aposentados e empregados ativos – algo que seria brevemente apontado como determinante de um grave déficit na PETROS. Esta relação com as entidades representativas da categoria inaugurada com a gestão da Petrobrás sob o governo petista incluiu a constituição de 13 comissões paritárias de acompanhamento do ACT.

Uma delas dizia respeito à Previdência Complementar, tendo como objetivo um diagnóstico acerca do modelo de previdência que garantisse a sustentabilidade da PETROS. Para tanto, foi nomeado um “Grupo Técnico de Previdência Complementar” (GTPC) com representantes da Petrobrás, da própria PETROS e da FUP. Neste Grupo não apenas a FUP, mas também a representação da PETROS possuía ex-dirigentes sindicais<sup>147</sup> (PETROS, 2004, p. 60).

Uma entidade representativa dos assistidos<sup>148</sup> da PETROS aponta o governo FHC como aquele que rompeu o pacto, estabelecido à época da fundação da PETROS, segundo o qual a Petrobrás garantiria “aos empregados que, utilizando de toda a sua força e do seu conhecimento em sua juventude, ampararia a todos na velhice” (MANIFESTO AOS..., 2009).

Este discurso faz referência à Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, cujo Artigo 21 determinou que a partir de então eventuais déficits nos planos dos fundos de pensão seriam equacionados “por patrocinadores<sup>149</sup>, participantes<sup>150</sup>, e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições” (BRASIL, 2001).

A adequação da PETROS a este dispositivo legal foi alvo de uma série de disputas judiciais, e teria uma solução – controversa – envolvendo a implementação do modelo de previdência gestado após três anos de trabalho do GTPC já citado. Em 19 de junho de 2006, a Petrobrás iniciou oficialmente uma campanha junto a seus empregados admitidos antes de agosto de 2002 (inclusive aposentados ou respectivos pensionistas)<sup>151</sup> visando a sua adesão à repactuação do regulamento do Plano de Previdência Complementar.

---

<sup>147</sup> Embora seja plausível inferir que entre os representantes da Petrobrás neste Grupo Técnico também houvesse ex-dirigentes sindicais, não foram obtidas fontes que o evidenciassem.

<sup>148</sup> Diz respeito ao “participante ou seu beneficiário em gozo de benefício” prestado pela entidade de previdência complementar (BRASIL, 2001).

<sup>149</sup> Empresa ou grupo de empresas ou, ainda, União, Estado, Distrito Federal ou Município cujos empregados ou servidores, respectivamente, têm acesso exclusivo a plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar com a qual tais entes celebram convênio de adesão submetido ao órgão regulador e autorizador (BRASIL, 2001).

<sup>150</sup> Pessoa física que adere a um plano de benefícios administrado por entidade de previdência complementar. (Ibidem).

<sup>151</sup> A oferta de um plano aos empregados admitidos após esta data (de modalidade distinta do já existente) também foi prevista no AOR.



A título de incentivo, foi oferecido o valor de três vezes 90% do salário de participação em tal plano ou R\$ 15.000,00 (o maior valor entre estes) a cada participante que aderisse à repactuação – uma das medidas propostas pelo GTPC e firmadas em um “Acordo de Obrigações Recíprocas” (AOR) celebrado entre as partes que o compuseram, em 31 de maio do mesmo ano.

A controvérsia em torno da repactuação serviu de mote para que no final de julho de 2006, durante o 12º Congresso da FUP, seis sindicatos não só contrários ao AOR, mas que já condenavam publicamente a cooptação de dirigentes sindicais para cargos gerenciais na empresa e na PETROS rompessem com a federação e formassem a Frente Nacional dos Petroleiros. Da parte da empresa, um documento oficial produzido por suas Gerências de Comunicação Institucional e de Relacionamento com Investidores, ressaltava que a

(...) principal alteração [ gerada pelo AOR ] foi a *desvinculação entre a correção dos benefícios e os reajustes salariais concedidos aos empregados. Os valores pagos aos aposentados e pensionistas agora são reajustados pelo IPCA.* (PETROBRAS, 2008, p. 28, grifo nosso).

Ressalto que esta passagem desvela uma clivagem entre os interesses do chamado “pessoal da ativa” e os aposentados. Ademais, não parece fortuito que o mesmo documento informe que a empresa e sua subsidiária internacional Petrobras International Finance Company (PIFCo)

(...) conquistaram sem ressalvas primeira Certificação de Controles Internos Relatórios Financeiros Consolidados, relativa ao exercício social de 2006. A certificação atende à lei Sarbanes-Oxley (SOX), exigência legal para as empresas com ações ou títulos registrados no mercado norte-americano. (Ibidem, p. 18).

A Lei Sarbanes-Oxley foi aprovada em 2002 em resposta à manipulação das demonstrações contábeis de empresas americanas de grande visibilidade, das conseqüentes perdas de seus investidores quando a fraude veio a público e do abalo à confiança no mercado acionário norte-americano que estes fatos engendraram. Em sua ementa, este dispositivo legal norte-americano explicita seu fito de

(...) proteger os investidores, melhorando a exatidão e confiabilidade das divulgações corporativas efectuadas em conformidade com leis de valores mobiliários, e para outros fins. (UNITED STATES OF AMERICA, 2002, tradução nossa).

Um vínculo plausível entre este objetivo e o AOR é previsão deste último suprimir demandas judiciais que implicariam em passivos cujo valor global poderia comprometer os resultados da empresa. Neste sentido, a avaliação de um membro eleito do Conselho Deliberativo da PETROS, manifestada por ocasião da reabertura do processo de repactuação em junho de 2012, é taxativa: “A repactuação nada mais é que uma transferência do risco de déficit, que é responsabilidade da Petrobrás, para os participantes que repactuarem” (TEDESCO, 2012).

No que toca à mudança do índice de reajuste dos benefícios recebidos pelos aposentados, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)<sup>152</sup>, é relevante ressaltar que um boletim da FUP de 2001, ao condenar um plano de previdência proposto pela Petrobrás e então recém-aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar<sup>153</sup> aponta entre seus pontos negativos o

*Reajuste do benefício pelo IPCA – índice do governo, tão ruim quanto o INPC, e facilmente manipulável. Tanto, que vários fundos oferecem o IGP-M e IGP-DI, por serem índices mais confiáveis. (SPC APROVA O PIOR..., 2001, grifo do autor).*

Com o AOR, o alvo de críticas da Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros (FENASPE) passou a ser os “divisionistas, aqueles que trocaram suas convicções por cargos na Petros e na Petrobrás” (MANIFESTO AOS..., 2009). Trata-se de uma acusação explícita aos agora dirigentes da Petrobrás e da PETROS que lograram implementar uma modalidade de previdência que sujeita seus participantes às flutuações do mercado financeiro, visto que os recursos que garantirão a suplementação de seus benefícios previdenciários dependem do desempenho dos investimentos realizados pelo fundo de pensão.

Paradoxalmente, esta perspectiva é corroborada pela imprensa sindical. Boletim da própria FUP divulgado em outubro de 2008, no auge da crise dos mercados financeiros, projetava um déficit de R\$ 5,5 bilhões – sendo a primeira vez, desde 2003, que “o Plano Petros corre o risco de não conseguir cumprir sua meta anual de desempenho – 6% acima do IPCA”

---

<sup>152</sup> Índices calculados mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) abrangendo nove regiões metropolitanas, além de Goiânia e de Brasília, estruturados em nove grupos (Alimentação e bebidas; Habitação; Artigos de residência; Vestuário; Transportes; Saúde e cuidados pessoais; Despesas pessoais; Educação, leitura e papelaria; Comunicação). O INPC é calculado desde 1979 e se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários mínimos, sendo o chefe assalariado. O IPCA é calculado desde 1980, dizendo respeito às famílias com rendimento monetário entre 01 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/defaultinpc.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm)>. Acesso em: 24 jan. 2012.

<sup>153</sup> Desde dezembro de 2009 Superintendência Nacional de Previdência Complementar, PREVIC, vinculada ao Ministério da Previdência Social.

(A PETROS E..., 2008). No mesmo boletim, os conselheiros da PETROS eleitos pelos participantes são criticados abertamente e nominalmente por continuarem “municando as associações e sindicatos *divisionistas* contra o acordo que injetará mais de R\$ 6 bilhões no Plano Petros” (Ibidem, grifo nosso). Neste sentido, a reabertura do processo de repactuação, aprovada pelo Conselho Deliberativo da PETROS em 27/06/2012, é apontada pela FUP em um de seus boletins como

(...) mais uma conquista da campanha reivindicatória conduzida pela FUP e seus sindicatos e cuja reivindicação vinha sendo feita pela categoria desde a conclusão do processo anterior, que possibilitou a assinatura do Acordo de Obrigações Recíprocas que garantiu uma série de conquistas aos participantes e assistidos, bem como o equilíbrio financeiro do Plano Petros. (CONSELHO DELIBERATIVO DA PETROS..., 2012).

Há que se ressaltar que mesmo a Lei Complementar nº 109/2001, já citada, abrindo a possibilidade de os sindicatos, enquanto “associações legalmente constituídas, de caráter profissional ou classista” (BRASIL, 2001) constituírem seus fundos de pensão, isto não é observado entre as representações dos trabalhadores terceirizados da Petrobrás na BC, de baixa representatividade, conforme evidenciado por Gomes (2002, p. 91) e Silva, J. F. S. (2008, p. 114, 125).

Assim, não obstante existir entre os próprios empregados da Petrobrás distinções significativas no que respeita à suplementação de suas futuras aposentadorias<sup>154</sup>, o debate que esteve onipresente entre estes sequer pertence ao universo dos trabalhadores terceirizados.

No que respeita à participação da PETROS nos programas estatais, uma evidência de que sob o governo do PT este fundo de pensão segue a mesma lógica que a de antanho pode ser apontada nas palavras de um ex-conselheiro eleito deste fundo de pensão, ex-presidente da CUT-interior de SP e nomeado em 2003 Gerente Executivo de Comunicação Institucional da empresa:

A Petros é muito grande, como a Previ, que é muito maior, são 18 bilhões de patrimônio, que você investe em vários setores da economia do país. Então o tratamento é direto com o governo, que acaba influenciando e deliberando, decidindo: "A Petros vai ter que investir em tal coisa, vai ter que investir num grande hospital, não sei em que cidade", por exemplo. E a Petros vai ter que fazer, porque todos os diretores dela são nomeados pela direção da Petrobras, que é nomeada pelo governo. Indiretamente, quem nomeia lá é o próprio governo. Tanto que foi o Gushiken quem tratou disso

<sup>154</sup> A modalidade de previdência dos elegíveis à repactuação (Benefício Definido) permite que seu participante conheça desde sua contribuição o valor do benefício que perceberá. O plano oferecido aos demais empregados foi classificado como de “Contribuição Variável”, possuindo características da modalidade Contribuição Definida, cujo benefício a ser percebido é dependente do saldo capitalizado e do desempenho dos investimentos feitos pelo fundo de pensão.

tudo, tanto na Petros quanto na Previ. Então é muito importante, Petros, Previ, Funcef. Esses três fundos podem fazer muitos investimentos de políticas do Governo Lula, que o governo não tem dinheiro para fazer e a Petros tem. É estranho mas é assim, o governo federal não tem dinheiro, o fundo de pensão tem, então faz a política e o fundo executa – até com maior facilidade que o governo. (Wilson Santarosa, 09 nov. 2004)<sup>155</sup>.

Os investimentos da PETROS não se restringem às políticas de governo: em 2010, este fundo de pensão tornou-se acionista de um dos maiores conglomerados financeiros privados do país, em uma transação de US\$ 2,6 bilhões. Coerentemente com a noção de governança expressa acima, também foi divulgada na grande imprensa a pretensão da PETROS ter assento no Conselho de Administração deste banco (SCIARRETTA, 2010).

### 3.8.1 MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS NA BC NOS ANOS 2000: DIÁLOGO?

A ocupação de cargos gerenciais na estrutura da empresa por lideranças sindicais da categoria também foi percebida na BC. No início de 2012, figuravam na estrutura da empresa quatro ex-dirigentes do Sindipetro-NF: o gerente do Escritório de Brasília do Gabinete da Presidência, uma coordenadora do cerimonial do mesmo Gabinete (anteriormente assessora na PETROS), o Gerente de Relacionamento da Comunicação Institucional e o Gerente de Contratação de Bens e Serviços do Segmento de Gás e Energia.

Aparentemente, a categoria tem uma visão ambivalente deste processo. Se por vezes é apontado com desconfiança e como algo negativo, recorrentemente é relatado como inevitável por ser algo ínsito à esfera da política partidária.

Embora Leite (2009, p. 81) aponte em seu estudo sobre os trabalhadores *offshore* da BC, a partir de 2003, o “total descrédito das lideranças atuais, identificando-as somente com os interesses da empresa, desconsiderando os anseios da categoria”, na eleição da direção do Sindipetro-NF ocorrida em maio de 2008, a chapa identificada com a FUP (e o PT), e por isso chamada “Unidade Nacional” obteve 61,2% dos votos válidos (UNIDADE NACIONAL..., 2008).

Na eleição seguinte, em maio de 2011, a chapa da situação foi reeleita com uma diferença menor em relação à oposição. Dos 5.159 votos apurados, a chapa vencedora obteve desta vez 2.696 votos, 55,93% – contra 2.124 da oposição, 44,1% (PETROLEIROS ELEGEM..., 2011).

---

<sup>155</sup> Conforme depoimento de Wilson Santarosa, citado na nota nº 69.

Em ambas as eleições, com participação de aproximadamente 60% dos aptos a votar, a chapa de oposição tinha o apoio dos sindicatos que romperam com a FUP desde 2006. Durante as campanhas a mesma tentou estabelecer como principal distinção em relação a chapa adversária a independência frente à direção da empresa e ao governo. Apesar deste discurso, este grupo não foi capaz nem de sensibilizar a categoria para uma maior participação no processo eleitoral nem de lograr a maioria dos votos daqueles que se dispuseram a participar – um aspecto que reforça a hipótese da visão ambivalente, apontada acima, acerca dos vínculos entre a FUP e a direção da empresa por parte de seus empregados na BC.

Tais vínculos são um aspecto crítico para todas as lideranças ligadas à FUP, devido à participação de seus ex-dirigentes nos escalões superiores da Petrobrás e ao fato desta Federação recorrer de forma recorrente a interlocuções junto à presidência da empresa (MOBILIZAÇÕES RESPALDARAM..., 2011) ou mesmo à presidência da república, através de seu secretário geral (TODOS EM LUTA..., 2005) em muitos dos impasses ocorridos durante os movimentos reivindicatórios da categoria. De uma forma geral, as concessões obtidas mediante negociações com tais interlocutores foram e são apresentadas como “avanços” ou “conquistas históricas” (LUTA ARRANCA..., 2011), justificando o indicativo de aceitação quando são submetidas às assembleias da categoria.

Apesar da importância atribuída a “uma representação sindical forte e coesa, com capacidade de interlocução com as diversas esferas de governo e da empresa” (PETROLEIROS ESTÃO APROVANDO..., 2012), em alguns momentos elas não foram capazes de resistir à mobilização da categoria na BC.

Considerando que a possibilidade de uma greve está na ordem do dia por ocasião da data-base da categoria nos meses de setembro, para discutir sua recente ação coletiva escolhi os movimentos que não foram motivados pela reivindicação de reajuste salarial.

Em 2007, por entender que as mudanças propostas pelo Grupo de Trabalho criado para viabilizar a reformulação do plano de cargos da empresa foram descaracterizadas pelo “corporativismo de *certos setores* da Petrobras” (FUP REJEITA PROPOSTA..., 2007, grifo nosso), a FUP recomendou um indicativo de greve nacional de cinco dias com parada de produção a qualquer momento a partir de 05 de julho.

A categoria aprovou o indicativo da FUP, mas a 03 de julho a companhia apresentou uma nova proposta que avaliada como positiva pela Federação foi encaminhada para as bases. A mesma foi aprovada pelas assembleias realizadas na BC, embora alvo de críticas dos empregados já aposentados por ter criado um mecanismo que permite um reajuste diferenciado entre a suplementação de sua aposentadoria (custeada pela PETROS) e os salários dos empre-

gados em atividade<sup>156</sup>. Entre os dias 14 e 18 de julho de 2008, 33 das 42 plataformas da BC<sup>157</sup> aderiram a um movimento paredista. A reivindicação era o pagamento do dia do desembarque dos empregados da Petrobrás em regime *offshore*.

A despeito da FUP e os sindicatos das outras bases mobilizarem a categoria desde o mês anterior pela definição do valor da Participação nos Lucros e Resultados (PLR)<sup>158</sup> relativo ao ano anterior, o movimento específico da BC teve repercussão internacional (GREVE NA PETROBRÁS..., 2008).

Como esta greve de cinco dias foi realizada como prévia de uma greve por tempo indeterminado que iniciaria a 05 de agosto, o Sindipetro-NF condicionou a submissão da proposta da PLR à categoria à definição sobre o pagamento do dia do desembarque.

Várias foram as represálias à greve: um interdito proibitório obtido junto ao Tribunal Regional do trabalho (TRT-RJ) que impunha multas ao Sindipetro-NF em caso de ocupação das plataformas, uma liminar que autorizou o embarque de equipes de contingência (destinadas a impedir a paralisação da produção ou retomá-la em caso de interrupção), a interrupção do acesso à *internet* a partir das plataformas com o continente<sup>159</sup> (PETROBRÁS RASGA NORMAS..., 2008) e o desembarque de trabalhadores para participação em cursos que alguns deles já tinham-no realizado (NF MANTÉM AS MOBILIZAÇÕES..., 2008).

Quanto à reivindicação da PLR, a direção da FUP demandou uma reunião com o ministro do Planejamento e o Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República no dia 23 de julho, justificada pelo fato de a Petrobrás afirmar que os limites da negociação seriam impostos pelo DEST<sup>160</sup> (FUP VAI A BRASÍLIA..., 2008). No dia 05 de agosto foi assinado um aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao pagamento do dia de desembarque, após aprovação da proposta apresentada pela empresa e encaminhada pela FUP à categoria com indicativo de aprovação.

---

<sup>156</sup> Trata-se de um critério de remuneração que considera não somente a posição no plano de carreira, mas também o regime de trabalho (administrativo, sobreaviso, turnos). Aplicável apenas para os empregados ativos, é sobre esta remuneração que a empresa tem contra-apresentado suas propostas salariais e na medida em que a categoria (“ativa”) tem-nas aprovado, fica demonstrada uma atitude que contraria seus interesses futuros em função de ganhos imediatos.

<sup>157</sup> Cf. GREVE NA BACIA DE CAMPOS IMPACTA PRODUÇÃO DE GÁS, APESAR DAS MANOBRAS FEITAS PELA PETROBRÁS. *Informe FUP*, Rio de Janeiro, s. n., 17 jul. 2008.

<sup>158</sup> A Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, dispõe sobre esta matéria. Por permitir que seja provisionado à força de trabalho até 25% dos dividendos pagos pela empresa (a seus acionistas) e a Petrobrás jamais ter estabelecido tal valor máximo (uma reivindicação “histórica” da categoria), anualmente o mesmo é negociado entre a empresa e a representação sindical.

<sup>159</sup> Que a empresa oficialmente atribuiu a um problema de natureza técnica.

<sup>160</sup> Departamento de Coordenação e Governança das Estatais, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme nota nº 63.

Um aspecto desta greve e das demais situações em que estava em discussão a possibilidade de deflagração de movimentos desta natureza diz respeito às manobras dos gerentes embarcados. No decurso das greves e/ou na iminência de seu início é visível uma postura de grosseira reafirmação de autoridade mediante manifestações de ironia e assédio (ver, na sessão “Apresentação” deste trabalho, o relato de minha experiência nesta greve). Por seu caráter aparentemente idiossincrático, não é possível afirmar categoricamente tratar-se de uma orientação formal da empresa, embora seja evidente que escalões superiores tenham conhecimento da natureza conflitiva das interações que ocorrem nestes momentos.

Em janeiro de 2009, a companhia anunciou a impossibilidade de honrar o acordado na campanha salarial anterior, quatro meses antes, e adiantar o pagamento de uma parcela da PLR relativa ao exercício fiscal do ano anterior no dia 10 daquele mês. Embora oficialmente reconhecesse tal acordo, frisava-se que a lei que regulamenta a matéria prevê que o pagamento aos empregados após a distribuição de dividendos aos acionistas. Porém, em função da conjuntura engendrada pela crise financeira internacional a empresa divulgou “Fato Relevante<sup>161</sup>” ao mercado no dia 19/12/2008 anunciando que a Assembleia Geral Ordinária que definiria a data de pagamento aos acionistas foi marcada para o dia 08 de abril de 2009.

Uma Resolução do DEST (nº 10, de 30 de maio de 1995), foi invocada para justificar a subordinação do pagamento da PLR à dedução do pagamento de dividendos aos acionistas. Esta ação, somada ao impasse quanto aos métodos para o cálculo do valor da PLR a ser pago motivou novo movimento paredista dois meses depois, em março.

A FUP e o Sindipetro-NF incluíram entre as reivindicações do movimento com tempo determinado (cinco dias) e controle da produção a

(...) negociação do regramento das PLRs futuras; pagamento em dobro dos feriados trabalhados (extraturno) para todos os petroleiros; garantia dos postos de trabalho no Sistema Petrobrás e condições seguras de trabalho para acabar as mortes na empresa. (PRONTOS PARA A GREVE, 2009).

Apesar do emprego destas “bandeiras” como justificativa para a greve, nas plataformas elas foram um aspecto secundário não apenas durante as assembléias que discutiram a aprovação do movimento como também no decurso do mesmo<sup>162</sup>.

<sup>161</sup> Expressão definida pela Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, a qual “disciplina a divulgação de informações na negociação de valores mobiliários e na aquisição de lote significativo de ações de emissão de companhia aberta, estabelece vedações e condições para a negociação de ações de companhia aberta na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado” (BRASIL, 2002).

<sup>162</sup> Conforme discutirei adiante.

A pertinência desta avaliação pode ser estimada pelo fato de que embora um dos indicativos avaliados nas assembleias que deliberaram a adesão ao movimento tenha sido o repasse ao sindicato das “cinco condições mais críticas de segurança na unidade” (PRONTOS PARA A GREVE, 2009), os efeitos objetivos desta ação ocorreram a partir de agosto de 2010, conforme será discutido adiante. Por sua vez, a percepção deste fenômeno pelas lideranças sindicais fica evidenciada na ênfase à proposta de PLR apresentada pela empresa no dia 16/03/2009.

Em boletim do Sindipetro-NF divulgado três dias depois, uma semana antes da data indicada para o início da greve a proposta foi caracterizada como “rebaixada”, tendo como intuito a divisão da categoria, porém “O tiro saiu pela culatra e incendiou ainda mais os petroleiros” (É GREVE!, 2009). Desta vez, não apenas a comunicação pela internet foi interrompida, como também por telefones (UM TRISTE CAPÍTULO..., 2009), o que motivou o Sindipetro-NF a ingressar com uma Ação Civil Pública (nº 0040600-14.2009.5.01.0461<sup>163</sup>) na 1ª Vara do Trabalho de Macaé pleiteando “Que a Petrobrás se abstenha de cortar o acesso à internet e à telefonia, deliberadamente, durante os movimentos grevistas sob pena multa”.

Além das questões enfrentadas a bordo, a representação sindical divulgou ter ocorrido na BC atitudes como “ameaçar trabalhadores grevistas com cartas de demissão, coagir petroleiros a integrarem equipes de contingência, operar unidades de modo inseguro” (ALMA DE DITADOR, 2009). Na contumaz denúncia do que passou a ser chamado genericamente de “práticas antissindicais”, o Sindipetro-NF estabelece uma distinção entre os gestores da empresa e a presidência da república:

Quando se comporta de modo autoritário, ela [ a Petrobrás ] nega a luta dos movimentos sociais da qual é originária. E quando investe contra trabalhadores utilizando-se de instrumentos jurídicos como o “interdito proibitório”, comporta-se como o mais reles latifundiário, digno do desprezo de todos aqueles que lutam pela liberdade de organização, de expressão e de reivindicação.

Além disso, a companhia volta a expor suas instalações, trabalhadores e o ambiente a grandes tragédias quando mantém suas unidades sob comando de equipes de contingência despreparadas, colocando a produção acima da vida, como no mais selvagem mundo capitalista do século XIX.

Em todas as regiões do país há relatos de afronta à liberdade sindical. Daqui da Bacia de Campos, onde telefones e internet foram cortados nas plataformas, ao Terminal de Solimões, no Amazonas, onde trabalhadores foram obrigados a atravessar o rio de madrugada, em operação arriscada que fere as próprias normas da empresa, que realiza seus embarques apenas durante o dia.

Os petroleiros, que já enfrentaram os tanques da era FHC, esperavam não se deparar com uma realidade dessas na empresa em um momento da história em que um ex-metalúrgico e sindicalista ocupa a Presidência da República. Isso só demonstra o quanto ainda são poderosas as forças reacionárias da companhia. (UM TRISTE CAPÍTULO..., 2009).

<sup>163</sup> Conforme Consulta Processual em <<http://consulta.trt10.jus.br/portal/processoFiltrar.do>>. Acesso em 02 mar. 2012.



Ao final deste movimento, com a aprovação da proposta apresentada pela Empresa em assembleias, o Sindipetro-NF o avaliou como vitorioso, entre outras razões pela “capacidade dos trabalhadores em superar diferenças internas, como as motivadas por diferentes visões políticas” (UNIDADE QUE VIRA..., 2009).

Muito diferente foi o tom do boletim sindical de 25/08/2011, cuja coluna assinada pelo assessor jurídico do Sindipetro-NF exaltava o fato de “pela primeira vez os petroleiros se dispuseram a fazer cessar a produção *não por dinheiro, ou por qualquer direito corporativo*, mas em defesa da vida” (RODRIGUES, N., 2011, grifo nosso). É importante reter aqui o reconhecimento, oriundo do interior do aparato sindical, de que as reivindicações que mobilizam a categoria (até então, pelo menos) têm um viés corporativo.

O mote para greve em questão foi a queda de um helicóptero no dia 19/08/2011, vitimando dois tripulantes e dois trabalhadores – ambos terceirizados – que desembarcavam de plataformas diferentes. Embora reconhecesse a adesão parcial e “ainda que por poucas horas”, o mesmo colunista apontou que a empresa “como de hábito, reprimiu e fez uso de todo o seu conhecido repertório de mentiras, assédios e violências morais, com ênfase na falta de um aviso de greve” (Ibidem).

Mediante contato com meu informante, tomei conhecimento de que em duas plataformas que aderiram ao movimento ocorreu participação espontânea de alguns trabalhadores terceirizados, os quais não mais embarcaram nestas unidades. Obtive relato de que em uma destas um terceirizado pressionou um técnico de operação a aderir ao movimento e interromper a produção argumentando rispidamente que “se a greve fosse por dinheiro” ele participaria.

Dados importantes podem ser extraídos deste movimento. Inicialmente, uma reduzida quantidade de plataformas que aderiu ao mesmo, o que denota uma correlação de forças que facilitou a imposição de sanções (advertência formal e suspensões) fundamentadas no suposto descumprimento da lei de greve por alguns dos grevistas, entre eles meu informante.

Em segundo lugar, julgo significativo: (i) que a baixa adesão ao movimento tenha se dado justamente por uma reivindicação não corporativa, voltada estritamente aos interesses dos empregados da Petrobrás, mas que atingia a todos os embarcados, indistintamente<sup>164</sup>; (ii) que as sanções aos contratados não tenham despertado reação alguma, vez que ainda hoje há expectativa de que as sanções aplicadas aos empregados da Petrobrás sejam objeto de negoci-

---

<sup>164</sup> Até novembro de 2004 a maioria dos Contratados embarcava por via marítima, em lanchas. Desde então, este meio de transporte foi abandonado e todos os trabalhadores *offshore* utilizam os helicópteros como meio de transporte até às plataformas.

ação em campanhas salariais futuras, como tem sido a praxe. Estes aspectos são capitais para a caracterização da ação coletiva dos empregados da Petrobrás na BC como estritamente corporativa, ainda que não negue a existência de uma consciência de classe destes agentes.

A despeito das estratégias empregadas pela Petrobrás na BC para o enfrentamento dos movimentos grevistas ora relatados, a categoria resiste em identificar seu alinhamento com a política macro-econômica emanada do governo federal. Nas plataformas, qualquer menção a traços de continuidade na gestão da PETROS ou da Petrobrás é francamente rechaçada com argumentos diversos, mas que tornam a um ponto comum: “as condições [ físico-estruturais ] em que as plataformas ficaram durante o governo Fernando Henrique”.

O discurso sindical apresenta-se ambivalente quanto a esta crítica. Enquanto aponta a empresa como “a principal indutora do desenvolvimento nacional, alavancando a economia do país e gerando empregos e recursos para a nação [ e por isso com ] papel fundamental na redução dos efeitos da crise econômica no Brasil” (PETROBRÁS TEM PRAZO..., 2009), critica a redução desproporcional (em relação aos anos anteriores) entre os dividendos destinados aos acionistas e o valor provisionado para a PLR, a ser paga aos empregados (PETROLEIROS NA LUTA..., 2012).

### 3.8.2 CONTINUIDADE OU RUPTURA? O DISCURSO ANTE A REALIDADE

Um aspecto candente que não apenas reforça o argumento da continuidade do modelo de gestão impingido à Petrobrás no governo FHC como também levanta questionamentos quanto à efetividade das já citadas certificações em normas internacionais de saúde, segurança do trabalho e meio-ambiente adquiriu grande repercussão em agosto de 2010:

(...) linhas de gás e de água cobertas por belzona (massa epoxe), guarda-corpos tomados pela corrosão, portas amarradas com cordas, equipamentos e cargas soltas e se deslocando pelo piso. (ALGUMAS IMAGENS..., 2010).

As situações relatadas, por envolverem a integridade estrutural das plataformas, expõem todos os trabalhadores embarcados a perigos. No governo FHC tal prática estaria associada a um processo de desmonte da empresa visando à justificação de sua privatização, motivo pelo qual qualquer personalidade política identificada com o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e seus aliados é francamente demonizada pela categoria.

Os problemas de preservação da integridade das plataformas foram divulgados na grande imprensa (ALMEIDA; ORDOÑEZ, 2010), e motivaram a ação de diversos órgãos reguladores, amiúde mobilizados pelo próprio sindicato.

A interdição do FPSO P-33 pela ANP<sup>165</sup> em agosto de 2010 devido a, entre outras anomalias, comprometimento da integridade de parte de suas estruturas – denunciadas originalmente por um abaixo-assinado dos empregados da Petrobrás lotados na Unidade – abriu o precedente para a interrupção da produção em outras treze plataformas (até fevereiro de 2012). Quando o FPSO P-37 foi interditado, em julho de 2011, um comunicado da ANP ao Sindipetro-NF detalhou os motivos da decisão de implicações que transcendem o aspecto puramente local<sup>166</sup>:

(...) foram observadas a bordo diversas tubulações, estruturas e equipamentos críticos com grau de degradação que comprometeria seu funcionamento regular. Acionadores locais (volantes) de válvulas das linhas de óleo e gás estavam impossibilitados de serem manuseados no caso de necessidade operacional, em virtude de corrosão avançada. (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BI-COMBUSTÍVEIS, 2011 apud INTERDIÇÃO DA P-37..., 2011).

A despeito das recorrentes autuações por infração à regulamentação tutelada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Marinha do Brasil, o discurso sindical tem reafirmado a absoluta distinção entre as políticas de governo e a idiosincrasia de gestores.

Ainda que as consequências das interdições tenham sido objeto de questionamento público pelo próprio presidente da Empresa (GABRIELLI CULPA..., 2011), toda a responsabilidade pela “caótica (...) situação de insegurança da Bacia de Campos” (SEGURANÇA CORROÍDA, 2010) é atribuída exclusiva e genericamente a “gestores”. Trata-se de um discurso endossado pela categoria: em mais de uma ocasião ouvi de empregados da Petrobrás com quem estava embarcado frases como “temos que ter cuidado em criticar a Petrobrás, porque isso aqui é uma ótima empresa; outra coisa são os seus gerentes”.

Este meio de isentar “a Petrobrás” e assim perpetuar o mito em torno de seu nome encontra eco em uma liderança histórica da categoria, o presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas à época da histórica greve da REPLAN (1983), Jacó Bittar:

<sup>165</sup> Por não cumprir sua Resolução nº 43, de 06 de dezembro de 2007, que instituiu o “Regime de Segurança Operacional para as Instalações de Perfuração e Produção de Petróleo e Gás Natural” (BRASIL, 2007).

<sup>166</sup> Interpretadas como “paradas não programadas”, as interdições pela ANP em 2011, “afetaram a média de produção da Petrobrás em 44 mil bpd [ barris por dia ] no acumulado de janeiro a setembro”. Para reduzir este efeito indireto da ação fiscalizatória da ANP, a empresa fechou um acordo com a mesma, de modo a propiciar “previsibilidade nas manutenções e nas inspeções” (PETROBRÁS PLANEJA..., 2011).

(...) nunca fizemos greve contra a Petrobrás, era contra o autoritarismo dentro da Petrobrás. A Petrobrás, principalmente quando eu trabalhava, era uma *continuidade da minha casa*, eu vivia isso. (...) Saí da empresa em novembro de 85. Mas ela nunca saiu de dentro de mim. (MUSEU DA PESSOA, 2003, p. 74, grifo nosso).

Invertendo a ordem das evocações, esta homologia entre a casa e a empresa apareceu espontaneamente nas entrevistas que realizei mediante a alusão à “nossa plataforma” mesmo pelos mais críticos. Atribuir os problemas nela enfrentados à arrogância ou à inapetência de gerentes, mais que assumi-los como seus, garante a integridade e a reprodução do símbolo que confere aos empregados da Petrobrás a distinção natural e indiscutida – uma doxa – face aos demais trabalhadores a bordo.

Outrossim, a exigência de “respeito e dignidade” como recurso retórico empregado por uma liderança sindical pioneira da BC, dela invocando legitimidade na presumida relevância da categoria para a “economia e o desenvolvimento do País” (MENDONÇA, 2012), faz ver a impropriedade da caracterização de sua ação coletiva como tendente a um projeto revolucionário.

## Capítulo 4

### DA METODOLOGIA EMPREGADA

À época da qualificação do projeto desta pesquisa, a metodologia para sua realização era fortemente condicionada aos embarques que eu realizaria como empregado da Petrobrás. Porém, conforme relatado na sessão “Apresentação”, minha rotina de embarques foi interrompida intempestivamente por motivo de doença. Assim, optei por considerar em minha pesquisa a plataforma onde permaneci por mais tempo trabalhando em regime *offshore* – três anos consecutivos, entre julho de 2003 e julho de 2006 – embora tenha tornado a embarcar na mesma por três quinzenas no decurso de 2009, em caráter eventual.

Imbuído “de uma ideia ingenuamente positivista da precisão e da ‘seriedade’” (BOURDIEU, 2009a), levantei a quantidade de empregados da Petrobrás em regime *offshore* vinculados àquela plataforma (132) para então determinar uma amostra a ser entrevistada, isto é, o subconjunto que representaria todo o universo em estudo.

À luz dos requisitos social e “cientificamente” sancionados, uma população com esta extensão é considerada “muito pequena” (REA; PARKER, 2000, p. 130), e a precisão de sua amostra é garantida desde que contenha 50% de seu universo (YAMANE, 1967, p. 582 apud REA; PARKER, op. cit., p. 129).

Estas preocupações detinham-me simultaneamente à elaboração e teste de um roteiro semi-estruturado para entrevistas em profundidade com tal amostra, momento em que a opção pelo referencial teórico bourdieusiano me fez ver que o emprego acrítico de tais critérios não só implicaria em um número de trabalhadores a entrevistar (66) que comprometeria a exequibilidade da pesquisa, como também reduziria o proveito que a ser extraído do conhecimento do espaço onde foi isolado o objeto de estudo.

Esta vantagem reside não apenas no aprendizado, em meu caso como “nativo”, do código necessário à decifração dos indícios verbais e não verbais da posição simbolicamente dominante<sup>167</sup> (BOURDIEU, 2011a, p. 45), mas ainda no fato de que conhecendo

(...) como é a realidade de que se *abstraiu* um fragmento e o que dela se faz, [ é possível ] pelo menos desenhar as grandes linhas de força do espaço cuja pressão se exerce sobre o ponto considerado. (Idem, 2009a, grifos do autor).

---

<sup>167</sup> Fenômeno que põe em xeque os críticos de Bourdieu, ao afirmarem que a noção de *habitus*, por supostamente negar “o acesso cognitivo dos atores ‘ordinários’ à realidade social”, faz o “modelo de ciência social crítica” proposto pelo sociólogo francês pressupor tais agentes como “idiotas desprovidos de juízo” (CELIKATES, 2012).

Esta compreensão implicou tanto no reconhecimento da relevância que minhas reminiscências adquiriram quanto da necessidade de uma estrita circunscrição do meu objeto. Tais pressupostos levaram-me ao abandono das hipóteses associadas ao vínculo dos agentes da pesquisa com universos simbólicos apartados do mundo do trabalho.

A partir de então, as entrevistas em profundidade adquiriram o estatuto de técnica complementar para a consecução dos objetivos da pesquisa. A seleção dos entrevistados foi intencional, conforme os vínculos de amizade que me uniam a eles ou entre estes e aquele que escolhi como informante, cuja interlocução também adquiriu relevante estatuto metodológico.

A justificativa para esta aproximação com os agentes da pesquisa assenta em dois aspectos, um já apontado em outros estudos e outro vinculado a meu trajeto profissional na empresa, descrito na sessão “Apresentação” desta dissertação:

(i) a impermeabilidade da empresa à pesquisa social, evidenciada da forma mais cabal nos óbices enfrentados por vários pesquisadores que escolheram objetos a ela vinculados: a negativa formal à solicitação de Sales (2009, Anexo 02) de aplicação de questionários junto a seus empregados para subsidiar uma pesquisa vinculada a outro Programa de Pós Graduação da UENF, na negativa de embarque a uma plataforma demandada por Gomes (2002, p. 9) mediante participação em um programa de visita de familiares a bordo e nas dificuldades de acesso a diferentes unidades pelo Brasil descritas por Romão (2006, p. 19), a despeito de certo tom apologético identificado em seu trabalho;

(ii) considerando que minha saída da plataforma escolhida como recorte espacial para a pesquisa foi conflituosa, julguei necessária a cumplicidade dos entrevistados no que respeita ao sigilo do trabalho.

À eventual objeção das exigências canônicas de distância e objetividade científicas, relembro Becker (1977, p. 131), para quem um envolvimento com o objeto de estudo não constituiria *a priori* um óbice à pesquisa, devendo o *bias* deve ser encarado “como uma questão que deve ser tratada com o uso de proteções técnicas”.

Também Clifford (1998), por outro trajeto teórico, reconhece o papel do conhecimento pessoal acumulado pelo antropólogo em seu trabalho de campo no decorrer do século XX como garantia de autoridade etnográfica, ratificando a presença da subjetividade do pesquisador em sua investigação. Velho (1999, p. 127) é outro autor que afirma a possibilidade de relativização da familiaridade do pesquisador com seu objeto, uma vez que “mesmo nas sociedades mais hierarquizadas há momentos, situações ou papéis sociais que permitem a crítica, a relativização ou até o rompimento com a hierarquia”.

De fato, uma das maiores dificuldades que enfrentei não foi apenas a identificação com os entrevistados, *a fortiori* com suas manifestações espontâneas de ressentimento. Creio ter aí identificado de forma pungente “o obstáculo epistemológico por excelência” para o sociólogo (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2000, p. 23): a ilusão do saber imediato proporcionado pela familiaridade com o universo social pesquisado.

A despeito de Velho (1999, p. 130) considerar esta familiaridade com o objeto “também um certo tipo de apreensão da realidade”, Bourdieu (2009a) alerta que a prática científica exige “a conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído e com tudo o que, na ordem social – e no universo duto<sup>168</sup> – o sustenta”. Para tanto, a objetivação de minha relação com o objeto – traduzida pelo exame sistemático de seu papel na minha identidade profissional, e de meu comprometimento político e ideológico na pesquisa – foi uma condição de ruptura com a minha (pré) disposição a investir no objeto.

#### 4.1 AS ENTREVISTAS

A primeira entrevista foi agendada mediante contato telefônico. Obtendo com este primeiro entrevistado o endereço eletrônico de grande parte dos empregados da Petrobrás ligados à plataforma, passei a utilizá-lo meio de abordagem dos possíveis entrevistados.

Dos 25 agentes assim contatados mediante envio de uma mensagem de conteúdo semelhante, quatro não responderam e os demais relataram disponibilidade. Entre estes, três solicitaram o envio de questionários, e tão logo foram informados de que tal técnica não seria empregada recusaram sua participação<sup>169</sup> – um de forma tácita, não respondendo ao meu esclarecimento quanto à opção pelas entrevistas; outro explicitamente alegando dificuldades para compatibilização de horários em função de residir no estado do Espírito Santo e o terceiro acatando em minha resposta a compreensão por não se dispor a entrevista.

Cheguei a negociar uma data para a entrevista com mais um trabalhador, que subitamente deixou de responder minhas mensagens eletrônicas e aquelas enviadas a partir de meu telefone celular (meio de contato utilizado em função do possível entrevistado encontrar-se em trânsito imediatamente após seu desembarque). Com oito trabalhadores não cheguei a tanto: não houve resposta às minhas sugestões de agendamento da entrevista. Uma trabalhadora que assim como eu havia deixado o regime *offshore*, sob o qual trabalhara na plataforma esco-

<sup>168</sup> “(...) a visão erudita, que vive a si mesma como uma ruptura com a visão ordinária” (BOURDIEU, 2009d, p. 60).

<sup>169</sup> A preferência exclusiva que parte significativa do pessoal abordado manifestou (espontaneamente) pela utilização de questionários compromete, a meu ver, o emprego desta técnica no universo pesquisado.

lhida para a pesquisa, disponibilizou-se para entrevista em seu horário de trabalho, o que recusei em função da necessidade tanto dela quanto minha de justificar a ausência de nossos respectivos postos de trabalho.

Assim, foram necessários vários contatos por *e-mail* ou telefone para confirmar a data, hora e local da entrevista, detalhes que sempre deixei ao entrevistado a prioridade para definir. Das oito entrevistas obtidas, duas foram realizadas na residência do entrevistado (Rio de Janeiro e Campos), duas em um *shopping center* na cidade de sua residência (Niterói e Macaé), três em restaurantes (Campos) e a última nas instalações da Petrobrás em Macaé, em meu horário de almoço e na ocasião em que o entrevistado ali se encontrava para realização de exames médicos.

As entrevistas foram precedidas de conversas triviais, típicas de amigos que se conhecem e não se veem há algum tempo, até que eu indagava se podia começar a gravação mediante utilização de dispositivo eletrônico (MP3 *recorder*). Iniciei formalmente cada entrevista afirmando que os dados ali obtidos destinavam-se à obtenção de dados a serem analisados para uma dissertação de mestrado, sendo por este motivo sigilosos. A partir da segunda entrevista passei a relatar também, iniciada a gravação, a data de realização da entrevista. Durante o diálogo imediatamente anterior ou posterior ao registro de todas as entrevistas, sem exceção, os entrevistados teceram comentários relevantes para o trabalho e por isso os considerei não apenas em minhas análises (mediante registro, após o término da entrevista, em um caderno já utilizado em campo na fase exploratória), como também para aperfeiçoar o próprio roteiro das entrevistas, alterando a ordem de aplicação de seus quesitos ou tornando sua redação mais clara.

A relevância atribuída à necessidade de investigação da história social da emergência e construção coletiva de problemas tidos como legítimos<sup>170</sup> enquanto ponto de ruptura (BOURDIEU, 2009a), determinou a entrevista de uma liderança sindical à época do estabelecimento da Petrobrás na BC. Outros aspectos, secundários, que determinaram a opção específica pela entrevista com esta liderança – e não com outra ainda na direção do sindicato – decorreram (i) da relativização do discurso sindical vigente, presente ao longo do presente trabalho, e (ii) da divulgação de meu nome em uma coluna destinada à contribuição dos sindicalizados no boletim semanal do Sindipetro-NF de 12/01/2012, a despeito de minha solicitação formal de anonimato (uma prática prevista aquele espaço), assunto passível de ser levantado

---

<sup>170</sup> Refiro-me ao aspecto puramente fenomênico da clivagem entre os empregados da Petrobrás e os trabalhadores terceirizados que, reduzido às interações entre estes sujeitos, se dá sem aparente dificuldade à apreensão imediata sob o estigma da “discriminação” ou ainda do “assédio moral”, uma taxonomia jurídica que lhe confere legitimidade – ambos incapazes de superar a inércia dos *habitus* que sustentam a dominação simbólica.



em eventual contato com a direção do sindicato, independentemente de suas motivações manifestas.

Acerca do tratamento concedido ao conteúdo das entrevistas, considere na análise de sua transcrição:

- (i) a crítica que Bourdieu (2009a) endereça aos adeptos da etnometodologia, os quais “se limitam à descrição desta experiência [ dóxica ], sem se interrogarem acerca das condições sociais que a tornam possível”;
- (ii) os riscos dos instrumentos da tradição douta da sociologia “substituir a doxa ingênua do senso comum pela doxa do senso comum douto, que atribui o nome de ciência a *uma simples transcrição do discurso de senso comum*” (Ibidem, grifo nosso);
- (iii) o reconhecimento de que as relações imediatamente visíveis entre os agentes amiúde dissimulam “as relações objectivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações” (Idem, 2009e).

#### 4.2 OS ENTREVISTADOS

As tabelas abaixo propiciam uma visualização do perfil dos entrevistados, conforme os cargos exercidos e o tempo de trabalho na empresa.

Cargo	Especialidade	Frequência
Téc. Operação	Produção	2
	Facilidades	2
Téc. Manutenção	Elétrica	2
	Instrumentação	2
Total		8

**Tabela I – Distribuição dos trabalhadores entrevistados conforme cargo ocupado**

O tempo de trabalho na companhia, tomando como referência a data da entrevista, é um dado relevante por exprimir o ano de ingresso dos entrevistados na empresa:

- i) se antes ou após a edição da chamada Lei do Petróleo (1997), que pôs fim ao monopólio exercido pela empresa no setor, um ponto de inflexão da relação mantida com seus empregados, conforme Leite (2009, p. 84), hipótese que julgo válida; ou ainda
- ii) se antes ou após outubro de 2007, ocasião da implementação de um novo Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC), considerado pela AEPET e também para efeitos hipotéticos.

téticos da minha análise uma manifestação da desvalorização dos “recursos humanos” percebida recentemente na empresa, vez que diante da “quantidade de pedidos de demissão de novos empregados, que atingiu níveis antes desconhecidos na Cia [ ... ] procedeu-se a uma aceleração da progressão na carreira para esses trabalhadores”<sup>171</sup>.

Tempo na empresa	Frequência
< 20 anos	2
Entre 15 e 20 anos	0
Entre 10 e 15 anos	0
Entre 5 e 10 anos	6
> 5 anos	0
Total	8

**Tabela II – Distribuição dos entrevistados conforme tempo de trabalho na Petrobrás (ref. Jun. 2011)**

#### 4.3 O USO DE FONTES DOCUMENTAIS

A metodologia prevista no projeto da pesquisa atribuía particular relevância à imprensa sindical. O mesmo foi corroborado, mas complementado com outras fontes.

A despeito do apelo nacionalista evocado pela Petrobrás, o “emergente” mercado de ações brasileiro deve boa parte de sua reputação internacional às flutuações dos papéis da Petrobrás neste nicho. Disso decorre a circulação de um grande volume de informações a respeito da empresa na mídia, das quais foi possível eventualmente pinçar algumas com relação direta com o objeto do presente trabalho. Outrossim, o “Programa Memória Petrobrás” – desenvolvido pela própria empresa desde 2004 – a partir do “Projeto Memória dos Trabalhadores Petrobrás”, este viabilizado em parceria com o Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo em 2003, propiciou-me dados valiosos. A história dos “sindicatos do petróleo” e principalmente os depoimentos de personagens históricas da BC foram fundamentais para este trabalho.

Entretanto, cumpre esclarecer que o exaustivo recurso à imprensa sindical foi em grande parte motivado pela necessidade de atribuir a esta fatos dos quais tomei conhecimento como empregado da Petrobrás, cuja divulgação nestes termos poderia caracterizar infração ao código de ética da empresa. Neste sentido, cabe ainda informar que o “Programa Memória Pe-

<sup>171</sup> Cf. Carta nº AEPET 021/12, endereçada à presidente da Petrobrás em 04 jul. 2012. Disponível em <<http://www.aepet.org.br/site/uploads/noticias/arquivos/Dra-Maria-das-Graas-Foster.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

trobrás” passou por uma mudança significativa em junho de 2012. Poucos meses antes, seu *website* permaneceu indisponível e alguns depoimentos extraídos anteriormente para o presente trabalho foram excluídos no novo formato – entre eles, o do Gerente Executivo da Comunicação Institucional da empresa, Wilson Santarosa. Acredito que o cadastramento prévio para acesso mediante senha, outra alteração do *website* deste programa, está associado à obsessivamente divulgada “política de segurança da informação” da Petrobrás.

#### 4.4 O INFORMANTE

A construção do conhecimento como um trabalho compartilhado com um informante é um paradigma relativamente recente. Foi na condição de “nativo” que iniciei o registro assis-têmico e (ainda) intuitivo das interações que observava e das quais também participava nas plataformas da BC onde atuava profissionalmente.

Assim, o recurso a um observador qualificado e privilegiado não se deu por necessida-de de aproximação de um mundo estranho a mim, mas pela impossibilidade de minha perma-nência intensiva nele tal qual o paradigma malinowskiano, a despeito de minhas funções pro-fissionais nas instalações da Petrobrás em Macaé<sup>172</sup>, em regime de trabalho administrativo, propiciarem o contato com o universo *offshore*.

Esta condição de relativização da prática espacial da pesquisa como garantia de obser-vação encontra eco na noção de local enquanto “um itinerário, em vez de um sítio delimitado – uma série de encontros e traduções” (CLIFFORD, 1997, p. 11, tradução nossa). Esta concepção, amparada na defesa do vínculo indissolúvel entre mobilidade e modernidade<sup>173</sup>, expande a ideia de trabalho de campo ao incorporar práticas etnográficas contemporâneas como o que “forjaram e reforjaram muitas conexões: com a etnografia sociológica, com a história sociocultural, com as comunicações, e com a crítica cultural” (Ibidem, p. 29, tradução nossa).

A despeito da relevância atribuída à relação entre o pesquisador e o “nati-vo/informante” restringir-se à prática antropológica no seu sentido estrito (ARAÚJO, F. C., 2010), os aspectos envolvendo este aspecto e os proveitos do vínculo que estabeleci com o in-formante escolhido justificam sua elucidação. Meu primeiro contato com esse empregado da Petrobrás foi mediado por um amigo, também trabalhador *offshore*, que temos em comum.

<sup>172</sup> Onde é possível vislumbrar uma clivagem diversa daquela investigada neste trabalho, pois tem como pólos “os de terra” e “os embarcados”.

<sup>173</sup> Ideia também presente em Bauman (1999).

Aquele me envolveu em uma discussão, mediante uma troca de *e-mails*, acerca da viabilidade de publicação de um *blog* com conteúdo político dirigido aos trabalhadores embarcados. Era outubro de 2009, e estava em curso a campanha salarial da categoria.

O *blog* proclamaria não só a necessidade de “união da categoria em um mesmo movimento”, como também a “formação de comissões de base” nas plataformas da BC, uma bandeira decorrente do reconhecimento dos limites institucionais do sindicalismo. Acompanhando a evolução das mensagens trocadas, levantei a questão que já motivava minhas reflexões – que àquela altura eu entendia como relacionada à “consciência de classe” – acerca da clivagem entre empregados da Petrobrás e de seus terceirizados. No mês seguinte, conheci meu informante pessoalmente. Coincidentemente, minha escala de trabalho determinou o embarque na plataforma onde trabalhara entre 2003 e 2006, de onde tinha saído três anos antes – justamente onde ele estava embarcado.

Estabelecemos uma relação de grande empatia, e a partir de então passamos a discutir não apenas as minhas reflexões, mas também como ele as percebia. Neste e nos dois embarques seguintes nesta plataforma, tomei conhecimento de que alguns poucos trabalhadores – todos empregados da Petrobrás – participavam com razoável regularidade das reuniões de sua “Comissão de Base”. A despeito de sua independência ante a estrutura sindical, na reunião em que participei, percebi que todas as discussões giravam em torno das demandas sindicais (ainda que para criticar a postura das lideranças), havendo significativa resistência a propostas de mobilização que não fossem avalizadas pelo sindicato.

Percebi que meu informante era uma voz dissonante naquele meio. Além de suas propostas serem tachadas como radicais porque exprimiam abertamente uma opção ideológica, sua apresentação física contribuía para uma estigmatização – jovem, menos de 30 anos, porte atlético (provavelmente devido a prática da capoeira, fato tornado público pelo próprio), uso de *dreadlock*<sup>174</sup>.

No curso de uma troca de *e-mails*, a visão do informante a respeito da imagem que ele próprio transmitia entre seus pares a bordo veio à tona. A pujança desta mensagem me inspirou profunda reflexão:

(...) este deserto de cérebros me fez virar liderança, sem nunca ter pedido isso. O sindicato dos petroleiros é tão bom quanto à peroba<sup>175</sup> no que diz respeito à propaganda. Pois, me vendeu uma história que era fodão, lutador e o escambau (quando se

<sup>174</sup> Penteado com cabelos compridos em mechas emaranhadas, popularizado por cantores jamaicanos a partir da década de 1960.

<sup>175</sup> Referência pejorativa à Petrobrás.

está fora da empresa é isso que se vê, um sindicato e uma categoria de luta e consciente... mó caô<sup>176</sup>!). (trecho de livro [mensagem pessoal]<sup>177</sup>).

Aqui vislumbrei a possibilidade de extrapolação da hipótese de vigência e centralidade de uma ideologia triunfalista na BC para o público externo à Petrobrás, bem como a sua relação (discutida no Capítulo 5) com o apelo narcísico do discurso sindical à “tradição de luta” de uma categoria mobilizada por reivindicações meramente corporativas.

A prioridade concedida à comunicação por *e-mail*, e secundariamente por contato telefônico, decorreu da incompatibilidade das escalas de embarque e dos diferentes locais de residência dos agentes da pesquisa. Foi por meio de uma mensagem eletrônica que tomei conhecimento da inércia da Comissão de Base criada naquela plataforma, quando o informante foi incisivo em manifestar sua opinião sobre os motivos deste fenômeno para vários de seus companheiros em abril de 2010:

A categoria não tá nem aí! [ ... ] Nem mesmo de continuar as reuniões de terça [ ... ]. Sem o assunto dinheiro e a campanha da Dilma rolando, acho que os petroleiros vão esperar morrer alguém (ou chegar o dissídio -\$\$\$) para voltar a pensar conjuntamente. (*Multi-função e o Mantenedor* [mensagem pessoal]<sup>178</sup>).

Minha resposta a esta mensagem foi o mote para o início de uma produtiva reflexão acerca da noção da identidade de classe e sua aplicabilidade àquele universo. No curso de sua evolução, ao ratificar seu inconformismo e dificuldade de lidar com o que julgava ora um “adormecimento” ora uma “falta de coesão” da categoria, meu informante revelou aspectos relevantes a respeito de sua própria identidade: afirmava ser morador de uma favela do Rio de Janeiro (Vila Vintém) e acreditava que os ganhos proporcionados pelo ingresso na Petrobrás tê-lo-iam deslocado “de pobre à classe média”, embora “não me enquadrando nessa nomenclatura. Só vejo os trabalhadores e ‘os alemão<sup>179</sup>’” (*OLT/CDB esclarecimentos* [mensagem pessoal]<sup>180</sup>). A certa altura, relatou que sua mãe trabalhava como camelô<sup>181</sup>.

Corroborando que a hipótese da clivagem entre empregados da Petrobrás e trabalhadores terceirizados ultrapassa o *momentum* do cotidiano fabril, sempre que meu informante citava alguém com quem dividia suas muitas angústias a bordo, tratava-se de outro empregado da Petrobrás – em nenhum momento citou o nome de um contratado.

<sup>176</sup> Gíria utilizada para referir-se a um discurso falso, falacioso.

<sup>177</sup> Mensagem recebida por <rodinele@yahoo.com.br> em 19 fev. 2012.

<sup>178</sup> Mensagem recebida por <rodinele@yahoo.com.br> em 11 abr. 2010.

<sup>179</sup> Termo de uso corrente nas comunidades pobres do Rio de Janeiro para designar pejorativamente os policiais, em oposição aos “fiéis”, estes identificados com o tráfico de entorpecentes.

<sup>180</sup> Mensagem recebida por <rodinele@yahoo.com.br> em 12 abr. 2010.

<sup>181</sup> trecho de livro [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rodinele@yahoo.com.br> em 24 fev. 2012.

Em outra sequência de *e-mails*, não destinadas a mim especificamente, o informante explicitou sua adesão a um grupo político de atuação na BC, o GLP (Grupo de Luta dos Petroleiros). A troca de mensagens eletrônicas deixava clara a oposição do grupo não só à direção do Sindipetro-NF como também às posições manifestadas pelos representantes locais da Frente Nacional dos Petroleiros, instância que nacionalmente se contrapõe a FUP.

Por considerar a estrutura sindical viciada, o GLP afirma a necessidade de construção de disputas que extrapolem a institucionalidade. A despeito desta posição programática, é patente que sua atividade está intimamente vinculada às demandas operadas pelo Sindipetro-NF – conclusão a que chegamos, eu e meu informante, de forma consensual. Pouco antes da qualificação do projeto desta pesquisa, enviei seu texto ao informante, o qual me respondeu com uma revisão rigorosa e uma apreciação positiva sobre a abordagem do tema. A partir de então, negocieei com ele sua “nomeação” formal como informante, que ao aceitá-la como “uma honra”, marcou uma inflexão no nosso vínculo.

Acatando o pressuposto da importância do entendimento das relações com os informantes – não apenas o que eles significam para o pesquisador como também o significado deste para aqueles (KRACKE, 2003 apud ARAÚJO, F. C., 2010), julgo relevante relatar que a partir de então passei a perceber o estabelecimento de uma forte “transferência” da parte do meu informante. Categoria psicanalítica marcada pela demanda de saber dirigida ao analista, a transferência se fez ver não tanto pelos relatos dos problemas que os conflitos cotidianos com as chefias a bordo – que causavam-lhe grande ansiedade – mas principalmente pela contumaz reafirmação de não saber o que fazer, a ocasional indagação aberta sobre o que estava acontecendo consigo e a referência ao lugar de discípulo ante um mestre.

Assim como no contexto de uma psico-análise, o analista não é o ator, sendo seu lugar o da invisibilidade (QUINET, 2009, p. 39), percebi a necessidade de rejeitar a posição de mestria a que estava sendo alçado pelo informante.

Para que esta objetivação de meu lugar não caracterizasse uma violência simbólica e também no intuito de deixar claro ao informante que nossa relação se dava entre agentes consciente e politicamente significativos (CLIFFORD, 1998), explicitiei-lhe que não tinha o desejo de corrigir seus pontos de vista. Sua reação foi comunicar a decisão de retomar sua graduação em História em uma universidade privada do Rio de Janeiro, abandonada em função do engajamento no regime de trabalho *offshore* e admitir que lhe interessava em “nosso ‘relacionamento’” era a minha capacidade de questioná-lo e incomodá-lo<sup>182</sup>.

---

<sup>182</sup> trecho de livro [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rodinele@yahoo.com.br> em 24 fev. 2012.

Entendendo que as questões apontadas pelo informante estavam relacionadas a uma questão relevante para este trabalho, o seu ajuste àquele mundo social e à sua “história objetivada” (BOURDIEU, 2009c), aponto as ocupações anteriores do informante por ele próprio explicitadas espontaneamente: “(...) mesmo eu nunca tendo trabalhado na indústria antes...camelô, ajudante de cozinha, guardador de carros, frentista, camelô de novo, office boy, construção civil, etc...”<sup>183</sup>. Posteriormente, o informante admitiu, uma vez mais espontaneamente, o que o motivou a ingressar na Petrobrás:

(...) vim pro ramo do petróleo, pois estava desempregado e fazendo provas e entrevistas pra qualquer emprego (até pra vendedor de planos de saúde, o que é uma furada, um golpe 171 em cima dos desempregados) e esse aqui tinha a vantagem da ‘aposentadoria especial’<sup>184</sup>: ledo engano. (*trecho de livro* [mensagem pessoal])<sup>185</sup>.

O contraste entre a vida profissional progressiva e aquela vinculada à Petrobrás é um tema recorrente nas reflexões do informante, aparecendo via de regra nas discussões que ele próprio estabelecia sobre a compatibilidade entre a militância política e as condições materiais atuais: “(...) a diferença econômica/material adquirida nesses (sic) tempos de operário da indústria do petróleo versus o desemprego anterior... questão de máxima relevância em termos materiais (*trecho de livro* [mensagem pessoal])<sup>186</sup>”.

Para além do aspecto estritamente metodológico, os diálogos com o informante escolhido foram importantes para o aperfeiçoamento ou reformulação das hipóteses da pesquisa. O conteúdo de seu discurso, mesmo quando aparentemente sem relação direta os objetivos deste trabalho, tiveram grande peso nas linhas de análise pelas quais este trabalho encetou.

---

<sup>183</sup> *trecho de livro* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rodinele@yahoo.com.br> em 18 fev. 2012.

<sup>184</sup> Aposentadoria com tempo de contribuição à previdência social inferior ao convencional, mediante contagem diferenciada do tempo de trabalho em regime *offshore*.

<sup>185</sup> Mensagem recebida por <rodinele@yahoo.com.br> em 19 fev. 2012.

<sup>186</sup> Mensagem recebida por <rodinele@yahoo.com.br> em 23 fev. 2012.

## Capítulo 5

### ANÁLISE E CONCLUSÃO

Anteriormente ao início das discussões visando a uma conclusão do trabalho, cumpre apontar que existem nas plataformas marítimas de produção de óleo e gás instaladas na BC atividades executadas exclusivamente por pessoal vinculado a Petrobrás, por este e pessoal contratado conjuntamente e ainda unicamente por trabalhadores terceirizados.

Os objetivos de uma plataforma são (i) elevar o óleo e o gás do reservatório<sup>187</sup> à sua planta de processo; (ii) nesta, separar o óleo do gás, bem como a água e a areia misturados a eles; e (iii) exportá-los para outras plataformas, navios aliviadores ou para o continente. A operação desta planta de processo (“operação da produção”) é realizada em turno ininterrupto, exclusivamente por empregados da Petrobrás.

A “operação de facilidades” e a “operação de elétrica” são também ininterruptas e associadas a sistemas próprios. A “operação de facilidades” compreende os sistemas de recebimento, estocagem, tratamento e distribuição de óleo diesel e de água (gelada, potável, industrial e salgada) para resfriamento, aquecimento e consumo humano. Já a “operação de elétrica” diz respeito à geração e distribuição de energia elétrica, que pode ser exportada para outra(s) plataforma(s). Sabe-se que em algumas plataformas da BC esta última é realizada por empresas contratadas, não sendo o observado da plataforma em estudo.

Em função da necessidade de autonomia, imposta pela distância do continente, associa-se aos imperativos da produção o caráter ininterrupto de outras atividades de apoio, *sob gestão e fiscalização formais de pessoal Petrobrás a bordo*:

- (i) movimentação de cargas internamente às plataformas e entre estas e navios com suprimentos (produtos químicos, tubulações, chaparias, equipamentos e alimentos);
- (ii) controle de qualidade de produtos e de parâmetros de rejeitos do processo (laboratório físico-químico);
- (iii) serviços de hotelaria (alimentação de pessoal, asseio e conservação dos alojamentos);
- (iv) radiocomunicação com embarcações e com o continente; e eventualmente
- (v) intervenção em poços, operação destinada ao reparo de um poço e/ou dos equipamentos que o ligam à planta de processo.

---

<sup>187</sup> Também chamado de zona de produção, trata-se da formação rochosa, porosa ou permeável, sob o leito marinho, na qual está contida a mistura de hidrocarbonetos óleo-gás.



Somem-se a estes, ainda, os trabalhadores em *regime de sobreaviso*, via de regra de atividades de *manutenção, obras e reparos* e assessoria técnica – com turno de trabalho fixo, mas com disponibilidade formal para atendimento a eventuais emergências diuturnamente.

## 5.1 A CLIVAGEM ENTRE OS TRABALHADORES *OFFSHORE*

A hipótese central desta pesquisa – a polarização entre empregados da Petrobrás e os de empresas contratadas para a execução de serviços a bordo das plataformas instaladas na BC – resta confirmada. Não obstante este fenômeno já ter sido apontado por Gomes (2002), minhas observações de campo, a análise documental e do testemunho de lideranças sindicais por mim recolhidos indicam tanto o privilégio que os empregados da Petrobrás concedem a-queles que veem como seus pares na escolha de seu círculo de relações a bordo como o papel secundário que o processo de trabalho concede objetivamente – e assim naturalizado – aos trabalhadores terceirizados.

Este fenômeno é corroborado não apenas pelos fenômenos observados no campo como também pela análise da fala dos entrevistados sobre alguns temas discutidos a seguir. Cabe apontar que para além dos aspectos manifestos nesta fala, sua análise representa um esforço de apreensão das relações entre os agentes, as quais são dissimuladas (*a priori* irrefletidamente) conforme as posições que eles ocupam (BOURDIEU, 2009e).

### 5.1.1 DO COMPARTILHAMENTO: ESPAÇO FÍSICO E IDENTIDADES

Questão apontada subrepticamente por Pessanha (1994, p. 123), no presente trabalho a segregação espacial dos trabalhadores embarcados manifestou-se nas respostas dos entrevistados acerca da ocupação de seu tempo nos intervalos entre os turnos de trabalho. Estas demonstram o predomínio da permanência nos camarotes (alojamentos), os quais já são separados conforme a empresa e/ou as atividades a que estão vinculados seus ocupantes. Dos oito entrevistados, apenas um citou a participação ocasional, após o turno de trabalho, em atividade de caráter coletivo: os cultos religiosos. Um entrevistado relatou frequentar a sala de *internet* recreativa<sup>188</sup> de uso restrito aos empregados da Petrobrás (os contratados têm uma sala

---

<sup>188</sup> Trata-se de rede de computadores fisicamente separada da *rede corporativa* por força de segurança da informação. Possui menor quantidade de microcomputadores, sendo destinada à utilização durante os períodos de descanso entre as jornadas de trabalho.

semelhante em local diferente na plataforma), e outro pratica atividade física na academia existente na plataforma.

Também foi levantada uma indagação acerca das pessoas a bordo consideradas como de maior afinidade, e apenas um dos entrevistados – o que relatou anteriormente a participação em cultos religiosos – citou dois trabalhadores contratados. Ressalte-se ainda que todos os entrevistados relataram que raramente mantém contato com as pessoas citadas nominalmente como afins durante o período de folga. Um quesito específico acerca do acesso à *internet* estava manifestamente associado à verificação do privilégio que os empregados da Petrobrás possuem ante os trabalhadores terceirizados para a comunicação com o continente. Este fenômeno foi corroborado, vez que todos os entrevistados relataram preferência pelo uso de microcomputadores conectados à rede corporativa de dados – à qual apenas pessoal terceirizado com nível de supervisão tem acesso – em função de sua maior disponibilidade. Mesmo o entrevistado que mencionou a frequência à sala da rede recreativa destinada aos empregados da Petrobrás ratificou que não a utiliza de forma contumaz.

Para além deste aspecto fenomênico, para os objetivos deste trabalho é relevante apontar o efeito indireto desta preferência pela utilização de uma mesma rede de dados, mediante identificação pessoal por senha. Forma-se um público cujo acesso exclusivo à Comunicação Institucional da Petrobrás, por meio de seu portal na *intranet* e de seu *e-mail* corporativo, promove e reproduz os sentimentos de identidade partilhados por estes agentes. Para tanto, contribui a similaridade do conteúdo veiculado por esta mídia (propiciada pela redução dos custos de transmissão da informação) com os “fatos-ônibus [ ... ], que não envolvem disputa, que não dividem, *que formam consenso*” (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Da superação de recordes de produção à antecipação das peças publicitárias que atingirão o público externo, a “Comunicação Institucional” põe em circulação uma ideologia que associa a Petrobrás a uma ideia naturalizada de triunfo tecnológico vinculado à BC, contribuindo assim para a manutenção da ordem simbólica em estudo. Esta ideologia triunfalista serve de fundamento para a distinção apontada por um dos entrevistados entre os empregados da Petrobrás e os trabalhadores terceirizados quando indagado acerca do compartilhamento do “Orgulho de ser Petrobrás”, um “valor” fomentado pela empresa. Enquanto o técnico de manutenção afirma partilhar deste valor, pois “sei que estou contribuindo para o desenvolvimento do país”, o mesmo não acontece com os trabalhadores terceirizados:

(...) eles deveriam [ compartilhar deste orgulho ] mas não sentem porque não criam um vínculo direto, né, como a gente cria; a gente que é Petrobrás. Eles não criam um vínculo direto. Eles podem estar numa empresa hoje, podem estar em outra outro di-

a, embarcam em outra plataforma amanhã. Não criam uma raiz como a gente acaba criando. (Entrevista concedida a 23 ago. 2011).

Mais que uma opinião pessoal, esta fala desvela uma crença compartilhada que encontra legitimidade nas estruturas objetivas do processo de trabalho a bordo da plataforma ora estudada, marcadas por um signo hierárquico.

### 5.1.2 DAS SOCIABILIDADES A BORDO

As respostas obtidas dos entrevistados quando indagados sobre as situações em que lidam com trabalhadores contratados demonstram uma distinção entre os técnicos de operação e de manutenção. A fala dos técnicos de manutenção remete ao “companheirismo”, explicitamente citado em alternativa ao “trabalhar junto”. Um técnico de manutenção com especialização em eletricidade relatou que quando contratado não haviam profissionais de seu ofício na plataforma. Por este motivo, contratados exerceram o papel de “tutores” no seu ingresso na empresa. Outro entrevistado da mesma especialidade atribui papel similar a contratados, mas devido ao lapso entre a conclusão do ensino técnico profissionalizante que o habilitou a ingressar na empresa e o efetivo início do trabalho a bordo.

A despeito de ratificar a proximidade com seus companheiros *de ofício*, um dos profissionais devotados em manutenção relatou espontaneamente que em determinado período exerceu atividade de supervisão sobre trabalhadores contratados. O último dos quatro técnicos de manutenção entrevistados demarca maior distanciamento em relação aos trabalhadores terceirizados. Em resposta à questão sobre situações em que lida com estes trabalhadores, ressalta apenas o nome da empresa a que os mesmos estão vinculados atualmente.

Todos os técnicos de operação associaram o tema “lidar com contratados” à “liberação de trabalhos”. Esta relação foi feita espontaneamente por três dos quatro técnicos de operação, e mediante minha indagação (indevida, em função da ansiedade da primeira entrevista) pelo último deles. Congruente e complementarmente a esta primeira resposta, três destes atores também citaram espontaneamente que o contato com trabalhadores terceirizados limita-se prioritariamente a encarregados e supervisores; dois chegaram a citar nominalmente alguns destes, *nenhum da área de manutenção*.

Estes dados apontam para uma das rotinas de trabalho aventadas espontaneamente pelos próprios técnicos de operação ante a indagação acerca da atividade que mais toma seu tempo durante o turno de trabalho. Trata-se da sistemática de “emissão de PT” (Permissão pa-

ra Trabalho), a qual normatiza a *autorização formal* para a execução de serviços em sistemas pelos quais estes agentes são formalmente responsáveis.

Um dos técnicos de operação deixa claras as implicações ao citar este processo ao lado da atenção à “planta de processo” como o que mais lhe demanda tempo durante seu turno: trata-se de “trabalhos que estão em andamento, que a gente tem a *responsabilidade de acompanhar*”. A fala dos técnicos de operação entrevistados não só apontam a preeminência desta atividade ante àquelas ínsitas à operação da planta de processo (embora um dos entrevistados ratifique a prioridade desta). Não se trata de uma atividade isolada, visto que envolve um *planejamento* prévio a que três dos quatro entrevistados fizeram referência ao relatar as atividades demandantes de tempo no curso do turno de trabalho.

#### 5.1.2.1 PROCESSO DE TRABALHO E HIERARQUIZAÇÕES

Gomes (2002, p.122) relata a existência de uma distinção entre os trabalhadores terceirizados nas plataformas da BC baseada nas diferenças de capital escolar exigido para o desempenho de suas atividades a bordo. A escolarização dos trabalhadores da manutenção, sendo a mesma tanto para empregados da Petrobrás quanto para os de suas empresas contratadas – mecânica, eletro-eletrônica, instrumentação industrial e automação –, simultaneamente aproxima estes grupos e os afasta dos trabalhadores que desempenham atividades cujo processo de trabalho demanda menor capital escolar.

Este achado da autora é congruente com a análise das entrevistas obtidas: (i) uma certa identificação entre os técnicos de manutenção empregados da Petrobrás e os demais de seu ofício, terceirizados; e (ii) na ausência de referência ao pessoal de manutenção pelos técnicos de operação quando abordam sua rotina de trabalho. Porém, mesmo entre os trabalhadores da manutenção foi identificado um traço significativo de distinção. Os entrevistados, assim como os técnicos de operação, relataram de forma queixosa – ante o quesito sobre a ocupação de seu turno de trabalho – a demanda do que dois deles referiram-se como “burocracia”. No discurso de todos estes atores, destaca-se a onipresença da sigla “SAP” para referir-se a um software utilizado em todo o Sistema Petrobrás – e, na plataforma pesquisada, privativamente por seus empregados – para a gestão integrada de controles internos.

Trata-se de um aspecto do processo de trabalho que impõe aos trabalhadores da manutenção vinculados à Petrobrás uma parcela de sua jornada de trabalho com questões de ordem gerencial, seja a quantidade de horas demandadas (tanto pelo próprio empregado da Petrobrás quanto pelo terceirizado que amiúde lhe acompanha) seja a lista de materiais utilizados na e-

xecução de determinado trabalho – “dar baixa nas ordens”, conforme o jargão corrente a bordo, emitido por um dos entrevistados.

Esta queixa aparece entre outras que teriam reduzido a permanência do pessoal de manutenção na área operacional. A segunda mais frequente diz respeito justamente às Permissões para Trabalho (PT) referidas anteriormente, ou seja, o tempo demandado na expectativa da autorização formal pelos técnicos de operação (de produção, de elétrica ou de facilidades) para intervenção em equipamentos e sistemas de sua responsabilidade. Nesta rotina aparentemente banal de emissão de Permissões para Trabalho, associada aos ditames da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), reside uma questão sutil que faz ver aspectos estruturantes das sociabilidades a bordo.

Às Permissões para Trabalho executadas por pessoal das empresas contratadas de obras e reparos é concedida prioridade na sua emissão. Esta prática decorre da relevância da atividade destes trabalhadores, voltada para a conservação da integridade das instalações<sup>189</sup> das plataformas, a qual pode ser aquilatada:

- i) teoricamente, na afirmação de que as indústrias de processo contínuo (IPC), entre as quais classifico as unidades marítimas de produção de óleo e gás<sup>190</sup>, “a produtividade depende menos do ritmo de trabalho dos operadores e é função do rendimento global das instalações<sup>191</sup>” (FERRO; TOLEDO; TRUZZI, 1987, apud ARAÚJO, A. J. S., 2001, p. 12, grifo nosso), e;
- ii) empiricamente, pelas manchetes de um jornal de grande circulação nacional entre 09 e 13/08/2010<sup>192</sup>, quando a degradação de tubulações e de outros equipamentos motivou a interdição de uma das plataformas da Petrobrás instaladas na BC pela autoridade regional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela autoridade marítima brasileira (Capitania dos Portos).

Não por acaso as empresas contratadas de obras e reparos são amiúde aquelas com maior contingente de trabalhadores a bordo de boa parte das plataformas da Petrobrás na BC.

<sup>189</sup> Por instalações compreendo não apenas a estrutura física das plataformas ou navio petroleiro (FPSO) sobre a qual encontram-se instaladas a planta de processamento e as acomodações – mas também os equipamentos utilizados no processamento de óleo e gás natural: bombas e compressores, tubulações, válvulas e vasos submetidos a pressões internas capazes de provocar sua deterioração de forma insidiosa.

<sup>190</sup> Caracterização à luz da tipologia estabelecida pela American Production and Inventory Control Society (APICS), a qual leva em consideração “interrupções mínimas em qualquer corrida de produção ou entre corridas de produção [ e ] exibem características de processo, tais como líquidos, fibras, pós, gases. (FRANSOO; RUTTEN, 1994, tradução nossa)”.

<sup>191</sup> Sendo intensivas em capital, nas IPC “o peso da mão-de-obra é reduzido, o que pode significar o pagamento de salários mais elevados em relação a outros ramos industriais, além de uma maior estabilidade no emprego”. (ABRAMO, 1990; FERRO; TOLEDO; TRUZZI, 1987 apud ARAÚJO, A. J. S., 2001, p. 13).

<sup>192</sup> ALMEIDA, C.; ORDOÑEZ, R. Fiscais veem perigo de acidente em plataforma da Petrobras e ANP fará inspeção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 ago. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/08/09/fiscais-veem-perigo-de-acidente-em-plataforma-da-petrobras-anp-fara-inspecao-917362186.asp>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

Enquanto os requisitantes<sup>193</sup> de Permissão para Trabalho de manutenção são normalmente seus próprios executantes – empregado da Petrobrás, por determinação normativa, se o trabalho envolver um grupo com pessoal desta e terceirizados – as Permissões para Trabalho de obras e reparos são requisitadas, *a priori*, pessoas com nível de supervisão, responsável por vários grupos de executantes. Este detalhe aparentemente burocrático é suficiente para explicar o fato dos técnicos de operação apontarem em suas entrevistas os encarregados ou supervisores como os terceirizados com quem mais interagem a bordo. Assim, os trabalhadores que de fato executam os serviços destinados a conservar as instalações das plataformas são abordados pelos técnicos de operação quando estes, *na condição de emitentes da Permissão para Trabalho*, verificam periodicamente o local nela consignado visando evitar a ocorrência de algum “desvio<sup>194</sup>” durante a execução do trabalho por ele autorizado.

*In fine*, os técnicos de operação, a quem é atribuída a principalidade na produção de petróleo e gás enquanto IPC, interagem com os trabalhadores terceirizados (amiúde em maioria em algumas plataformas da BC) quando efetivamente regulam seu processo de trabalho. Atendendo a determinações normativas, fiscalizando suas atividades, interrompendo-as e comunicando seu superior imediato a eventual observância de algum “desvio”, prática que já motivou em mais de uma ocasião o desembarque intempestivo de pessoal contratado. Esta rotina é corrente mesmo havendo a bordo empregados da Petrobrás com competência técnica para fiscalizar os serviços executados pelos trabalhadores terceirizados. Assim como um Técnico de Projeto, Construção e Montagem é conhecido e tratado a bordo como “Fiscal de Obras” por exercer tal função junto às empresas contratadas para execução de obras e reparos, um Técnico de Enfermagem exerce a fiscalização da empresa contratada para os serviços de Hotelaria, um Técnico de Logística de Transporte fiscaliza as atividades da empresa contratada para a Movimentação de Cargas (operação de guindastes e de cargas que chegam em navios pela plataforma).

Cabe lembrar ainda que para além deste fenômeno imediatamente sensível, Bourdieu (2011a, p. 79) ressalta que “toda a estrutura social está presente no curso da interação, sob a forma de esquemas de percepção e de apreciação inscritos no corpo dos agentes em interação”. Esta assertiva é observável a bordo, no mostrar-se submisso ou contrariado impotente pelos trabalhadores contratados então na condição indiferenciada de “*executantes*” dos traba-

193 Termo consagrado por um procedimento interno da empresa, designa o trabalhador que cumpriu um rito próprio de capacitação. De forma similar, o mesmo procedimento designa o Técnico de Operação como “Emitente” da PT.

194 Trata-se de outro termo consagrado por Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional baseados na norma internacional OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*), designando todo e qualquer comportamento que não esteja em conformidade com algum requisito normativo.

lhos ora objeto de autorização e ou fiscalização. Apenas aqueles com algum cargo de supervisão (Encarregados de Obras e Reparos, Comissários de Hotelaria) e de natureza técnica (Planejadores, Supervisores de Movimentação de Cargas) mantêm relação mais estreita com os empregados da Petrobrás, sendo por estes reconhecidos por seu nome, diferentemente dos demais.

O anonimato em que permanece a grande maioria dos trabalhadores terceirizados – fenômeno que evoca a importância atribuída por Goffman (1988) à noção de “unicidade” do sujeito como apoio à diferenciação e estabelecimento de sua identidade pessoal – faz ver a existência de duas comunidades distintas a bordo da plataforma estudada, conclusão que julgo passível de ser extrapolada para as demais operadas pela Petrobrás na BC.

### 5.1.3 OS DETERMINANTES DAS MUDANÇAS NO PROCESSO DE TRABALHO

Ao quesito sobre a percepção de um instante zero em que seus respectivos processos de trabalho passaram a assimilar as ditas atribuições burocráticas, manifestam-se – mais uma vez – diferenças entre os técnicos de manutenção e os de operação. Os técnicos de manutenção associam tais mudanças à implantação do software produzido pela empresa alemã SAP (acrônimo de *System Analyse and Programmentwicklung*). Estes agentes não fazem menção à ocasião de implementação desta medida (2004), mas admitem desconhecer as motivações para seu emprego em nível corporativo. Por sua vez, as respostas dos quatro técnicos de operação são heterogêneas, mas uma análise que articule o conteúdo de suas falas com o histórico da plataforma permite identificar a convergência para um tema em comum.

Embora um técnico de operação entenda que sua rotina de trabalho “sempre foi assim”, limitando-se a mudança ao emprego do microcomputador para a geração das Permissões para Trabalho (anteriormente de preenchimento manual), sua resposta revela a banalidade atribuída à presença dos microcomputadores no ambiente fabril – algo historicamente vinculado a mudanças significativas de ordem tecnológica nas IPC.

As demais respostas também apontam para este aspecto. Outro técnico de operação afirmou que a ênfase, em sua rotina de trabalho, no que correntemente tem sido chamado a bordo de “gestão” ou “burocracia” ocorreu “de cinco anos para cá” – datação que coincide de forma aproximada com a ocasião em que a plataforma em estudo instalava a automação de base microeletrônica (2005).

Um terceiro técnico de operação afirmou não lembrar-se das mudanças, mas afirmou que anteriormente a estas ele “acompanhava mais os equipamentos na área”, fala similar de

um técnico de manutenção ao apontar os efeitos deletérios das mudanças no processo de trabalho ora em análise e que, ainda, remete à caracterização feita por Lucena (2004, p. 264) da “primeira geração de controladores de refinaria [ ... ] feita com equipamentos pneumáticos”. Este paradigma tecnológico foi o pioneiro das plataformas da BC, entre elas aquela ora em estudo, e para sua operação “o operador de petróleo tinha que construir em sua mente um imenso mapa da localização das centenas de válvulas e equipamentos” instalados na área operacional (Ibidem, loc. cit.).

O último técnico de operação respondeu ao mesmo quesito relatando um equívoco ocorrido durante uma manobra operacional por ele realizada que resultou em dano material, mas que considera de alto potencial. Desta resposta, é relevante reter:

- i) a associação (livre) entre a indagação (muito específica e direta sobre as mudanças que ele próprio reconhece em sua rotina de trabalho) e o que o entrevistado chamou, utilizando o jargão *offshore*, de “cagada operacional”, atribuindo a si a responsabilidade por uma manobra equivocada;
- ii) embora o entrevistado não tenha precisado a data do evento relatado, sua associação com uma data significativa (resguardada para a proteção do sigilo) também remete à ocasião de instalação da automação de base microeletrônica na plataforma em estudo.

#### 5.1.3.1 “MUNDO *OFFSHORE*” COMO UM CAMPO E SUAS DEMANDAS EXTERNAS

Reconhecer a origem exterior das questões associadas por trabalhadores a bordo às mudanças ocorridas em seu processo de trabalho importa em reconhecer a grande força simbólica e capacidade econômico-burocrática dos agentes de tais injunções sobre o chamado “mundo *offshore*”. Para além dos fenômenos apontados pelos agentes, resalto ainda o peso da contribuição dos petroleiros no orçamento global da CUT (CARDOSO, 2003, p. 48-49).

Tais questões, aliadas às relações de força construídas no interior do próprio mundo social ora investigado, produzidas pelos agentes “para as necessidades de suas lutas práticas<sup>195</sup>” (BOURDIEU, 2004, p. 47) apontam para seu funcionamento como um “subcampo do poder econômico”, cujas pressões externas revelam-se objetivamente na forma de uma divi-

---

<sup>195</sup> É relevante apontar o caráter substantivo das práticas – “a incerteza e a imprecisão de que elas têm por princípio não regras conscientes e constantes, mas *esquemas práticos*, opacos a si mesmos, sujeitos a variar segundo a lógica da situação, o ponto de vista, quase sempre parcial, que ela impõe etc. Assim, os procedimentos da lógica prática são raramente absolutamente coerentes e raramente absolutamente incoerentes”. (BOURDIEU, 2009d, p. 27, grifo nosso).



são do trabalho que fundamenta uma relação de dominação simbólica mantida entre os empregados da Petrobrás e os terceirizados.

A ideologia triunfalista associada à Petrobrás legitima este fenômeno na medida em que confere a seus empregados um diferencial de capital simbólico que se faz ver na primazia auto-atribuída e reconhecida tacitamente pelos trabalhadores contratados, aos quais resta uma identidade minoritária. Este fenômeno marca as sociabilidades mantidas entre os agentes pertencentes a tais grupos, estando presente em todas as suas interações. Convirjo com a ideia de que a “construção do campo”, particularmente a objetivação e constituição dos pontos de vista em seu interior relacionados às posições de seus portadores, “constitui uma contribuição possível para a compreensão mútua dos ocupantes de diferentes posições no campo e, ao mesmo tempo [ ... ] a supressão das diferenças de pontos de vista” (BOURDIEU, 2004, p. 45). Neste sentido, é relevante apontar que

quanto mais se avança na análise de um meio, mais se é levado a isentar os indivíduos de sua responsabilidade – o que não quer dizer que se justifique tudo o que se passa ali –, e quanto melhor se compreende como ele funciona, mais se compreende também que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores. Manipulam mesmo tanto melhor, bem frequentemente, quanto mais manipulados são eles próprios e mais inconscientes de sê-lo. (Idem, 1997, p. 21).

Na medida em que esta passagem levanta a candente discussão acerca da pressão imposta pela “estrutura [ ... ] aos dois termos da relação de dominação” (Idem, 2011a, p. 85), resta justificado um esforço de apreensão das demandas externas deste campo.

### 5.1.3.2 INSERÇÃO NO MERCADO GLOBAL E CENTRALIDADE DAS TIC

A percepção dos agentes ora estudados acerca das recentes mudanças em seu processo de trabalho tem como ponto em comum a centralidade adquirida pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), cuja expansão tem servido à maximização das taxas de lucro das empresas no capitalismo contemporâneo (DUMÉNIL; LÉVY, 2003; CHESNAIS, 2003).

O SAP é um dos *softwares* do tipo ERP (*Enterprise Resource Planning*, ou Planejamento de Recursos Empresariais), destinados à gestão empresarial, que desde a década de 1990 experimentam grande crescimento nos mercados americano e europeu e que no Brasil apresenta maior demanda desde 1996 (JESUS, 2004, p. 16).

Para a autora, seu emprego está associado trata-se de uma nova tendência tecnológica – a integração de informações – cuja adoção está associada à busca de vantagens competitivas, ou seja, uma demanda externa às empresas (JESUS, 2004, p. 26).

Na Petrobrás, o processo de sua implantação foi batizado “projeto SINERGIA”, e visava ao atendimento à “demanda crescente de integração com as aplicações existentes” (O SETOR PETRÓLEO..., 2002). Abordado em um seminário “organizado para debater propostas para o setor petróleo e a Petrobrás no Governo Lula” antes de sua posse, o discurso sindical limitou-se a apontar o suposto alto custo do *software* e questionar sua inviolabilidade, sugerindo “uma verdadeira auditoria por parte de técnicos de absoluta confiança da nova direção da Petrobrás” (Ibidem).

Vários indícios apontam para uma conexão entre a opção pelo emprego deste *software* e momentos significativos da história recente da Petrobrás. O ano apontado pela FUP, 1998 (Ibidem), como o de início de sua implantação não apenas coincide com o primeiro aniversário do marco regulatório que acabou com o monopólio da empresa no setor, como também com um período marcado pelo início dos processos de fusão entre as empresas do setor em nível internacional (BOSCO, 2003b). Neste sentido, não parece fortuito o fato de 1998 ser apontado por Santos (2010, p. 80) como o marco da segunda etapa da internacionalização da empresa<sup>196</sup>: indo até 2002, este período foi caracterizado pelo início de grandes projetos e a tomada de grandes empréstimos internacionais, diversificando seu portfólio.

Não obstante a empresa iniciar a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova York a partir de agosto de 2000, a mesma autora aponta ainda a extinção da Braspetro<sup>197</sup> neste mesmo ano, seguida da criação da Área de Negócios Internacionais – “que tenía el objetivo principal de incorporar nuevas reservas y aumentar la participación del Sistema Petrobras en el mercado externo – e uma significativa evolução nos investimentos estrangeiros, de US\$4,148 bilhões em 1999 para US\$9,58 bilhões em 2005 (Ibidem, p. 84).

Estes dados evocam a harmonização das demonstrações contábeis (supostamente) necessária à globalização dos mercados. A associação entre este movimento de padronização e o *software* ora em análise pode ser estimada:

<sup>196</sup> Para a autora, a primeira etapa foi iniciada com a criação da subsidiária Braspetro, em 1972, e a terceira etapa começa “a partir de 2003, con el inicio del gobierno Lula” (SANTOS, 2010, p. 84).

<sup>197</sup> Subsidiária criada em 1972 para a negociação de *joint ventures* no exterior para suprir o mercado interno de derivados de petróleo – ver capítulo 3 desta dissertação.

- i) pelo anúncio de que a “maior fabricante de software corporativo do mundo informou [ ... ] que a receita com softwares, *nos padrões contábeis IFRS*<sup>198</sup>, cresceu” surpreendentemente no primeiro trimestre de 2012, “dadas as incertezas macroeconômicas” do período (BURGER, 2012);
- ii) pela ênfase que a própria SAP dá na divulgação comercial de um de seus aplicativos, que “permite gerenciar os complexos procedimentos [ que tratam ] dos controles internos, da maior divulgação das informações, da criação do comitê de auditoria e da independência dos auditores<sup>199</sup>”, quesitos exigidos pela lei norte americana Sarbanes-Oxley.

### 5.1.3.3 DEMANDAS PELA AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO

Os Técnicos de Operação não associam diretamente as queixas acerca da “burocracia” em seu processo de trabalho – derivada, por sua vez, de seu envolvimento com o gerenciamento do processo de trabalho dos trabalhadores terceirizados – com a automação de base microeletrônica, instalada na plataforma em estudo em 2005, ainda que a análise de suas falas vislumbre uma relação entre estes fenômenos.

O padrão tecnológico anterior – de sistemas analógicos de vertente eletrônica – já havia concentrado os controles das IPC em painéis deslocados da área produtiva, conforme Lucena (2004, p. 268), tratando da evolução tecnológica do controle dos processos de uma refinaria de petróleo. A justificativa para este *upgrade* seria a maior facilidade e rapidez na “alimentação de computadores aptos a, partindo de modelos matemáticos, simular as reações e demais operações envolvidas com dados reais e em tempo real” e a integração com computadores de apoio gerencial (TEIXEIRA, 1992).

No caso ora em estudo, tais recursos se traduzem na possibilidade de acesso a dados de processo em tempo real a partir de uma base de operações da empresa no continente, mediante um Sistema de Gerenciamento de Dados de Processo (PIMS ou *Process Information Management Systems*). Esta flexibilidade (termo aqui empregado não fortuitamente) está conectada diretamente à faceta mais visível do paradigma tecnológico vigente: a execução de intervenções remotas no processo produtivo, a partir da sala de controle, mediante um monitor de vídeo similar a qualquer outro utilizado em conjunto com um microcomputador de uso doméstico.

<sup>198</sup> International Financial Reporting Standards – normas internacionais de demonstração financeira, em tradução livre – emanadas da IASB (International Accounting Standards Board).

<sup>199</sup> Cf. *SAP ERP FINANCIALS*: conformidade com Sarbanes-Oxley. Disponível em: <<http://www.sap.com/brazil/solutions/business-suite/erp/financials/sox.epx>>. Acesso em 05 out. 2012.

Trata-se da Estação de Supervisão e Controle (ESC), composta por um microcomputador rodando um sistema operacional similar a qualquer outro disponível no mercado (via de regra o Windows<sup>®</sup>), e um *software*<sup>200</sup> específico – o “supervisório” – que provê, mediante uma interface gráfica pretensamente amigável, as funções necessárias à operação e supervisão dos sistemas de controle e segurança da plataforma em tempo real.

Em alguns casos previstos na programação do sistema, ele é capaz de tomar decisões e mediante o terminal de vídeo (interface homem-máquina, IHM), comunicar o ocorrido e a medida adotada, cabendo ao técnico de operação acatá-la ou não mediante uso de um singelo *mouse*. Ressalte-se que os vínculos entre o setor petróleo e a busca da vanguarda em termos de automação vêm de longa data e recebem atenção especial de órgãos de governo. Em 1988, ainda sob plena vigência da reserva de mercado de equipamentos de informática<sup>201</sup>, a então Secretaria Especial de Informática (SEI) autorizou dois contratos de transferência de tecnologia de sistemas digitais sob a justificativa de que “a oferta de equipamentos voltados *para a área de petróleo e petroquímica* era insuficiente para atender à demanda” (Teixeira, 1992).

Quando Pessanha (1994) desenvolveu sua pesquisa, os então chamados operadores de produção das plataformas da BC eram divididos em quatro especialidades (óleo, gás, utilidades de elétrica e utilidades de sistema), e resistiam a injunções da alta direção da empresa a tornarem-se “polivalentes” e atuarem em todas estas áreas. Esta medida estaria articulada à “decisão de se projetar sistemas cada vez mais automatizados que [ incorporariam ] os conhecimentos do processo, até então presentes no operador” (Ibidem, p. 180). Entretanto, o autor alerta que “o novo tipo de trabalho exige sempre e com maior velocidade a tomada de decisões” (Ibidem, p. 184).

Assim, urge ratificar o caráter ilusório da suposição de que a adoção de paradigmas reconhecidos como tecnologicamente mais avançados implicam em uma rotina operacional desprovida de anormalidades. A descrição de Ferreira e Iguti (1996, p. 23 et. seq.) das atividades dos operadores da Refinaria Presidente Bernardes, instalada em Cubatão, SP (RPBC, pertencente ao parque de refino da Petrobrás), aponta a importância crucial da fidedignidade dos indicadores exibidos pelas IHM (similares às ESC, mas à época da pesquisa das autoras

---

<sup>200</sup> Conforme o fornecedor do supervisório, as estações podem ser chamadas de ECOS - Estações Centrais de Operação e Supervisão. Neste caso, o sistema operacional instalado no microcomputador não é similar ao utilizado em um computador pessoal, de uso doméstico (Sistema VXL). Para impedir qualquer ameaça de interrupção da operação das plantas as ESC não possuem outros programas instalados, os quais poderiam tornar vulnerável a rede de automação. Diferentemente de uma rede corporativa, onde a segurança importa em proteção dos dados, na rede de automação a prioridade é a operação ininterrupta.

<sup>201</sup> Praticada nas décadas de 1970 e 80, visava ao desenvolvimento nacional do setor, embora para Magalhães (2007) tenha se transformado “num favorecimento cartorial de poucos grupos”, caracterizando um feudo que gerou atrasos em setores estratégicos.

ainda analógicos), que podem ser mascarados por panes em instrumentos de medição. Convém ainda lembrar que

(...) o caráter aleatório e imprevisível de alguns eventos é uma característica intrínseca aos sistemas tecnológicos complexos com suas interações não-lineares, aquelas que, em geral, não são previstas no projeto original de tais sistemas. (PERROW, 1984 apud FIGUEIREDO et al., 2007).

Além disso,

o que as análises ergonômicas demonstram é que esses processos são marcados por um alto grau de variabilidade e de incerteza, sobretudo as unidades antigas, nas quais a degradação é um traço freqüente. (DUARTE, F.; VIDAL, M., 2000 apud FIGUEIREDO et al., op. cit.).

Um exemplo real de falibilidade da tecnologia descrita acima foi uma ocorrência de significativa repercussão: o adernamento, a 13/10/2002, do FPSO P-34, então ancorado no campo de Barracuda (mas atualmente no campo de Jubarte, na costa do Espírito Santo). Naquela ocasião, o sistema elétrico que alimentava o instrumento responsável pelo controle do sistema de lastro da embarcação (que controla sua flutuabilidade) entrou em pane. Em tal situação, os técnicos de operação desconheciam o grau de abertura das válvulas que controlam a vazão de fluidos necessária à flutuação. Um deslocamento descontrolado de fluidos para um dos lados do navio causou sua inclinação, o que foi traduzido na nota oficial da empresa nos seguintes termos:

(...) uma concepção inadequada do projeto que alimenta a parte elétrica dos painéis que controlam as válvulas, localizadas no fundo dos tanques de carga e lastro na unidade, aliada a uma *lógica inadequada da programação do sistema de controle automático das válvulas*. (P-34 ADERNOU..., 2002, grifo nosso).

Estas observações são relevantes por se tratarem de contraponto a três representações amiúde difundidas que legitimam as mudanças no processo de trabalho dos técnicos de operação, repercutindo nas sociabilidades a bordo das plataformas instaladas na BC. São elas:

- i) a de “que a ‘estabilidade auto-regulatória das tecnologias de controle digital’ levariam a ‘tender a zero a intervenção humana’”, desvalorizando a (ainda) fundamental “sensibilidade do operador para antecipar problemas” (CASTRO; GUIMARÃES, 1991, p. 58 apud DRUCK, 1999, p. 65);
- ii) “se prevê na supervisão dos sistemas cada vez mais sofisticados, trabalhadores com funções cada vez mais passivas e desqualificadas”. (PESSANHA, 1994, p. 180); e

iii) a possibilidade de uma política de redução de efetivos, apontada por Duarte, F. (1994 apud FIGUEIREDO et al., 2007) e Pessanha (1994, p. 129, 141-2).

Alinhados com estes alertas, ao quesito sobre os conhecimentos que julgavam exigidos pelo padrão tecnológico vigente, os técnicos de operação e os técnicos de manutenção com especialização em instrumentação (estes últimos envolvidos por dever de ofício com a automação da plataforma) foram unânimes em afirmar a necessidade do conhecimento *físico* da planta de processos – não apenas virtual, mediante a visualização de um monitor de vídeo. Embora este possa ser um ponto de vista interessado, cabe apontar que ele remete a um impensado social acerca do imperativo do capital escolar dos trabalhadores das IPC.

#### 5.1.4 O PREDOMÍNIO DE PESSOAL DE ESCOLARIZAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE: CAPITAL ESCOLAR E *HABITUS*

Castro e Comin (1998, p. 118 apud ARAÚJO, A. J. S., 2001) relatam entre as estratégias gerenciais dirigidas à força de trabalho operacional das IPC uma “escolarização de ingresso mais elevada que a média do mercado”. Romão (2006, p. 172) é peremptório ao atribuir às IPC a elevação da qualificação da força de trabalho “normalmente existente em nosso país” em virtude de “suas exigências”. A partir da observação do trabalho dos operadores da RPBC, Ferreira e Iguti (1996, p. 14) convergem com esta perspectiva: “Os empregados da Petrobrás são altamente qualificados. Não há dúvida de que estão entre os mais qualificados do Brasil, equiparando-se, nesse particular, a qualquer trabalhador do Primeiro Mundo”.

Lucena (2004, p. 200), no intuito de ressaltar que a “empresa não tem um plano de reclassificação profissional para os trabalhadores que concluem o ensino superior” afirma que em 1998 apenas (sic) 10% dos 790 empregados da REPLAN à época não possuíam ensino médio completo. Druck (1999) aponta a existência de uma relação entre a diferença de escolarização entre os trabalhadores das IPC e a aplicabilidade de práticas fordistas ou tayloristas de processos de trabalho. Após uma divisão sumária entre “operadores da produção”, “operários da manutenção” e “auxiliares da produção”, a autora assinala que

Para cada uma destas atividades, há exigências diferentes em termos de qualificação dos trabalhadores, bem como de formas de organização do trabalho<sup>202</sup>. No caso dos dois primeiros (produção e manutenção), é requerida uma maior qualificação. A manutenção, por exemplo, necessita de operários especializados (de ‘ofícios’: eletricitários, mecânicos, instrumentistas, técnicos-eletrônicos, etc.), uma política de treina-

<sup>202</sup> O que a autora designa por “organização do trabalho”, eu aponto, à luz da teoria da regulação, como “processo de trabalho”.

mento e maior escolarização da força de trabalho. Já para os auxiliares de produção, que desempenham atividades de apoio [ ... ] o nível de qualificação exigido é mais baixo e podem ser utilizadas técnicas tayloristas de organização do trabalho.( DRUCK, 1999, p.160).

Na introdução a um vistoso volume cuja edição foi patrocinada pela própria Petrobrás, um de seus organizadores – então profissional da gerência de Planejamento e Avaliação do RH Corporativo da empresa – não só assevera a “educação permanente” dos profissionais da Petrobrás como um dos valores básicos da empresa como também assinala que a formação de pessoal na atividade petrolífera no Brasil antecede sua existência. O primeiro curso voltado para o setor – o de Refinação de Petróleo – foi criado pelo CNP em 1952. Porém,

Com a criação da Petrobrás em 1953, as atividades de formação e aperfeiçoamento profissional foram para ela transferidas, o que a obrigou a um redimensionamento e a uma ampliação de suas bases, absorvendo este acervo e ampliando o espectro destas demandas, incluindo a pesquisa tecnológica. A tônica era ampliar o quadro de pessoal técnico com formação focada nos negócios da Companhia. (RODRIGUEZ, 2005).

Embora não explicitado, todas estas referências consideram os técnicos de operação e de manutenção, cuja admissão no segmento *offshore* da BC exige um capital escolar mínimo.

Enquanto os requisitos exigidos para os profissionais devotados à manutenção estão associados a ofícios específicos – mecânica, eletrotécnica, eletrônica, instrumentação industrial – isto não ocorre com os candidatos a operadores. Na ocasião da instalação das primeiras plataformas fixas da BC, os requisitos exigidos para o ingresso no seu quadro de operadores não faziam referência explícita à escolarização. Pimentel (2003, p. 93) informa a oferta de concursos públicos “a partir de 1978, mais precisamente no início da década de 80”, nos quais era “comum em um concurso para Auxiliar de Produção [ ... ] ser cobrado no edital apenas a obrigação de ter qualquer curso de segundo grau. No entanto, na prova em si eram exigidos conhecimentos específicos dos cursos técnicos”, fazendo assim um número significativo de egressos destes, formados na então ETFC, ingressarem na Petrobrás em funções de operação da planta de processo.

Por sua vez, para a ocupação dos níveis de supervisão da operação, um comunicado de abertura de inscrições para Processo Seletivo para os cargos de Operador de Utilidades II, Operador de Utilidades III e Técnico de Operação, publicado em jornal de circulação nacional<sup>203</sup> não faz referência à escolarização, mas à experiência prévia comprovada.

<sup>203</sup> Conforme OPERADORES DE UTILIDADES. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 mar. 1983, p. 12.

É a partir dos editais seguintes à longa interrupção de contratações determinada pelo governo Collor (fevereiro de 1991) que as exigências de escolarização para os cargos de operação passam a ser progressivamente mais específicas. Os editais publicados em 2001<sup>204</sup> e 2003<sup>205</sup> estabelecem para o cargo de Operador I (a partir de 2007 denominado “Técnico de Operação”) o requisito de conclusão de curso de ensino médio *ou* de ensino médio de educação profissional *de nível técnico*.

A partir de então, consolida-se o requisito de educação de nível técnico como condição de ingresso na Petrobrás para a operação de plantas de produção de óleo e gás, de facilidades e de elétrica. Trata-se do reconhecimento formal de um fenômeno já observado: boa parte dos operadores já possuía formação de nível técnico-profissionalizante, similar ao pessoal de manutenção. Apontar esta suposta homogeneidade de capital escolar dos empregados da Petrobrás implica no questionamento do papel da instituição escolar na inculcação de um *habitus*<sup>206</sup> que, conforme estruturas objetivas já apontadas, legitimaria a dominação simbólica que caracteriza as sociabilidades entre os grupos que se polarizam neste microcosmo.

Esta abordagem relativiza a visão do ensino médio técnico-profissionalizante como “dirigido às camadas mais pobres da população” (SOUZA; SANTANA; DELUIZ, 1999, p. 73), a estas destinando o papel de trabalhadores manuais na divisão social do trabalho que a educação reproduz. Nas plataformas instaladas na BC é frequente encontrar trabalhadores não só de mesma formação (técnica) como também ex-alunos de uma mesma instituição pertencentes ao quadro de empregados da Petrobrás e de empresas contratadas. Não apenas testemunhei tais fenômenos em minhas observações de campo, como também este é o argumento de Gomes (2002, p. 122) para afirmar uma maior identificação entre *estes* contratados e os “petroleiros” – título auto-atribuído aos empregados da Petrobrás e designativo de uma distinção reconhecida inclusive fora do “mundo *offshore*”.

A autora (Ibidem, p. 93), transcreve entrevista de representante *de uma empresa contratada* onde é afirmada a predominância (“em média 70%”) de profissionais de manutenção formados na então ETFC. Por imposição legal, as tarefas destes trabalhadores exigem um ca-

<sup>204</sup> PETROBRÁS. Edital nº 1/2001 – PETROBRÁS/PSP/SC-1, de 4 de setembro de 2001. Torna pública a realização de processo seletivo público para formação de cadastro de reserva destinado a viabilizar futuros ingressos em cargos de nível médio. *Diário Oficial [ da ] República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 set. 2001.

<sup>205</sup> PETROBRÁS. Edital nº 1 – PETROBRÁS/PSP/UN-BC-1, de 6 de novembro de 2003. Torna pública a realização de processo seletivo público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva destinado a viabilizar futuros ingressos em cargos de nível médio. *Diário Oficial [ da ] República Federativa do Brasil*. Brasília, 7 nov. 2003.

<sup>206</sup> Enquanto “princípio ordenador (...) capaz de orientar as práticas de uma maneira ao mesmo tempo inconsciente e sistemática” (BOURDIEU, 2009d, p. 23).



pital escolar superior à necessárias aos trabalhadores contratados das atividades de movimentação de cargas, hotelaria, intervenção em poços e construção e montagem. Na plataforma em estudo, o “pessoal de manutenção” é composto por força de trabalho pertencente aos quadros da Petrobrás e de empresas contratadas, indistintamente.

Uma investigação parcial e açodada dos vínculos entre a trajetória dos trabalhadores *offshore* e sua posição naquele mundo social construído como um campo evocaria os estudos que apontam a ETFC de meados da década de 1970 e início da seguinte como receptora dos “filhos da classe média” (Pimentel, 2003, p. 72, 80), avaliação que converge com Cruz (2003), para quem “O emprego de nível técnico e superior do complexo da Petrobras [ na região norte fluminense, NF ] *beneficia principalmente uma classe média* cujos filhos migravam para outros centros regionais e nacionais”.

Entretanto, o mesmo autor, ao afirmar que estes nativos enfrentam “a concorrência da mão-de-obra de outros estados e regiões que migram para o NF em busca do emprego no complexo de extração de petróleo” (Ibidem) corrobora uma diversidade de origens e trajetórias observada nas entrevistas realizadas, o que não autoriza apontar uma associação entre o *habitus* dominante identificado na plataforma em estudo e o *habitus* que o trabalho pedagógico de um sistema de ensino (no caso, o técnico profissionalizante) tende a inculcar – cuja “produtividade específica” é função da distância entre este e aquele inculcado pelo meio familiar (BOURDIEU, 2012, p. 94 et. seq.). Um modelo capaz de explicar a gênese dos *habitus* que sustentam a dominação simbólica identificada no mundo social ora investigado é aquele construído por Bourdieu (2009d), no qual os agentes, dentro de sua

classe de condição de existência e de condicionamentos idênticos ou semelhantes [ se deparam com ] as estruturas objetivas que a ciência apreende sob a forma de probabilidades de acesso aos bens, aos serviços e aos poderes, [ que ] *inculcam*, por meio das experiências sempre convergentes que atribuem sua fisionomia a um entorno social, com suas carreiras ‘fechadas’, seus ‘lugares’ inacessíveis ou seus ‘horizontes obstruídos’, essa espécie de ‘*arte de estimar as verossimilhanças*’. (BOURDIEU, 2009d, p. 99, grifo nosso).

Assim, a despeito da ideologia triunfalista veiculada nas campanhas publicitárias da Petrobrás atingir um público indiferenciado, o agente singular, mobilizado pela *illusio* – enquanto “relação encantada com o jogo [ social ] que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (Idem, 2011c, p. 139-140) – mantém uma

relação realista com os possíveis<sup>207</sup> que encontra seu fundamento e ao mesmo tempo os seus limites no *poder* e que, como disposição que inclui a referência a suas condições (sociais) de aquisição e de realização, tende a se ajustar às possibilidades objetivas da satisfação da necessidade ou do desejo. (BOURDIEU, 2011c, p. 107, grifo do autor).

Neste processo, considerando a diversidade das origens e trajetórias dos trabalhadores *offshore* (evidenciada não apenas pelas entrevistas, mas tomando em consideração inclusive minha própria trajetória), destaco a originalidade de Lahire (1997 apud SETTON, 2005) em reconhecer a heterogeneidade da socialização das classes populares e, nesta, apontar cinco temas que vislumbram a complexidade da transmissão (e construção) cultural entre estudantes com sucesso escolar improvável<sup>208</sup>, a saber:

- i) as formas familiares da cultura escrita;
- ii) as condições e disposições econômicas;
- iii) a ordem moral doméstica;
- iv) as formas de autoridade familiar; e
- v) as formas familiares de investimento pedagógico.

Para os fins do presente trabalho, importa ratificar que uma vez ultrapassado o mítico umbral do mundo *offshore*, os agentes indiferenciados sob o princípio de unidade manifesto na expressão “trabalhador embarcado” têm à prova seu ajustamento à “história objetivada” deste campo, a qual se faz

‘atuada’ e atuante, se for assumida por agentes cuja história a isso os predispõe e que, pelos seus *investimentos* anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados das aptidões necessárias para a pôr funcionar. (BOURDIEU, 2009c, grifo do autor).

Trata-se aqui do ajuste *irrefletido* às relações de força simbólicas já estabelecidas na e pela história deste mundo social, conforme a *inserção* do agente nos quadros da Petrobrás ou nos de uma empresa contratada:

A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais, quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é efeito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente. É assim, porque os fins ditos objetivos, que só se revelam, no melhor dos casos, tarde demais e do exterior, *nunca são apreendidos e postos como tais de modo imediato, na própria prática*, por nenhum dos agentes, *nem mesmo pelos mais interessados* – aqueles que teriam mais interesse em fazer deles os seus fins conscientes – quer dizer, os agentes dominantes. A subordinação do conjunto das práticas a uma mesma intenção objetiva, espécie de orques-

<sup>207</sup> Vez que a *illusio* “exclui o cinismo” (BOURDIEU, 2009c).

<sup>208</sup> Em função da “ação pedagógica” não institucionalizada operada primordial mas não exclusivamente pelo meio familiar (BOURDIEU, 2012).

tração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes, entre o que estes são o e o que fazem, entre a sua ‘vocação’ subjectiva (aquilo para que sentem ‘feitos’) e a sua ‘missão’ objetiva (aquilo que deles se espera), entre o que a história fez deles e o que ela lhes pede para fazer, *concordância essa que pode exprimir-se no sentimento de estar bem ‘no seu lugar’, de fazer o que se tem que fazer, e de o fazer com gosto – no sentido objectivo e subjectivo – ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa*, o que também é uma maneira, menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz. (BOURDIEU, 2009c, grifo nosso).

Entre tais “fins ditos objetivos” apreendidos pelos agentes na sua inserção neste campo, destaco a preeminência da ação coletiva dos empregados da Petrobrás, cujo antípoda é justamente a ausência da expressão política dos trabalhadores terceirizados.

## 5.2 CONSCIÊNCIA DE CLASSE E AÇÃO COLETIVA

A diferenciação dos empregados da Petrobrás ante os trabalhadores contratados não se esgota nas estruturas hierárquicas e valorativas – tácitas, mas objetivas – observadas na plataforma em estudo.

O discurso sindical, em seu apelo narcísico à “história da categoria petroleira”, e uma significativa produção acadêmica associada a autores vinculados à Petrobrás apontam – nos termos de uma doxa – uma centralidade de tais agentes na economia brasileira (LUCENA, 1997; ROMÃO, 2006; LEITE, 2009), reproduzindo o discurso corporativo da participação dos “petroleiros” para a “história de sucesso da BC”.

Trata-se aqui de variantes da ideologia triunfalista já discutida, que cumpre sua função política de legitimação da dominação (BOURDIEU, 2009b) ao conferir absoluta exclusividade aos interesses corporativos dos empregados da Petrobrás nas plataformas a bordo. Neste sentido, as respostas obtidas junto aos entrevistados visando a uma caracterização de seu ativismo político e de sua disposição mobilizatória carecem de uma análise cuidadosa, visto manifestarem aparente incongruência.

Todos admitem ser sindicalizados, porém no quesito referente à participação na eleição de delegados ao último congresso regional da categoria, promovido pelo Sindipetro-NF, todos afirmaram não ter participado. Um dos entrevistados, Técnico de Operação, apontou como causa de sua não participação o fato de estar de folga no período da eleição, embora tenha havido assembleia para esta eleição nas sedes do sindicato, e outro (de mesma função) foi peremptório ante a pergunta: “nem sabia dessas p...” (Entrevista concedida a 02 set. 2011).

Coerentemente com tais respostas, todos os entrevistados negaram interesse em se candidatarem para participação neste ou em outros congressos, fóruns nos quais são discutidas

e aprovadas as propostas a serem apresentadas para o Acordo Coletivo de Trabalho a ser celebrado com a empresa.

Apenas um entrevistado, Técnico de Operação, admitiu ter votado na chapa de situação na última eleição para a direção do Sindipetro-NF. É relevante apontar que a justificativa apontada para esta opção não contradiz os termos empregados pelos demais entrevistados na avaliação da atuação do sindicato: “Outras chapas não apresentam consistência” (Entrevista concedida a 02 set. 2011). Um Técnico de Manutenção que justifica o seu voto na chapa de oposição fez uma ressalva espontânea: “apesar de achar eles muito malucos, mas foi uma maneira de dizer *pros caras* que tão lá hoje que ‘cuidado com o que está fazendo errado’, mas parece que eles não entendem o recado, não, mesmo tendo ganho com 400 votos só de diferença” (Entrevista concedida a 22 set. 2011). A fala desse mesmo entrevistado deixa exposta que as críticas à direção do sindicato não são de natureza estritamente ideológica como quer fazer ver o discurso da oposição sindical:

Eu acho que essa diretoria e a turma que está envolvida no sindicato está muito ruim pros interesses dos funcionários. Eles estão fazendo... Não estão fazendo o papel deles. Igual ao SAP, que não está fazendo o papel dele. O sindicato está muito envolvido politicamente. O sindicato é o que? É pra... Representar os interesses financeiros e do bem estar dos funcionários junto à empresa. Eles ficam dizendo que o financeiro, a gente é... Mercenário, só pensa em dinheiro. Mas é pra isso que eles são eleitos. E os outros assuntos que seriam bem estar da gente lá em cima eles não estão interessados. (Entrevista concedida a 22 set. 2011).

Tal discurso é congruente com a resposta do Técnico de Operação que admite ter votado na chapa da situação ante a indagação sobre o que pensa a respeito da atuação do Sindipetro-NF. Após um longo silêncio, ele responde:

A gente nunca gosta de elogiar, né? A gente não gosta de elogiar nada. Mas, eu... Eu acho que eles tentam fazer um trabalho sério, cara... Eu acho que é muito difícil, muito difícil tu reunir é... Reunir gente, seres humanos. Reunir... P... Você não consegue em uma reunião de condomínio, tu não consegue... Obter uma... Uma maioria, obter um consenso, eu fico imaginando então num universo de... Vamos dizer, norte fluminense – quantos são sindicalizados? [ Acho que quase seis mil ] Você vai conseguir num universo desses, seis mil homens convergirem para um mesmo... Eu acho difícil, então eu... Eu... Cara, eu dou um voto de confiança pra esse sindicato, que eu sei que é difícil pra c.... Agora, ao mesmo tempo a gente fica frustrado. Por exemplo, nessa... Nessa negociação da PLR agora. P... Bate, bate, bate, dizendo que vai, que só vai assinar se regrarem a p... da PLR, se a Petrobrás assinar o regramento da PLR. Eu falei: ‘é isso mesmo, tem que regrar, p... tem que ser linear<sup>209</sup> o mais

<sup>209</sup> O entrevistado faz referência à participação nos lucros e resultados (PLR) a ser distribuída aos empregados da Petrobrás. A Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, faculta às empresas destinar até 25% dos dividendos distribuídos aos seus acionistas para a PLR, não estabelecendo ainda a forma desta distribuição. O regramento em questão diz respeito ao estabelecimento do percentual a ser distribuído aos empregados, que a Petrobrás

possível’. Claro que nunca vai ser linear, a gente sabe disso, mas tem que achatar o máximo. Entre o teto e o piso tem que ficar a menor distância possível, p... Que um gerente ganhe, no máximo, uma vez e meia, duas vezes o que vai ganhar o cara que iniciou agora, ano passado. Fala isso, fala isso, fala isso, mas na hora, novamente, ‘Ah... Vai ser feita uma comissão, que vai estudar, que o c.. a quatro’. Assinou também. *Todo mundo queria que assinasse*. Botaram para votar, a categoria votar pra assinar essa proposta. Agora, eu sou contra assinar porque a gente não atingiu o que a gente queria. Então como é que o cara depois mete o malho no sindicato dizendo que o sindicato não... Não faz... Tá servindo de massa de manobra. Pô, tá servindo de massa de manobra pra que se você mesmo se coloca contra o que o cara tá... O sindicato tá tentando brigar pra você... Conseguir o que você quer? Chegar na hora tu vota contra, ‘Ah, não quero ser massa de manobra’. *Tu quer é receber a p... do dinheiro, fala a verdade. Quer pegar os dez mil reais e botar no bolso, senão tu votaria contra*. A gente se uniria, seríamos seis mil homens, e partiríamos para uma... ‘Ah, p... Não emissão de PT não vale de p. nenhuma... Tem que ser uma greve de 24 horas... Sem emissão de PT não vale de nada’. Pô, meu irmão, manda parar produção pra tu ver se tem peito de ir lá e parar a produção mesmo? Não tem, fica mijando nas calças. (Entrevista concedida a 02 set. 2011).

Ressalte-se neste pujante depoimento a condescendência relutante com as lideranças sindicais, porém concomitante a uma capacidade reflexiva que se faz ver em uma crítica contundente à ação coletiva da categoria, convergindo com minha avaliação quanto a suas motivações – corporativas e instrumentais. Ainda convergente com uma prática política de delegação absoluta das demandas da categoria ao “pessoal” ou “turma” do sindicato, é sintomático que nenhum dos entrevistados tenha admitido envolvimento orgânico com algum tipo de militância político-partidária.

Sobre a experiência da “Comissão de Base”, iniciativa de alguns empregados da Petrobrás, autônoma em relação ao sindicato e restrita à plataforma em estudo, dos sete entrevistados indagados a respeito, três afirmaram conhecer, e dois admitiram participar de suas reuniões com alguma assiduidade. Indagado a respeito dos motivos de sua participação, um Técnico de Operação ratifica o caráter corporativo das mobilizações demandadas pelo sindicato da categoria:

(...) as comissões de base acho que são o único espaço que você tem onde tem pessoas que estão dispostas a falar e a ouvir. E assembleia geralmente de acordo coletivo as pessoas estão mais preocupadas em votar e ir embora. Até a última foi assim. Na comissão de base, não. você tem pessoas ali que tão... Às vezes nem todas concordam com a mesma ideia, mas elas estão ali dispostas a ouvir e a falar. Então, você acaba enriquecendo a si mesmo e também formando uma unidade, e sabendo como é que está pelo menos a parte interessada da categoria. (Entrevista concedida a 05 dez. 2011)

Ainda sobre o corporativismo da categoria, é significativo que a única referência aos trabalhadores contratados foi feita por um Técnico de Manutenção *espontaneamente* ao supor que o “Orgulho de ser Petrobrás” por parte de outros empregados teria sido ferido quando da mobilização de trabalhadores terceirizados:

O que aconteceu, que chegou ao nosso conhecimento, foi que um contratado quis participar do movimento [ que movimento? ] Com relação ao caos aéreo [ após a queda de um helicóptero, com vítimas fatais, em agosto de 2011 ] já que eles contratados participam, voam nas mesmas aeronaves que *a gente* voa, então é um movimento que cabe *a eles* também. E diante da convocação do sindicato para que eles participassem, teve uma pessoa contratada que o gerente da empresa [ Que empresa, esse contratado? ] Ele é da [ nome da empresa contratada ]. [ Faz o que? ] Não me lembro qual a função dele, não sei se ele é delineador [ Construção e montagem? ] É, acredito que seja mais ou menos isso aí. Essa pessoa, o gerente da unidade entrou em contato com o chefe do chefe dele e aí pediu o desembarque dele para demissão. Isso aconteceu há alguns dias, eu passei meus telefones para ele entrar em contato comigo mas até hoje não tive nenhum tipo de contato por parte dele para me dizer o que aconteceu depois desse desembarque pedido pela gerência da unidade. Então, assim, até nessas situações a Petrobrás trata funcionários dela e contratados de forma diferente. A gente teve aí uma demissão em massa numa greve da [ nome de outra empresa contratada, de construção e montagem ]. A [ mesma ] fez uma greve e aí a Petrobrás exigiu a demissão de vários deles, e muitos foram demitidos lá na unidade de [ nome da plataforma ]. [ Você tem contato com estas pessoas? ] Não. Mas seria interessante que eles fizessem contato comigo, assim como eu estou aguardando contato desse, desse outro rapaz que tem os meus telefones. Inclusive pretendo pressionar o sindicato com relação a isso porque o sindicato prometeu um respaldo, já que ele estava acatando um indicativo do próprio sindicato, onde o sindicato ele convocou Petrobrás e contratadas a participar deste movimento. Então cabe ao sindicato dar esse respaldo. (Entrevista concedida a 30 ago. 2011).

A despeito da pujança destas falas permitir que se vislumbre uma consciência de classe, elas apontam para mobilizações motivadas por reivindicações negociáveis e de cunho corporativo, pautadas “pela natureza instrumental-reivindicativa de seu sistema de solidariedade” (AZEVEDO; PRATES, A. A. P., 1991). Assim, as análises que aproximam a ação coletiva dos empregados da Petrobrás de um projeto emancipatório (LUCENA, 1997, 2004; ROMÃO, 2006; ANTUNES, 2005) revelar-se-iam limitadas.

O discurso destes agentes, enquanto expressão de sua *experiência* – “resposta mental e emocional [ ... ] a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 2009, p. 15) – não vislumbra um compromisso com “qualquer movimento coletivo orientado primariamente para fins de natureza normativa ou ideológica” (AZEVEDO; PRATES, A. A. P., op. cit.).

Pelo contrário, os conflitos entre os participantes dos últimos movimentos grevistas na BC e empregados alçados a cargos de supervisão e que nesta condição *se dispõem* a compor equipes de contingência que operam as plataformas durante tais mobilizações ratificam esta

conclusão, pois indicam um sistema de solidariedade particularmente vulnerável à erosão por ações que formalmente levam em consideração aspectos meritocráticos:

Na minha opinião não dá mais para parar produção. Com essa quantidade de supervisores que eles têm lá, quantidade de... Porrada de... De preposto, né? Equipe de contingência, né? Com essa equipe de contingência que eles têm lá não tem como você chegar e... Vai um [ nome de um GEPLAT ] e pára na sua frente, vai empurrar o cara pra chegar na botoeira de parada de um poço ou você vai escondidinho lá para parar um BCS<sup>210</sup> daquele? [ ... ] Programar, ter que avisar de antecedência de 72 horas como diz a p... do... Lei de greve. Os caras vão subir as equipes de contingência. Vão botar um montão lá... Como pagam voo do [ nome de um Coordenador ] para vir lá da Bahia, hotel, Coordenador. Liga pro cara, ó 'você tem que vir porque vai ter greve'. Pagam o avião pro cara, pagam hotel pro cara, pra embarcar o cara correndo. Assim vai ser com todos os outros supervisores, coordenadores. Aí bota lá na unidade uns 20 homens e vão tocar a planta de processo durante o tempo que a gente teria que parar. (Entrevista concedida a 02 set. 2011).

Cumpre-se assim o vaticínio apontado por Thompson (2009, p. 225-6), acerca da consciência de classe como fenômeno imanente à sua noção (heterodoxa) de classe social (Idem, 1987, p. 9), porém não necessariamente uma “consciência político-revolucionária”, conforme verificado empiricamente por Goldthorpe et al. (1968 apud PRATES, A. A. P., 1986), caracterizando uma incongruência com as formulações clássicas desta categoria tão cara ao marxismo.

Na medida em que ação coletiva dos agentes em estudo é dependente da iniciativa das lideranças sindicais, julgo plausível a extrapolação desta conclusão para as demais plataformas instaladas na BC. Para tanto, favorece o caráter paradigmático da plataforma em estudo, que se faz ver pelo seu tempo de operação (desde a segunda metade da década de 1980) e quantidade de trabalhadores a bordo, superior a 200.

### 5.3 CONCLUSÃO

À luz das sociabilidades observadas na plataforma em estudo, fortemente marcadas por uma hierarquização tácita, incorporada, interna ao conjunto dos trabalhadores embarcados, julgo viável a caracterização de uma identidade de classe – nos termos thompsonianos desta categoria – dos empregados da Petrobrás, construída em oposição aos empregados de empresas contratadas. Imanente a este fenômeno, é observada uma dominação simbólica legitimada pelo consenso em torno de uma ideologia triunfalista. Tal ideologia, embora constru-

---

<sup>210</sup> Acrônimo de Bomba Centrífuga Submersa, equipamento movido a energia elétrica responsável pela elevação do óleo e gás do reservatório (poço) até a planta de processo instalada na plataforma.

ída e reproduzida pelo discurso corporativo da Petrobrás, tem raízes na história das dificuldades efetivamente enfrentadas para tornar a BC um *locus* de afirmação simbólica da empresa.

Nos termos de Thompson (2009), a identidade de classe dos empregados da Petrobrás é imanente a uma consciência de classe, porém não caracterizada nos termos marxistas ortodoxos, pois que não se revela tendente a um projeto emancipatório, mas comprometido com o *status quo*.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. A questão da empresa estatal: economia, política e interesse público. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 19, p. 95-105, out.-dez. 1979.
- ABRANTES, T. As empresas dos sonhos dos jovens brasileiros em 2012. *Exame.com*, São Paulo, 21 ago. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/album-de-fotos/as-empresas-dos-sonhos-dos-jovens-brasileiros-em-2012>>. Acesso em: 24 ago. 2012.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Investigação do incidente de vazamento de petróleo no campo de Frade: relatório final*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=61110&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1343836297827>>. Acesso em: 28 jul. 2012.
- AGÊNCIA PETROBRÁS. Disponível em: <<http://www.agenciapetrobras.com.br/sobre.asp/>>. Acesso em 30 ago. 2012.
- ALGUMAS IMAGENS DO HORROR A BORDO. *Nascente*, Macaé, n. 660, 05 ago. 2010.
- ALMA DE DITADOR. *Nascente*, Macaé, n. 594, 02 abr. 2009.
- ALMEIDA, C.; ORDOÑEZ, R. Fiscais veem perigo de acidente em plataforma da Petrobras e ANP fará inspeção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 ago. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/08/09/fiscais-veem-perigo-de-acidente-em-plataforma-da-petrobras-anp-fara-inspecao-917362186.asp>>. Acesso em: 07 jul. 2011.
- ALVEAL CONTRERAS, E. C. *Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1994.
- ALVES, G. A. P. *Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*. 1998. 422f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. 2. ed. Londrina: Praxis, 1999.

- \_\_\_\_\_. Trabalho e sindicalismo na década neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 19, p. 71-94, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política*. Bauru: Giovanni Alves, 2003.
- ANTUNES, R. Lições da greve no governo FHC. In: \_\_\_\_\_ *A desertificação neoliberal no Brasil: (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 31-36.
- A PETROS E A CRISE DE WALL STREET. *Primeira Mão*, Rio de Janeiro, n. 895, 10-17 out. 2008.
- ARAÚJO, A. J. S. *Paradoxos da modernização: terceirização e segurança dos trabalhadores em uma refinaria de petróleo*. 2001. 381f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.
- ARAÚJO, F. C. O silêncio do informante e a ausência do amigo: os sonhos e a morte como encruzilhadas da pesquisa etnográfica. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. XIX, n. 01, p. 65-89, jan.-jun. 2010.
- AZEVEDO, S.; PRATES, A. A. P. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 122-152, 1991.
- BAER, W. *A economia brasileira*. Trad. Edite Sciuli. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.
- BATISTA JR., P. N. Mitos da 'globalização'. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 125-186, 1998.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BECKER, H. S. *Uma teoria da ação coletiva*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes.

Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BERNARDO, J.; PEREIRA, L. *Capitalismo sindical*. São Paulo: Xamã, 2008.

BIRKHOLZ, T. Cronologia Política do Brasil Contemporâneo, 1980-2006 (Banco de dados). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. In: *Consórcio de Informações Sociais*, 2008. Disponível em: <[www.cis.org.br](http://www.cis.org.br)>. Acesso em 17 jan. 2012.

BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 21, p. 52-76, 2005.

BORGES, F. H.; DALCOL, P. R. T. Indústria de processo: comparações e caracterizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22., 2002, Curitiba. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002\\_TR12\\_0657.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR12_0657.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2011.

BOSCO, F. Crescimento a reboque da Petrobrás. *Petro & Química*. São Paulo, n. 252, set. 2003a. Disponível em: <[http://www.petroquimica.com.br/edicoes/ed\\_252/ed\\_252c.html](http://www.petroquimica.com.br/edicoes/ed_252/ed_252c.html)>. Acesso em 19 jun. 2012.

\_\_\_\_\_ Uma nova ordem mundial. *Petro & Química*. São Paulo, n. 252, set. 2003b. Disponível em: <[http://www.petroquimica.com.br/edicoes/ed\\_252/ed\\_252d.html](http://www.petroquimica.com.br/edicoes/ed_252/ed_252d.html)>. Acesso em 19 jun. 2012.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: \_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a, p. 17-58.

\_\_\_\_\_ Sobre o poder simbólico. In: \_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b, p. 9-16.

\_\_\_\_\_ *A dominação masculina*. 10 ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

\_\_\_\_\_ Le mort saisit le vif: as relações entre a história reificada e a história incorporada. In: \_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009c, p. 75-106.

- \_\_\_\_\_ *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2011b.
- \_\_\_\_\_ *O senso prático*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009d.
- \_\_\_\_\_ A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: \_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009e. p. 59-73.
- \_\_\_\_\_ *Sobre a televisão*. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_ *Os usos sociais da ciência*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_ É possível um ato desinteressado? In: \_\_\_\_\_ *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11 ed. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2011c. p. 137-156.
- \_\_\_\_\_ *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 5 ed. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2012.
- \_\_\_\_\_; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Trad. Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY. London: British Petroleum, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.bp.com/statisticalreview>>. Acesso em: 04 out. 2012.
- BRAGA, J. C.; PRATES, D. Todos os bancos do presidente? *Praga*, São Paulo, n. 6, p. 33-43, set. 1998.
- BRAGA, R. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.
- \_\_\_\_\_ Apresentação. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 7-14.

BRANDÃO, R. V. M. A ABDIB e a política industrial no governo Geisel. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Rafael%20V%20M%20Brand%E3o.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2012.

BRANT, V. C. *Paulínia: petróleo e política*. Campinas: Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia / São Paulo: CEBRAP, 1990.

BRASIL. Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979. Dispõe sobre o controle de recursos e dispêndios de empresas estatais e dá outras providências. *Diário Oficial [ da ] República Federativa do Brasil*. Brasília, 30 out. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D84128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84128.htm)>. Acesso em: 21 dez. 2011.

\_\_\_\_\_ Decreto nº 99.226, de 27 de abril de 1990. Dispõe sobre a dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. *Diário Oficial [ da ] República Federativa do Brasil*. Brasília, 29 abr. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9966.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9966.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2012.

\_\_\_\_\_ Lei nº 9.966, de 28 de abril de 1990. Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. *Diário Oficial [ da ] República Federativa do Brasil*. Brasília, 30 abr. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99226.htm#art5](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99226.htm#art5)>. Acesso em: 06 jan. 2012.

\_\_\_\_\_ Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a participação de trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. *Diário Oficial [ da ] República Federativa do Brasil*. Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10101.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2012.

\_\_\_\_\_ Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. *Diário Oficial [ da ] República Federativa do Brasil*. Brasília, 30 mai. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/lcp109.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/lcp109.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2012.

\_\_\_\_\_ Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, disciplina a divulgação de informações na negociação de valores mobiliários e na aquisição de lote significativo de ações de emissão de companhia aberta, estabelece vedações e condições para a negociação de ações de companhia aberta na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, revoga a Instrução CVM no 31, de 8 de fevereiro de 1984, a Instrução CVM no 69, de 8 de setembro de 1987, o art. 3º da Instrução CVM nº 229, de 16 de janeiro de 1995, o parágrafo único do art. 13 da Instrução CVM 202, de 6 de dezembro de 1993, e os arts. 3o a 11 da Instrução CVM no 299, de 9 de fevereiro de 1999, e dá outras providências. *Diário Oficial [ da ] República Federativa do Brasil*. Brasília, 28 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?file=inst\inst358consolid.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

\_\_\_\_\_ Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007. Institui o Regime de Segurança Operacional para as Instalações de Perfuração e Produção de Petróleo e Gás Natural. *Diário Oficial [ da ] República Federativa do Brasil*. Brasília, 07 dez. 2007. Disponível em: <[http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/resolucao\\_anp/2007/dezembro/ranp%2043%20-%202007.xml](http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/resolucao_anp/2007/dezembro/ranp%2043%20-%202007.xml)>. Acesso em: 02 jan. 2012.

\_\_\_\_\_ *Segunda comunicação nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUENO, R. *A farsa do petróleo: porque querem destruir a Petrobrás*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BURGER, L. Alemã SAP registra forte alta em vendas de software. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. 2012. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/noticia\\_imp.php?req=geral,alema-sap-registra-forte-alta-em-vendas-de-software,899320,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=geral,alema-sap-registra-forte-alta-em-vendas-de-software,899320,0.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2012.

- CARDOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CELIKATES, R. O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da Teoria Crítica. Trad. Fernando C. Mattos. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 93, jul. 2012, p. 29-42.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Resoluções da 7ª plenária nacional Zumbi dos Palmares*. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais>>. Acesso em: 18 jul. 2012.
- CERQUEIRA, C. A. *Dívida externa brasileira*. 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003.
- CERVO, A. L. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000.
- CHAVES NETO, E. O “entreguismo” na Petrobrás: uma conversa com o Engenheiro Manoel Siqueira Cavalcanti. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 18, p. 25-32, 1958.
- CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro*, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.
- \_\_\_\_\_ A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: \_\_\_\_\_ et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p. 43-70.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 58-75.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- \_\_\_\_\_ *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

- COASE, R. H. The nature of the firm (1937). In: WILLIAMSON, O. E.; WINTER, S. G. *The nature of the firm: origins, evolution, and development*. New York: Oxford University, 1993, p. 18-33.
- CONSELHO DELIBERATIVO DA PETROS APROVA REABERTURA DA REPACTUAÇÃO. *Informe FUP*, Rio de Janeiro, s. n., 27 jun. 2012.
- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório da comissão extraordinária criada para apurar as causas, responsabilidades e conseqüências ambientais do derramamento de óleo na Baía de Guanabara, ocorrido em 18 de janeiro de 2000*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=942>>. Acesso em: 06 nov. 2008.
- CORRÊA, M.; VELLOSO, E.; GUIMARÃES, K. Petrobras muda estatuto para empossar Reichstul. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. 17, 23 mar. 1999.
- CRITÉRIOS DE EXCELÊNCIA 2009. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2008.
- CRUZ, J. L. V. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, jan.-abr. 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/291/boltec291c.htm>>. Acesso em 25 set. 2012.
- DIAS, J. L. M.; QUAGLINO, M. A. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV / SERINST, Petrobrás, 1993.
- DRUCK, M. G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Boitempo, 1999.
- DUARTE, L. F. D. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 69-92.
- DUBAR, C. Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades. Trad. Roberta Console Akaoui, Mariana Toledo Ferreira. *Plural*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 175-184, jan.-jun. 2011.



- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p. 15-41.
- DUTRA, L. Por uma história alternativa do petróleo. In: FREITAS, M. A. V.; DUTRA, L. E. D. (Org.). *Pesquisas recentes em energia, meio ambiente e tecnologia*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996, p. 91-114.
- É GREVE! *Nascente*, Macaé, n. 592, 19 mar. 2009.
- EM 2001, O NAUFRÁGIO DA MAIOR PLATAFORMA DO MUNDO. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 out. 2002. Disponível em: <<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/65841.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2008.
- EMBARCADOS PELO DIREITO À COMUNICAÇÃO. *Nascente*, Macaé, n. 763, 06 set. 2012.
- FERREIRA, L. L.; IGUTI, A. M. *O trabalho dos petroleiros*: perigoso, complexo, contínuo, coletivo. São Paulo: Scritta, 1996.
- FIGUEIREDO, M. et al. Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos (RJ). *Gestão & Produção*, São Carlos: UFSCar, v. 14, n. 1, p. 55-68, jan.-abr. 2007.
- FIORI, J. L. Sonhos prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia. *Ensaio FEE*, Porto Alegre: FEE, v. 14, n. 1, p. 41-61, ago. 1990.
- FRANSOO, J. C.; RUTTEN, W. G. M. M. A typology of production control situations in process industries. *International Journal of Operations & Production Management*, v. 14, n. 12, p. 47-57, jan. 1994.
- FUP REJEITA PROPOSTA DE PCAC E INDICA GREVE DE 5 DIAS COM PARADA DE PRODUÇÃO. *Primeira Mão*, Rio de Janeiro: FUP, n. 806, p. 1, 11-15 jun. 2007.
- FUP VAI A BRASÍLIA COBRAR MUDANÇAS NA NEGOCIAÇÃO DA PLR. REUNIÃO COM A PETROBRÁS SERÁ ÀS 17H. *Informe FUP*, Rio de Janeiro, s. n., 23 jul. 2008.

FUSER, I. *Internacionalização e conflito: a Petrobras na América do Sul* In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 22., 2007, São Paulo. *Perspectivas e contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina*. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/pt>>. Acesso em: 29 out. 2008.

GABRIELLI CULPA FISCALIZAÇÃO MAIS RIGOROSA DE PLATAFORMAS PELA QUEDA DA PRODUÇÃO DA PETROBRAS. *Agência Brasil*, Brasília, 24 ago. 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-08-24/gabrielli-culpa-fiscalizacao-mais-rigorosa-de-plataformas-pela-queda-da-producao-da-petrobras>> Acesso em: 17 mar. 2012.

GASPARI, A.; SIQUEIRA, C.; POLITO, R. Graça, seu estilo e ações. *Brasil Energia*, Rio de Janeiro, n. 376, p. 14-18, mar. 2012.

GENNARI, A. M. *Mundialização do capital e reformas privatizantes no Brasil e na Inglaterra no final do século vinte*. In: CONGRESO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 5., 2007, Bruxelas. Disponível em: <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/HIST-RI/HIST-RI-2-GENNARI.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2008.

GHINIS, C. P. O avanço do processo de liberalização financeira no Governo Lula e o comportamento dos fluxos de capitais internacionais para o Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 103-114, set. 2006.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_ *A constituição da sociedade*. Trad. Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIL, T. F. B. *Impactos da reestruturação produtiva à saúde e à segurança : percepções de petroleiros em São Paulo*. 2000. 146f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

- GOMES, D. B. M. *Que trabalhador sou eu? Os trabalhadores terceirizados off shore do setor de manutenção da Bacia de Campos*. 2002. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- GREVE NA PETROBRAS PODE PRESSIONAR PREÇOS DO PETRÓLEO, DIZ FT. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,greve-na-petrobras-pode-pressionar-precos-do-petroleo-diz-ft,204191,0.htm>> Acesso em: 01 fev. 2011.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- HENRI PHILIPPE REICHSTUL: a Petrobras, preparada para competir. *Brasil Engenharia*, São Paulo, n. 239, mai-jun. 2000. Disponível em: <<http://www.brasilengenharia.com.br/entrevista539.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2008.
- HOBBSAWM, E. A história de baixo para cima. In: \_\_\_\_\_ *Sobre história: ensaios*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-231.
- HUMILDE SEMPRE, HUMILHADO JAMAIS. *Imagem*, Macaé, n. 17, set. 2006. Disponível em: <<http://www.sindipetronf.org.br/Publica%C3%A7%C3%B5es/RevistaImagem/tabid/66/Default.aspx?Edicao=27&Materia=55>>. Acesso em: 14 set. 2009.
- INTERDIÇÃO DA P-37 CONFIRMADA PELA ANP. *Nascente*, Macaé, n. 705, 07 jul. 2011.
- JESUS, R. G. *Implantação de sistemas ERP: tecnologia e pessoas no projeto Garoto-SAP*. 2004. 140f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.
- KRACAUER, S. O grupo como portador de ideias. In: \_\_\_\_\_ *O ornamento da massa: ensaios*. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado, Marlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 163-190.
- KUCINSKI, B. Apresentação. In: KUCINSKI, B. (Coord.). *Petróleo: contratos de risco e dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 7-13.

- LEITE, R. M. S. C. *Bandeirantes do mar: a identidade dos trabalhadores das plataformas de petróleo*. Niterói: Intertexto, 2009.
- LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.
- LIMA, C. Entrevista: Surgente, uma história de luta e resistência. *Surgente*, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1042, p. 4, 25-31 ago. 2005.
- LISPECTOR, C. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LOSICER, E. *Confinados!* In: ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE, 2., 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.estadosgerais.org/mundial\\_rj/download/3\\_Losicer\\_51160903\\_port.pdf](http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/download/3_Losicer_51160903_port.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2010.
- LUCENA, C. A. *Aprendendo na luta: a história do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.
- \_\_\_\_\_ *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- LUNA, D. Petrobras vai ajudar Transocean e Chevron. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 ago. 2012a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/61064-petrobras-vai-ajudar-transocean-e-chevron.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2012.
- \_\_\_\_\_ STJ suspende liminar que impediria Chevron e Transocean de atuar no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 out. 2012b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/62018-stj-suspende-liminar-que-impediria-chevron-e-transocean-de-atuar-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 03 out. 2012.
- LUTA ARRANCA PROPOSTA COM CONQUISTAS. *Nascente*, Macaé, n. 725, 24 nov. 2011.
- MAGALHÃES, G. Energia, industrialização e a ideologia do progresso. *Projeto História*, São Paulo, n. 34, p. 27-47, jun. 2007.

- MALAFAIA, E. M. *Avanço das práticas de responsabilidade social corporativa no setor de petróleo: o caso da Petrobras*. 2006. 103f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- MANIFESTO AOS NOVOS EMPREGADOS OU EMPREGADOS PÓS-2002. *Informativo FENASPE*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 2, jan. 2009.
- MARQUES, P. Lançado o móvel antiinflamável. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 set. 1982. Caderno Economia, p. 18. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/09/03/2//4201719>>. Acesso em: 17 set. 2012.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. 20. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MENDONÇA, L. C. Petroleiros pedem socorro. *Nascente*, Macaé, n. 754, p. 2, 06 jul. 2012.
- MOBILIZAÇÕES RESPALDARAM NEGOCIAÇÃO. *Primeira Mão*, Rio de Janeiro, n. 1015, 25 nov. - 02 dez. 2011.
- MONTEIRO, A. G. *Metodologia de avaliação de custos ambientais provocados por vazamento de óleo: o estudo de caso do Complexo REDUC-DTSE [Rio de Janeiro]*. 2003. 270f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético e Ambiental) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- MORAES NETO, B. R. Fordismo e ohnoísmo: trabalho e tecnologia na produção em massa. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 317-349, abr.-jun. 1998.
- MURAD, F.; BRAGA, T. O pronunciamento. In: KUCINSKI, B. (Coord.). *Petróleo: contratos de risco e dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 17-34.
- MUSEU DA PESSOA (Org.). *Almanaque memória dos trabalhadores PETROBRÁS*. Rio de Janeiro: PETROBRÁS; São Paulo: Museu da Pessoa, 2003.
- NATIONAL COMMISSION ON THE BP DEEPWATER HORIZON OIL SPILL AND OFFSHORE DRILLING. *Deep water: the gulf oil disaster and the future of offshore drilling, report to President*. [S. l.]: [s. n.], 2011. Disponível em: <<http://www.oilspillcomission.gov>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

NF MANTÉM AS MOBILIZAÇÕES PREVISTAS ATÉ A SOLUÇÃO DO DIA DE DESSEMBARQUE. *Nascente*, Macaé, n. 563, 30 jul. 2008.

NICOLAZZI, F. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 101-138, dez. 2003 – jan. 2004.

NOVAS REFINARIAS: CARTA AO JORNALISTA SARDENBERG. *Petrobrás: Fatos e Dados*, Rio de Janeiro, 28 jun. 2012. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2012/06/28/novas-refinarias-carta-ao-jornalista-sardenberg/>>. Acesso em 29 jun. 2012.

NOVOS E PROMISSORES HORIZONTES PARA TODOS. *Progredir*: a revista do fornecedor Petrobrás. [S. l.]: [s. n.], [s. d.], p. 5. Disponível em: <<http://www.progredir.petronect.com.br/irj/go/km/docs/wpccontent/Sites/PublicoFinancas/Site%20Content/PT/RevistaProgredir/Revista-Progredir.html>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o welfare state keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 26, n. 1, p. 29-51, dez. 1983.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: \_\_\_\_\_; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas : economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.

\_\_\_\_\_. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, R. C. Identidade e estrutura social. In: \_\_\_\_\_ (Dir.) *Anuário antropológico / 78*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980, p. 243-263.

O SETOR PETRÓLEO E A PETROBRÁS NO GOVERNO LULA, 2002, Rio de Janeiro. *Relatório final do Seminário Nacional da Federação Única dos Petroleiros*. Rio de Janeiro: FUP, 2002.

P-34 ADERNOU por causa de falha no painel de controle. *Agência Brasil*. Brasília, 28 nov. 2002. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2002-11-28/p-34-adernou-por-causa-de-falha-no-painel-de-controle-0>>. Acesso em 01 jul. 2011.

PARÁ, P. C. D. Sistemas de gestão de segurança meio ambiente e saúde: a importância da certificação para a consolidação da gestão na organização. *Revista Meio Ambiente Industrial*, Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 97, p. 74-75, mai.-jun. 2012.

PARA REICHSTUL, ESTE É SEU PIOR MOMENTO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 mar. 2001. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2001/03/17/15>>. Acesso em: 31 out. 2008.

PAULANI, L. M. A dança dos capitais. *Praga*, São Paulo, n. 6, p. 45-55, set. 1998.

---

Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109-134.

PESAVENTO, S. J. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESSANHA, R. M. *O trabalho offshore: inovação tecnológica, organização do trabalho e qualificação do operador de produção na Bacia de Campos*. 1994. 168f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

PETROBRÁS. *Relatório anual 2007*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

PETROBRÁS PLANEJA PRODUZIR 2,2 MILHÕES DE BPD ESTE ANO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 17 nov. 2011, p. A7.

PETROBRÁS RASGA NORMAS DE SEGURANÇA NA GREVE. *Nascente*, Macaé, n. 562, 23 jul. 2008.

PETROBRÁS TEM PRAZO ATÉ DIA 29 PARA RESPONDER PAUTA DOS TRABALHADORES. *Notícias*, Macaé, 26 set. 2009. Disponível em: <<http://www>>

.sindipetronf.org.br/Publica%C3%A7%C3%B5es/Not%C3%ADcias/tabid/62/NoticiaId/1437/Default.aspx>. Acesso em: 06 mar. 2012.

PETROLEIROS ELEGEM CHAPA 1 PARA DIRETORIA 2011-2014. *Nascente*, Macaé, n. 700, 02 jun. 2011.

PETROLEIROS ESTÃO APROVANDO NOVA PROPOSTA DE PLR. *Primeira Mão*, Rio de Janeiro, n. 1045, p. 1, 19-25 jul. 2012.

PETROLEIROS NA LUTA POR REGRAS CLARAS E DEMOCRÁTICAS PARA A PLR. *Primeira Mão*, Rio de Janeiro, n. 1036, p. 1, 18-24 mai. 2012.

PETROS. *Relatório de atividades 2003*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.petros.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. *Resultados & perspectivas: Relatório Anual 2010*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.petros.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

PIMENTEL, N. C. P. *Educação técnica e região: um estudo do CEFET Campos*. 2003. 132f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

PIQUET, R. Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira: o norte fluminense na era do petróleo. In: COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES, 5., 2004, La Plata. *Nuevas visiones en el inicio del siglo XXI*. Disponível em: <<http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

PIRES, M. C. A ‘nova ordem mundial’ e o Consenso de Washington. *Novos Rumos*, São Paulo, Ano 21, n. 45, p. 20-29, 1995.

PRATES, A. A. P. Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 28-40, out. 1986.

PRONTOS PARA A GREVE. *Nascente*, Macaé, n. 591, 12 mar. 2009.

QUINET, A. *As 4+1 condições da análise*. 12. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.



- REA, L. M.; PARKER, R. A. *Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução*. Trad. Nivaldo Montigelli Jr. São Paulo: Pioneira, 2000.
- RIZEK, C. S. A greve dos petroleiros. *Praga: estudos marxistas*, São Paulo, n. 6, p. 97-105, set. 1998.
- RODRIGUES, A. Governo acumula superávit primário de R\$ 118,4 bi no ano até setembro. *Valor Online*, São Paulo, 31 out. 2008. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>> Acesso em 02 nov. 2008.
- RODRIGUES, A. P.; CAMPOS FILHO, L. A abertura do setor petróleo e gás natural: retrospectiva e desafios futuros. In: URANI, A.; GIAMBIAGI, F.; REIS, J. G. *Reformas no Brasil: balanço e agenda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, p. 409-430.
- RODRIGUES, N. Greve contra mortes. *Nascente*, Macaé, n. 712, p. 4, 25 ago. 2011.
- RODRIGUEZ, M. Introdução. In: \_\_\_\_\_ ; LOUREIRO, J. M., VIEIRA, R. *Gestão estratégica de recursos humanos: compartilhando conhecimento para o desenvolvimento dos negócios*. Rio de Janeiro: Qualitymark, Petrobrás, 2005. p. 1-5.
- ROMÃO, F. L. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995, a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. 524 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALES, V. L. F. *Trabalho e reconhecimento: o caso dos profissionais offshore da indústria do petróleo na bacia de campos*. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.
- SAMPAIO, R. Os melhores anunciantes e campanhas dos anos 2000. *About*, São Paulo, n. 907, p. 8-33, set. 2010.
- SANTOS, R. M. N. *Petrobras em la política exterior del gobierno Lula: uma mirada desde la economía política internacional*. 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado em Relaciones e Ne-

- gociaciones Internacionales) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2010.
- SAURIN, V.; PEREIRA, B. A. D. O programa nacional de desestatização: aspectos relevantes da política de privatização. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, n. 0, p. 43-59, ago. 1998.
- SCALETSKY, E. C. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobrás*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- SCIARRETTA, T. Petros quer assento no conselho da Itaúsa. *Folha.com*, São Paulo, 27 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/837149-petros-quer-assento-no-conselho-da-itausa.shtml>>. Acesso em 17 fev. 2012.
- SECCO, L. F. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SEGURANÇA CORROÍDA. *Nascente*, Macaé, n. 662, 19 ago. 2010.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SETTON, M. G. J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 77-105, jan-abr. 2005.
- SILVA, J. F. S. *Análise do processo de redução da precarização nas relações do trabalho flexível na indústria do petróleo*. 165f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2008.
- SILVA, S. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. *Textos Didáticos*, Campinas, v. 2, n. 10, p. 47-56, fev. 1998.
- SIQUEIRA, C. Dois reforços vapt-vupt. *Brasil Energia*, Rio de Janeiro, n. 376, p. 34, mar. 2012a.
- \_\_\_\_\_ Um funcionário no CA da Petrobras. *Brasil Energia*, Rio de Janeiro, n. 379, p. 64-66, jun. 2012b.

- SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, D. B.; SANTANA, M. A.; DELUIZ, N. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.
- SPC APROVA O PIOR PLANO DE CD JÁ OFERECIDO POR UMA ESTATAL. *Primeira Mão*, Rio de Janeiro, n. 564, 27 set.-13 out. 2001.
- SWIDLER, A. Culture in Action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, Washington DC, v. 51, n. 2, p. 273-286, abr. 1986. Disponível em: <<http://www.havenscenter.org/files/AnnSwidler%20gilkes3.pdf>>. Acesso em 07 set. 2009.
- SZKLO, A. S., et. al. Placing Brazil's heavy acid oils on international markets. *Energy Policy*. s. l. vol. 34, n. 6, p. 692-705, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301421504001922>>. Acesso em 09 nov. 2011.
- TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TAVARES, M. E. E. *Análise do refino no Brasil: estado e perspectivas, uma análise “cross-section”*. 2005. 384 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- TEDESCO, R. Petros: Conselho reabre repactuação. Rio de Janeiro, 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/site/noticias/pagina/8824/Infome-da-Petros>>. Acesso em 28 jun. 2012.
- TEIXEIRA, F. L. C. Difusão da tecnologia de base microeletrônica na indústria de processo contínuo. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32, n. 5, nov.-dez. 1992, p. 16-26.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: volume I, a árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_ As peculiaridades dos ingleses. Trad. Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro. *Textos Didáticos*, Campinas, v. 1, n. 10, p. 13-106, jan. 1998a.

\_\_\_\_\_ Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. Trad. Antonio Luigi Negro. *Textos Didáticos*, Campinas, v. 2, n. 10, p. 95-106, fev. 1998b.

\_\_\_\_\_ Introdução: costume e cultura. In: \_\_\_\_\_ *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998c, p. 13-24.

\_\_\_\_\_ *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. [S.l.: s.n.], 2009.

TODOS EM LUTA PELA PLR. *Primeira Mão*, Rio de Janeiro, n. 714, 07-14 mar. 2005.

TODOS SOMOS PETROLEIROS. *Nascente*, Macaé, n. 746, 10 mai. 2012.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. *TRF2 concede liminar para suspender atividades da Chevron e da Transocean em 30 dias*. Rio de Janeiro, 31 jul. 2012. Disponível em: <[http://www.trf2.jus.br/Paginas/Noticia.aspx?Item\\_Id=1259&js=1](http://www.trf2.jus.br/Paginas/Noticia.aspx?Item_Id=1259&js=1)>. Acesso em: 09 ago. 2012.

UM PLANO DE VÔO PARA O PAÍS. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,um-plano-de-voe-para-o-pais,26436,0.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

UM TRISTE CAPÍTULO NA HISTÓRIA DA PETROBRÁS. *Nascente*, Macaé, n. 593, 26 mar. 2009.

UNIDADE NACIONAL VENCE ELEIÇÃO NO SINDIPETRO-NF COM 61,2% DOS VOTOS. *Informe FUP*, Rio de Janeiro, s. n., 30 mai. 2008.

UNIDADE QUE VIRA FORÇA. *Nascente*, Macaé, n. 594, 02 abr. 2009.

UNITED STATES OF AMERICA. Public Law 107-204, July 30<sup>th</sup> 2002. An act to protect investors by improving accuracy and reliability of corporate disclosures made pursuant to the securities laws, and for others purposes. *Weekly Compilation of Presidential Docu-*

*ments, Vol. 38 (2002): July 30, Presidential remarks and statement*, Washington DC. Disponível em: <<http://www.sec.gov/about/laws/soa2002.pdf>>. Acesso em 04 dez. 2011.

VAKALOULIS, M. Acumulação flexível e regulação do capitalismo. Trad. Ruy Braga. *Outubro*, São Paulo, n. 4, p. 45-53, 2000.

VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WALLERSTEIN, I. Mundialização ou era de transição?: uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p. 71-92.

WERNECK, R. L. F. *Uma análise do financiamento e dos investimentos das empresas estatais federais no Brasil, 1980-83*. 36 f. Texto para discussão nº 79 (Departamento de Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

YERGIN, D. *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. Trad. Leila Marina U. Di Natale; Maria Cristina Guimarães; Maria Christina L. de Góes. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ZAMITH, M. R. M. A. *A nova economia institucional e as atividades de exploração e produção onshore de petróleo e gás natural em campos maduros no Brasil*. 2005. 299 f. Tese (Doutorado em Energia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.